

Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo*

1. – Os trinta anos imediatamente posteriores a 1945 proporcionaram, em especial na Europa e nos EUA, taxas de crescimento económico relativamente elevadas e níveis aceitáveis de desemprego sem pressões inflacionistas preocupantes. Estes resultados, associados às políticas de inspiração keynesiana, convenceram alguns de que a ciência económica tinha descoberto a ‘cura’ para os vícios que Keynes atribuíra ao capitalismo (a possibilidade de desemprego involuntário e as desigualdades muito acentuadas), tendo este chegado à fase do *capitalismo post-cíclico*, ou *capitalismo sem crises*.

Desfeita a miragem no início da década de 70 do século XX, o triunfo da “contra-revolução monetarista” e dos dogmas neoliberais significou, a este respeito, o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

O ‘estado keynesiano’ e as políticas keynesianas foram colocados no banco dos réus, culpados de todos os males do mundo, considerados estes como “as consequências económicas de Lord Keynes”, para usar uma expressão de Hayek, parafraseando o título de um célebre opúsculo de Keynes.

Após o desmantelamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo regressar impunemente ao ‘modelo’ puro e duro do século XVIII.

Reinventado o *estado mínimo*, o estado capitalista muniu-se de outras armas, para cumprir o seu papel nas condições históricas das últimas três ou quatro décadas. Anti-keynesiano, apostou na privatização do sector público empresarial; na destruição do estado-providência; na criação das condições para a hegemonia do capital financeiro; na plena liberdade de circulação de capitais; na liberdade da ‘indústria’ dos ‘produtos’

* O presente texto retoma as considerações sobre o tema inseridas no nosso livro *As Voltas que o Mundo Dá... Reflexões a Propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social*, Edições Avante, Lisboa, 2010 (editado posteriormente no Brasil, com algumas alterações, pela editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011).

financeiros, criados em profusão, sem qualquer relação com a economia real, apenas para alimentar os jogos de azar jogados nas bolsas-casinos; na independência dos bancos centrais, senhores absolutos da política monetária, posta ao serviço exclusivo da estabilidade dos preços; na desregulamentação dos mercados; na redução dos direitos dos trabalhadores, em nome de uma pretensa competitividade; na flexibilização e desumanização do Direito do Trabalho (transformado em *direito das empresas* ou *direito dos empresários* e negado na sua característica histórica de *direito dos trabalhadores*, inspirado no princípio do *favor laboratoris*).

Foi o reino do *deus-mercado*, foi a vitória do *capitalismo de casino*, foi a assunção (sem disfarce) do capitalismo como a *civilização das desigualdades*. Foi o reino do *pensamento único*, com os perigos inerentes do *fascismo amigável* e do *fascismo de mercado*, de que falavam já, no início dos anos 1980, Bertram Gross e Paul Samuelson.

Teoricamente, pode falar-se – com acerto - de *substituição da política pelo mercado*, ou de *morte da política*, tal como a entendemos. Mas pode dizer-se também que, em certo sentido, esta é uma outra forma de fazer política, porque, tal como o estado, *o mercado é uma instituição política*.

Na verdade, a história mostra que o mercado é uma instituição recente na organização das sociedades humanas. Verdadeiramente, o mercado, enquanto instrumento de regulação da economia com base no mecanismo dos preços, surgiu apenas nos séculos XV/XVI, quando a economia real se separou da *economia doméstica* e a família deixou de ser a estrutura basilar da actividade económica (etimologicamente, a palavra economia significa governo da casa ou governo do lar). Quando a família-unidade-de-produção foi substituída por empresas e estas passaram a ser enquadradas por sociedades comerciais, separando o *património (individual e familiar) de cada um dos sócios* do *património das sociedades comerciais*. Só então as empresas, que não têm necessidades ‘vitais’, passaram a produzir, não para satisfazer as suas necessidades, mas para vender, com o objectivo de obter lucros. Só então o cálculo económico ganhou sentido e se tornou indispensável, para se poderem comparar custos e preços de venda e apurar se há lucros, condição indispensável para evitar a falência.

O mercado não é, pois, um *mecanismo natural* (inerente à *natureza das coisas*, ou à *natureza do homem*), o único instrumento capaz de *afecção eficiente e neutra de recursos escassos* e de *regulação automática* da economia. O mercado deve antes considerar-se, como o estado, uma *instituição social*, um *produto da história*, uma

criação histórica da humanidade, correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas; uma *instituição social*, destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais; uma *instituição política*, que veio servir (e serve) os interesses de uns, mas não os interesses de todos. Com David Miliband, diremos que, “longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos”.¹ O mercado e o estado são ambos *instituições sociais* (*instituições políticas*, neste sentido), que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua interação.

À luz do que fica dito, é claro que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este objetivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

Em boa verdade, a defesa do mercado é a defesa do modelo (da concepção filosófica) liberal da economia e da sociedade, que assenta no mercado enquanto mecanismo que se afirma ser capaz de uma *arbitragem neutral* dos conflitos de interesses, enquanto instituição que, segundo a concepção de Hayek, “não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja.”

Hayek entende que só faria sentido falar de justiça ou injustiça acerca da distribuição dos benefícios e dos ónus operada pelos mecanismos do mercado se essa distribuição fosse o resultado da *acção deliberada de alguma pessoa ou grupo de pessoas*, o que não é o caso, segundo o filósofo, no pressuposto de que os mercados são *mercados de concorrência perfeita*. Por isso ele defende que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da linguagem dos economistas (e de todas as pessoas de bem, por certo...): “a expressão ‘justiça social’ não é, como a maioria das pessoas provavelmente sente — escreve ele —, uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve

¹ Cfr. D. MILIBAND, *ob. cit.* Num artigo de 1996, que intitula “Markets as Politics”, Neil FLIGSTEIN (*ob. cit.*) mostra a estreita ligação entre estado e mercado nas sociedades capitalistas, evidenciando o papel essencial do estado na construção das instituições do mercado enquanto “construções sociais”.

concordar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica”.²

O problema de Hayek reside no facto de a realidade não confirmar o pressuposto de que parte: todos sabemos, com efeito, que tais mercados nunca existiram e nunca hão-de existir.

A defesa do mercado significa, por outro lado, a defesa da concepção liberal do estado (considerado este como *pura instância política*, separada da *economia* e da *sociedade civil*), da qual se deduz, como corolário, a tese da *não-intervenção* do estado na economia.

Ora esta é uma concepção que, desvalorizando a lição dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith, deliberadamente ignora a ‘compreensão’ da *natureza de classe do estado* (para o dizermos em linguagem marxista), revelando-se incapaz de compreender que a *não-intervenção* do estado na economia é apenas – como os diversos tipos de intervenção – uma das formas de o *estado capitalista* cumprir a sua missão essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam.

Vistas assim as coisas, a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social que se considera desejável* e consagra uma atitude de *defesa da ordem social* que tudo confia ao mercado. Tal como a *crítica do mercado* e do seu pretensão *caráter natural* (por parte de marxistas, keynesianos, radicais ou ecologistas) veicula um propósito de *introduzir mudanças na ordem social estabelecida* ou de a *substituir por outra ordem social*, em rotura com a ordem económico-social capitalista, que tem no mercado um dos seus pilares essenciais.

2. – Já dissemos atrás que um dos elementos caracterizadores da globalização neoliberal - segundo alguns o fundamental – é a hegemonia do capital financeiro, justificando perfeitamente o epíteto de *capitalismo de casino*, que Susan Strange inventou para caracterizar este *capitalismo playboy* das últimas décadas.³

² As citações de F. Hayek são colhidas em D. GREEN, *ob. cit.*, 127.

³ No Capítulo 12 da *General Theory*, Keynes tinha diagnosticado, aliás, esta situação, ao comparar a um casino a bolsa de Nova York, dado o peso das actividades puramente especulativas nela desenvolvidas. Desta equiparação entre as bolsas e os casinos extraiu Keynes a necessidade de restringir e encarecer o acesso às bolsas, tal como se faz com os casinos. Daí a sua proposta – que poderemos considerar o antepassado da famosa *Taxa Tobin* – no sentido de tributar fortemente os ganhos das transacções bolsistas, com o objectivo de dissuadir os ‘jogos de casino’ (as operações de pura especulação financeira) e de fazer das bolsas um instrumento de recrutamento de capitais para financiar o investimento

Os membros do chamado G7 desempenharam neste processo um papel decisivo, ao imporem a todo o mundo a lógica ‘libertária’ no que toca aos movimentos de capitais. O FMI (controlado, de facto, desde há muito, pelas grandes potências capitalistas, e, em particular, pelos EUA) foi o instrumento escolhido para, em nome da chamada ‘comunidade internacional’, executar esta missão. A partir da década de 70 do século XX, sempre que um país recorre aos serviços do FMI, este condiciona o apoio pretendido à aceitação, pelo país em dificuldades, dos princípios da *livre convertibilidade da moeda* e da *livre circulação internacional de capitais*.

Esta ‘liberdade’ traduziu-se numa enorme aceleração da mobilidade geográfica dos capitais. Assim facilitada a ação predadora dos grandes operadores financeiros que jogam na especulação, muitos países viram-se transformados em ‘reserva de caça’, à mercê da chantagem da retirada dos capitais para países mais ‘atrativos’. Vários destes países já nem ousam tributar os rendimentos do capital, engordando, também por esta via, os super-lucros dos especuladores.

Segundo os cânones do liberalismo, esta *liberdade de circulação dos capitais*, este *mercado livre dos capitais* deveria ter como consequência a melhoria da eficácia do sistema financeiro, com a consequente redução dos custos do financiamento e a distribuição mais equilibrada e mais racional (mais eficiente) do capital entre os vários países e os vários setores de atividade, promovendo um crescimento mais igual e mais harmonioso da economia mundial.

Mais uma vez, a realidade não corresponde ao modelo. Por volta de 2001, os dados disponíveis apontavam no sentido de que os EUA absorviam cerca de 80% da poupança mundial, estimando-se que, nos dez anos anteriores, os 11 países mais ricos do mundo teriam acolhido 78% do investimento estrangeiro global, cabendo aos cem países mais pobres apenas 1%. A realidade atual não mudou para melhor.⁴

produtivo, reduzindo, simultaneamente, os riscos de instabilidade inerentes aos jogos de casino. Sobre o objeto desta nota, cfr. J. M. QUELHAS, *ob. cit.*, 702-705.

⁴ Cfr. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2001 e *Folha de S. Paulo*, 1.7.2001. Na sequência da reunião anual do FMI em 2004, foi atribuído a esta Agência da ONU o mandato para analisar os desequilíbrios comerciais que contribuem de forma significativa para a instabilidade global. O problema reside em que os EUA são o país que mais contribui para esta instabilidade geral, abusando dos privilégios que resultam do facto de o dólar ser utilizado como moeda nos pagamentos internacionais.

Com efeito, os EUA – que fazem figura de país mais rico do mundo – contraem diariamente empréstimos, concedidos em grande parte por países mais pobres, em valor superior a 2 mil milhões de dólares, “enquanto lhes passa sermões sobre boa administração e responsabilidade fiscal”.

Por outro lado, tomando os dados de 2005, o défice comercial dos EUA atingiu os 805 mil milhões de dólares, valor que ganha expressão se soubermos que os défices somados da Europa, do Japão e da China não ultrapassaram, nesse ano, 325 mil milhões de dólares.

O *processo de globalização financeira* assume, indubitavelmente, uma importância fundamental no quadro da globalização neoliberal, traduzindo-se, em última instância, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial e na consagração do *princípio da liberdade de circulação de capitais*, o que permite que os especuladores coloquem o seu dinheiro e peçam dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo.

A desintermediação, a descompartimentação e a desregulamentação são as três características essenciais deste processo.

A *desintermediação* traduz-se na perda de importância da tradicional intermediação da banca nos mecanismos do crédito. Os grandes *investidores institucionais* (seguradoras, bancos, fundos de investimento, fundos de pensões e mesmo os Tesouros nacionais de alguns países) têm acesso direto e em tempo real aos mercados financeiros de todo o mundo para a colocação dos fundos disponíveis e para a obtenção de crédito, dispensando o recurso aos intermediários financeiros e evitando os respetivos custos de intermediação (o financiamento direto e o auto-financiamento substituem o financiamento indireto, intermediado pela banca).

A *descompartimentação* significa a perda de autonomia de (a abolição das ‘fronteiras’ entre) vários mercados até há pouco separados (mercado monetário, mercado financeiro, mercado de câmbio, mercados a prazo) e agora transformados em um *mercado financeiro único*, não só à escala de cada país mas também à escala mundial.

A *desregulamentação* consiste na plena liberalização dos movimentos de capitais, processo que teve início nos EUA nos anos 70 do século passado, prosseguindo de imediato com a abertura do sistema financeiro japonês em 1983/84 (em grande parte por imposição dos EUA), o desmantelamento dos sistemas nacionais de controlo de câmbios na Europa (nomeadamente com a criação do *Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu* e a *liberalização completa dos movimentos de capitais*, no início da década de 1990) e a liberalização ‘imposta’ aos países da Europa Central, da América Latina e da Ásia do Sudoeste.

Conclusão de Joseph STIGLITZ, que temos vindo a acompanhar (*ob. cit.*): “Se a análise dos desequilíbrios globais pelo FMI não for equilibrada, se não identificar os EUA como grande culpado, e não chamar a atenção para a necessidade de reduzir os défices fiscais americanos – por meio de impostos mais elevados sobre os mais ricos e de despesas menores em defesa – a relevância do Fundo no século XXI inevitavelmente declinará”.

A liberdade concedida aos especuladores deu origem à *economia de casino*, divorciada da economia real e da vida das pessoas comuns: o montante das transacções financeiras internacionais é dezenas de vezes superior ao valor do comércio mundial; milhões e milhões de dólares circulam diariamente no ‘mercado cambial único’ em busca de lucro fácil e imediato. O resultado é o que seria de esperar: grande instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, turbulência nas bolsas de valores e nos mercados de câmbios, crises recorrentes nas economias de vários países.

A especulação acentuou a *instabilidade* e a *incerteza*, o que significa um agravamento dos custos de funcionamento da economia. Em contrapartida, os grandes especuladores acumulam enormes ganhos de capital. Basta recordar que, segundo as melhores estimativas, a tributação das transacções especulativas nos mercados de divisas à taxa de 0,1% (a chamada *taxa Tobin*) permitiria mobilizar mais de mil milhões de dólares por ano.

Por outro lado, só os grandes conglomerados transnacionais têm beneficiado com a baixa dos custos do financiamento directo, porque só eles têm acesso à utilização plena dos novos instrumentos financeiros. À margem dos ganhos do ‘mercado livre’ têm ficado as pequenas e médias empresas (que constituem, na generalidade dos países, a base da estrutura produtiva e do emprego) e têm ficado também os países mais fracos e menos desenvolvidos, muitos deles enleados na teia infernal da dívida externa, uma espécie de ‘prisão perpétua por dívidas’.

3. - Os factos dão razão ao velho Keynes, que, há mais de 50 anos, advertia para os perigos de paralisação da atividade produtiva em consequência do aumento da importância dos mercados financeiros e da finança especulativa.

Talvez por isso a ideologia dominante se tenha apressado a decretar a “morte de Keynes”, ‘sacrificado’ no altar dos deuses do neoliberalismo. Desmantelada a regulamentação da atividade bancária e financeira, o capital financeiro ficou à rédea solta, tutelado por uma regulação amiga e cúmplice.⁵

⁵ Talvez se justifique destacar que o capital financeiro especulador se sobrepôs, nomeadamente, às políticas nacionais de regulação das taxas de câmbio, uma vez que as autoridades competentes de muitos países não têm meios para se defender eficazmente da ação dos especuladores. Basta recordar que o montante das reservas detidas pelos bancos centrais de todo o mundo (principal meio de defesa das moedas nacionais) é sensivelmente igual ao montante das transacções diárias no mercado cambial (em grande parte puramente especulativas).

3.1. - A aceleração do *processo de inovação financeira* traduziu-se, nomeadamente, no desenvolvimento dos mercados de *produtos financeiros derivados*. Chamam-lhe *produtos* para criar a ilusão de que resultam de uma qualquer ‘indústria’ (também se fala da *indústria bancária...*) ou de outra actividade produtiva, mas essa é, a todas as luzes, uma designação falsa, enganadora e não inocente.

Criados como instrumentos de gestão dos riscos inerentes à instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estes ‘produtos’ transformaram-se de imediato em instrumentos destinados apenas a alimentar as ‘apostas’ na bolsa, o grande casino do capital financeiro, dada a pequena percentagem do capital investido em relação aos ganhos possíveis, e revelaram-se um novo e poderoso fator de instabilidade dos mercados financeiros.⁶

Trata-se de *produtos virtuais*, cujo valor global se calcula em cerca de mil biliões de dólares (o equivalente a vinte anos da produção mundial!), mal conhecidos, que não têm qualquer relação com a economia real e com as atividades produtivas (criadoras de riqueza). É *capital puramente fictício*, cujo valor é fixado em função dos ganhos que os ‘apostadores’ prevêm que podem obter, chamando a si uma parte significativa da riqueza criada pela *economia real*. Estes ‘produtos’, cada vez mais sofisticados, servem apenas para *ganhar dinheiro com a especulação*, atraindo bancos, seguradoras, sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de pensões.

O recurso abusivo à sua emissão e comercialização conduziu rapidamente à manipulação e à instabilidade dos ‘mercados financeiros’, porque os contornos e os riscos que esses ‘produtos’ incorporam nem sempre são facilmente identificáveis, mesmo pelos habituais frequentadores deste ‘casino’ (como os bancos), que compram muitas vezes ‘produtos financeiros’ tão esotéricos que não sabem o que estão a comprar.

A liberdade concedida aos especuladores deu origem à *economia de casino*, divorciada da economia real e da vida das pessoas comuns: o montante das transações financeiras internacionais é dezenas de vezes superior ao valor do comércio mundial; milhões e milhões de dólares circulam diariamente no ‘mercado cambial único’ em busca de lucro fácil e imediato. O resultado é o que seria de esperar: grande instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio; turbulência nas bolsas de valores e nos mercados de câmbios; crises recorrentes nas economias de vários países.

⁶ Para uma visão um pouco mais ampla sobre este processo de inovação financeira, ver A. J. AVELÃS NUNES, *O Crédito...*, cit., 201-239.

A especulação acentuou a *instabilidade* e a *incerteza*, arrastando consigo o agravamento dos custos de funcionamento da economia. Em contrapartida, os grandes especuladores acumulam enormes ganhos de capital. Por outro lado, só os grandes conglomerados transnacionais têm beneficiado com a baixa dos custos do financiamento direto, porque só eles têm acesso à utilização plena dos novos instrumentos financeiros. À margem dos ganhos do ‘mercado livre’ têm ficado as pequenas e médias empresas (que constituem, na generalidade dos países, a base da estrutura produtiva e do emprego) e têm ficado também os países mais fracos e menos desenvolvidos, muitos deles enleados na teia infernal da dívida externa, uma espécie de ‘prisão perpétua por dívidas’.

Na última década do século XX, o volume das transações sobre os mais perigosos destes ‘produtos’, os chamados *over-the-counter derivative markets*, aumentou de 24,6 mil milhões de dólares em 1992 para 94,6 mil milhões de dólares em 1999. O *Relatório Podimata* salienta que, em termos globais, o volume das transações financeiras, muitas delas implicando a exposição em elevado grau de capitais alheios nos ‘jogos de casino’, aumentou sempre ao longo da década que concluiu em 2007, em especial devido ao incremento das transações sobre *produtos derivados*, tendo atingido neste ano um valor igual a 73,5 vezes o PIB nominal mundial.⁷

3.2. - Os especialistas avisaram que este fenómeno (completamente alheio às necessidades da economia real), para além de expor as instituições financeiras aos riscos máximos inerentes à natureza volátil destes ‘produtos’, tornava muito mais difícil o controlo pelas autoridades de supervisão e a auditoria das contas daquelas instituições.⁸ Os seus defensores, porém, não se cansavam de proclamar as ‘virtudes globais’ de tais *produtos*: “Formas inteiramente novas de instrumentos financeiros tiveram de ser inventadas ou desenvolvidas – derivativos de crédito, títulos lastreados em ativos, futuros de petróleo e congéneres, que criam condições para o funcionamento muito mais eficiente do sistema de comércio mundial”. É este o ponto de vista de Alan Greenspan.⁹

Para além dos riscos inerentes à proliferação dos produtos derivados, a *liberalização dos movimentos de capitais*, ao serviço do objectivo de criar um *mercado*

⁷ Cfr. *Relatório Podimata* (aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro/2011), 5.

⁸ Cfr. J. M. QUELHAS, *ob. cit.*, 442.

⁹ Cfr. A. GREENSPAN, *A Era...*, cit., 355 [usamos a trad. Brasileira].

único de capitais à escala mundial, arrastou consigo um conjunto de alterações que vieram potenciar fortemente a ameaça de *risco sistémico*.¹⁰

Com efeito, a internacionalização dos mercados de valores mobiliários veio colocar em rede mercados muito diferentes, cada um com as suas regras de funcionamento e os seus riscos específicos, abrindo caminho à *propagação contagiosa dos factores de risco*.

Por outro lado, a ausência de controlo dos mercados financeiros e dos movimentos de capitais pelos estados nacionais (amputados dos poderes de soberania que tal controlo exige) provocou uma onda sem precedentes de concentrações, de fusões e de aquisições de empresas financeiras, com a redução acentuada do número de bancos, a concentração nos maiores deles da parte de leão dos depósitos bancários e a preponderância dos grandes bancos nas operações de fusão e aquisição de empresas do setor financeiro.

E este fenómeno, para além de acentuar a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, veio facilitar o contágio dos riscos entre os vários componentes do mesmo grupo, propiciando a convergência e a acumulação do risco em um núcleo mais restrito de centros de decisão.

3.3. - Igualmente relevantes, para a problemática que vimos analisando, são as consequências da desregulamentação da actividade bancária, da actividade seguradora e das actividades que decorrem nos mercados de valores mobiliários.

A onda de desregulamentação terá começado com a abolição das restrições à definição e exploração das rotas da aviação comercial, obra da Administração Carter, nos EUA. A seguir, um verdadeiro *tsunami* desregulamentador atingiu outros setores da atividade económica, entre os quais as telecomunicações, os *media* e os serviços financeiros

Durante a Administração Clinton, os *bancos comerciais* e os *bancos de investimento* (obrigatoriamente separados por força de legislação promulgada na sequência da Grande Depressão) foram autorizados a juntar-se, dando origem a poderosíssimos *supermercados de serviços financeiros*. O ‘engenheiro’ desta operação, na Secretaria do Tesouro foi Lawrence Summers, que é hoje o principal conselheiro económico de Obama.¹¹

¹⁰ Para maiores desenvolvimentos, ver J. M. QUELHAS, *ob. cit.*, 439-441.

¹¹ Cfr. J. CASSIDY, *ob. cit.*, 7.

O chamado *princípio da banca universal* veio permitir aos bancos alargar a sua atividade para além das áreas tradicionais do ‘comércio bancário’, tendo-se multiplicado os *produtos mistos* (*bancassurance*, v.g.) e tendo-se verificado uma *integração crescente dos vários mercados financeiros* (banca, seguros, moedas e títulos).

O desenvolvimento acelerado de poderosos *conglomerados financeiros* veio aumentar o poder destes gigantes (incluindo o seu ‘poder político’) e veio tornar muito mais complexas e difíceis as atividades de regulação e de supervisão de cada um dos setores de atividade financeira, o que constitui mais um fator a potenciar o risco sistémico.

3.4. - Conscientes dos perigos destas políticas, alguns especialistas têm vindo a advogar a vantagem de instituir de novo a *separação rigorosa entre bancos comerciais e bancos de investimento*, para impedir que estes últimos recebam depósitos que vão ‘investir’ em actividades especulativas, invocando depois os interesses dos depositantes (que eles desprezaram) para justificar a intervenção salvadora do estado, ‘socializando’ as dívidas contraídas nos jogos de bolsa.

As mesmas preocupações ditam a sugestão de outros autores no sentido de separar claramente a *função bancária* da *função seguradora*, impedindo os bancos de exercer atividades próprias das empresas seguradoras. Mas não há sinais de que os políticos estejam a pensar nestas coisas. A plena *liberdade de acção do capital* é o valor supremo a acautelar.

Os mais reputados especialistas têm alertado para os perigos do *risco sistémico* inerente à disseminação dos *produtos financeiros derivados*, no quadro de um mercado financeiro único de dimensões planetárias, onde impera a *plena liberdade de circulação de capitais*. À semelhança do que a teoria refere para os mercados de oligopólio, também neste mercado financeiro global os operadores tendem a actuar em função daquilo que eles pensam que será o comportamento dos demais operadores. A turbulência causada pela especulação em um dado país ou região tende a propagar-se a todo o sistema financeiro mundial graças ao *comportamento mimético* dos grandes especuladores. O *risco sistémico* é, assim, o *risco global* de desmoronamento do sistema financeiro à escala mundial. A consciência disto mesmo é que dá sentido à tese dos que entendem que tais ‘produtos’ ameaçam transformar-se em “armas de destruição maciça”.

4. - As crises recorrentes das últimas décadas, com início no *crash* da bolsa de Nova York em 1967, foram claros anúncios da crise atual.

4.1. - Um primeiro sinal da crise estrutural do capitalismo foi a rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (Agosto/1971) e a chamada crise do petróleo, entre 1973 e 1975, à qual se seguiria uma outra ‘crise do petróleo’ em 1978-1980. Estes dois episódios, no início e no fim da década de 1970, anunciaram o esgotamento do keynesianismo, apanhado de surpresa pelo aparecimento da *estagflação*, estranho fenómeno que, contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, mostrava que, no quadro de um *capitalismo altamente monopolizado*, taxas de crescimento próximas de zero (ou mesmo negativas) e níveis elevados de desemprego podiam coexistir com taxas elevadas e crescentes de inflação.

Ficou patente que a capacidade de produção instalada no mundo capitalista era excessiva relativamente ao poder de compra agregado da população e ficou patente também que as grandes empresas monopolistas tinham suficiente poder de mercado para impedir a queda dos preços, mantendo a sua espiral ascendente, com a cobertura da subida dos preços do petróleo.

O alarme foi tal que Henry Kissinger, então ao leme da diplomacia americana, chegou a ameaçar com a intervenção militar dos EUA se os países exportadores de petróleo não aceitassem baixar os preços do ouro negro. A estratégia imperialista de domínio dos circuitos de produção e de distribuição do petróleo e do gás natural tem aqui a sua origem, tendo desembocado na invasão do Iraque, na guerra do Afeganistão, no ataque à Líbia, na ameaça de guerra contra o Irão, no congelamento da solução do problema do Médio Oriente. É o cheiro do petróleo e não o sangue das vítimas inocentes dos movimentos de protesto no mundo árabe que está a perturbar os dirigentes das potências ocidentais, que sempre apoiaram todas as ditaduras dos ‘reis do petróleo’.

Mas esta crise da primeira metade da década de 1970 pôs em evidência o fenómeno da baixa das taxas de lucro, que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas (baixa de 33% no Japão; 30% nos EUA e 19% na Alemanha).¹² E a *tendência para a baixa da taxa de lucro* é a causa primeira das crises do capitalismo, da dita *crise do petróleo* e da crise atual, no fim da primeira década e início da segunda década do terceiro milénio.¹³

¹² Cfr. P. CARVALHO, “A Crise...”, cit., 95.

¹³ Sobre este ponto, ver G. DUMÉNIL e D. LÉVY, “The Profit Rate...”, cit.

No rescaldo das dificuldades da primeira metade da década de 1970 que acabamos de sintetizar, o *consenso keynesiano* foi substituído pelo chamado *Consenso de Washington*, o consenso entre os EUA e as agências internacionais relacionadas com a economia (FMI, Banco Mundial e GATT/OMC), que pode ser lido como uma estratégia para travar aquela perigosa tendência no sentido da baixa da taxa de lucro.

Trata-se de um consenso no sentido de impor ao mundo o catecismo monetarista e neoliberal: a liberdade plena de circulação de capitais; a desregulamentação dos mercados de capitais, incluindo o mercado de divisas; o combate prioritário à inflação e a desvalorização das políticas de promoção do emprego; a privatização das empresas públicas, incluindo as que produzem e fornecem *serviços públicos*; a adopção de políticas tributárias favoráveis aos muito ricos e às grandes empresas; a rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento em favor dos titulares de rendimentos mais baixos; a flexibilização do mercado de trabalho e a contenção ou redução dos salários reais, num mundo em que a *mundialização do mercado de trabalho* significou um aumento enorme do *exército industrial de reserva* e constituiu um estímulo poderoso à *deslocalização de empresas*, em busca de mão-de-obra mais barata e sem direitos.

A *reaganomics* nos EUA e o *thatcherismo* no Reino Unido marcam, a partir de 1979, o início deste novo ciclo, em que a ideologia neoliberal se confirmou como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes (mais especificamente, a ideologia do setor dominante das classes dominantes: o setor financeiro).

Em 1987, Alan Greenspan assume o comando do Sistema de Reserva Federal dos EUA, posto em que se mantém até 2006.

Por meados dos anos 1980, as grandes linhas da ideologia neoliberal começaram a dominar o pensamento e a acção dos partidos socialistas e sociais-democratas, sobretudo na Europa, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo deus mercado era uma condição de ‘respeitabilidade’ política. Os dogmas neoliberais ganharam novos crentes, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível ‘argumento’ thatcheriano de que *não há alternativa*.

A criação da UEM em Maastricht (1991), com a moeda única, o Banco Central Europeu (BCE) e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), é o ponto crítico da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.¹⁴

¹⁴ J. CASSIDY (*ob. cit.*, 7) sublinha que, “por volta dos anos 1990, Bill Clinton, Tony Blair e muitos outros políticos progressistas adoptaram a linguagem da direita” e que “muitos governos em todo

4.2. – Os momentos de crise sucederam-se a partir dos anos 1980: a crise dos países em desenvolvimento em 1982; a crise dos mercados de ações nos EUA em 1987; a crise (também nos EUA) dos mercados de obrigações de alto risco e das caixas económicas (*savings and loans*), em 1989/1990; a crise bancária dos países escandinavos no início da década de 1990; a crise que atravessou o Japão ao longo desta década; a crise do Sistema Monetário Europeu em 1992/93; em 1994, nova crise no mercado obrigacionista americano; ainda em 1994, a crise do peso mexicano (“a primeira grande crise dos mercados globalizados”, segundo o então Diretor-Geral do FMI, Michel Camdessus); a crise das moedas asiáticas em 1997/98; a crise do rublo em 1998/99; a crise (2000-2002) que afectou a chamada ‘nova economia’ (a economia das novas tecnologias: biotecnologia, informática, computação, telecomunicações); a crise do real brasileiro em 1999; a grave crise financeira, económica, política e social da Argentina (2001/2002), por muitos considerada o maior desastre das receitas neoliberais impostas pelo FMI enquanto ‘gestor de negócios’ do grande capital financeiro internacional.

Em 1995, no rescaldo da crise que teve o peso mexicano como protagonista (crise que fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista), Michel Camdessus escreveu que o mundo é dominado por um poder político sem controlo, à mercê de uma “classe composta por agentes globais que manipulam divisas e ações e dirigem um fluxo de capital de investimento livre, fluxo esse que todos os dias se torna mais importante, praticamente ao abrigo de todos os controlos estaduais”. Referindo-se a estes especuladores profissionais, Camdessus não hesitou em afirmar, sem qualquer cerimónia, que “o mundo está nas mãos *destes tipos*”. E John Major, então Primeiro-Ministro britânico, observava que o jogo dos especuladores assume “dimensões que o colocam fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais”. O Primeiro-Ministro italiano, Lamberto Dini, proclamava que “não se pode permitir que os *mercados* minem a política económica de todo um país”. Mais radical foi o Presidente francês Jacques Chirac (outubro/1995): os especuladores são a “a *sida* da economia mundial”.

o mundo desmantelaram programas sociais, privatizaram empresas públicas e desregularam indústrias que antes estavam sujeitas à supervisão do estado”.

G. DUMÉNIL e D. LÉVY (*ob. cit.*) falam da “adesão do Partido Socialista (francês) às opções neoliberais, a coberto dos ‘constrangimentos externos’ e da ‘globalização’”.

5. - Apesar deste alarme dos criadores perante o comportamento das suas próprias criaturas, a verdade é que nada foi feito para pôr cobro a esta vertigem libertária, nem sequer com o pretexto de salvar a economia mundial desta espécie de ‘sida’ que vai diminuindo as suas resistências.

Perante o evidente risco de pandemia, os defensores do mercado livre, da liberalização, da desregulamentação e da desregulação não poupam esforços no sentido de salvaguardar os seus espaços privados, protegidos por fronteiras artificiais, muito mais invioláveis e intransponíveis do que as fronteiras dos estados nacionais soberanos que se dizem coisa do passado.

Continuam-se a defender *os mesmos tipos*, protegendo com unhas e dentes os seus santuários, os chamados *paraísos fiscais* ou *paraísos bancários*, que são também (e cada vez mais) sobretudo *paraísos judiciais*, espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais, pelos quais se estima que passem mais de 50% dos fluxos financeiros mundiais. Eles constituem o maior escândalo deste mundo da *globalização financeira*: autênticos ‘estados privados’ protegidos por fronteiras artificiais, muito mais invioláveis e intransponíveis do que as fronteiras dos estados nacionais soberanos que se dizem coisa do passado. Trata-se de verdadeiros *estados mafiosos* ou *estados bandidos*, ‘reservas’ criadas por medida para garantir refúgio seguro, em nome da *liberdade* e do *mercado*, a capitais especulativos de todo o tipo, muitas vezes oriundos de (e promotores de) negócios escuros e criminosos. Neste mundo à margem da lei os ganhadores são precisamente os que não respeitam qualquer lei, os que vivem à margem do direito e da justiça.

Por estes e outros canais passa diariamente o branqueamento de milhões e milhões de dólares provenientes do crime organizado, cujos lucros permitem corromper dirigentes e partidos políticos e também – ao que se diz – financiar o terrorismo internacional. Fazendo ironia, há quem defenda, por isso mesmo, que os traficantes de droga foram os verdadeiros pioneiros da moderna globalização.

Num Colóquio realizado em Paris, em finais de 2008, por iniciativa do Governo francês no âmbito da luta contra a droga e a toxicod dependência, vieram a lume informações impressionantes: o volume anual dos negócios de traficantes de droga a nível mundial representa entre 200 mil e 500 mil milhões de euros; só as máfias italianas investem na economia europeia 100 mil milhões de euros por ano, dinheiro sujo lavadinho pelo sistema bancário internacional, com particular destaque para os

bancos suíços, luxemburgueses e de Monte Carlo.¹⁵ Estes números ajudam a compreender a razão pela qual se protege tão ciosamente a ‘soberania’ destes ‘estados nacionais’, cujo negócio é *vender soberania*, negócio em que está comprometida a fina flor do capital financeiro e as estruturas do poder político ao seu serviço.

Em quase todos estes ‘paraísos’ há mais sociedades fictícias registadas do que habitantes. Por eles passam grandes operações de lavagem de ‘dinheiro sujo’, com a (inevitável) cumplicidade dos grandes bancos e dos grandes conglomerados transnacionais. E, naturalmente, das grandes potências, que, em nome da liberdade do capital e em honra ao ‘deus mercado’, não querem pôr em causa a ‘soberania’ destes “estados bandidos”, mesmo neste nosso tempo em que tanto se fala e se pratica o direito de ingerência em certos países, em nome dos valores que integram o “estado de direito”.

A ‘soberania’ destes *estados mafiosos* é a única respeitada pelos ‘globalizadores’. E eles vivem dela, utilizando a sua ‘soberania’ como objecto de comércio, permitindo, em nome dela, regras de vida especiais para o grande capital e para o crime organizado, regras que subvertem princípios elementares de qualquer estado de direito e impedem o respeito destes princípios em muitos outros países.

Nenhum argumento sério pode invocar-se para justificar os *paraísos fiscais*, que a generalidade dos especialistas associa à evasão e à fraude fiscais, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. Como alguém escreveu, no contexto da luta contra o crime global e contra o terrorismo global anunciada após os ataques às torres gémeas de Nova York, se a(s) potência(s) hegemónica(s) não acabar(em) com estes “estados bandidos”, não pode levar-se a sério a vontade proclamada de acabar com o crime organizado e com o terrorismo global. Dão que pensar estas palavras de um jornalista português, de orientação liberal: “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por acções militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério”.¹⁶ Pelo que se vê, parece que não é a sério...

Crise após crise, a *sida tomou conta da economia mundial*, debilitando-a pela via do aumento do desemprego, do trabalho precário e com menos direitos, da

¹⁵ Cfr. *Le Monde*, 21.11.2008.

¹⁶ Francisco Sarsfield Cabral, em *Público*, 6.10.2001. Na Europa, os dirigentes políticos de topo deixaram de falar no assunto. Restam algumas comissões do PE, como, recentemente, a *Comissão do Desenvolvimento* em parecer (fevereiro/2011) sobre o *Relatório Podimata*, onde se insiste na ideia de que a UE e os estados-membros devem colocar a luta contra os paraísos fiscais e contra a corrupção no topo das suas preocupações, trabalhando para colocar esta problemática na agenda de todas as organizações internacionais. Alguns (poucos) europeus ainda elegem deputados europeus. Mas ninguém os ouve.

desigualdade e da exclusão social. O tratamento vai ser caro e o resultado incerto. Se não houver uma mudança radical, a única certeza é esta: os ‘pobres do costume’ pagarão um preço muito elevado para sanar a crise de que não são responsáveis. É o que já está a acontecer, sem qualquer disfarce, na Grécia, em Portugal, na Irlanda e também na Espanha, os elos mais fracos da *Eurolândia*.

6. – A ‘guerra’ entre os grandes colossos que operam no setor produtivo em mercados cada vez mais alargados e mais ‘monopolizados’ (oligopolizados) tem agravado as dificuldades de obter taxas de lucro atrativas no setor não-financeiro, que vem laborando com uma percentagem significativa de *capacidade ociosa*.

Por outro lado, as empresas não-financeiras tornaram-se cada vez mais dependentes dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras, que têm conseguido impor taxas de juro reais consideravelmente elevadas. E este é um dos fatores que tem ‘ajudado’ a avolumar as dificuldades de obtenção de taxas de lucro ‘interessantes’ na atividade produtiva, cujas empresas vêm apresentando níveis crescentes de endividamento e um peso crescente (às vezes insuportável) dos encargos financeiros nos custos de funcionamento.

Com a consolidação da “contra-revolução monetarista” (anos 80 do século XX), ganhou importância relevante um dos aspetos da *financeirização* das economias capitalistas, que se vinha manifestando desde finais da década de 1960: o aumento acentuado do peso da participação dos *investidores institucionais* (bancos, companhias de seguros, fundos de investimento, fundos de pensões e mesmo alguns fundos soberanos) no capital acionista das sociedades cotadas em bolsa.¹⁷

Acresce que uma variada gama de instituições financeiras especializadas passou a gerir, em nome dos seus clientes, enormes carteiras de títulos, cuja dimensão tem aumentado exponencialmente.

Esta nova realidade significou uma mudança de comportamento dos ‘investidores’ em ações, contribuindo para alimentar a espiral de especulação bolsista que é a essência do *capitalismo de casino*.

¹⁷ Tomando o exemplo dos EUA, os particulares detinham, nos anos 1950, cerca de 90% das ações cotadas em bolsa. No final dos anos 1970, essa percentagem baixou para 59% e em 2000 era apenas de 42%. O resto das ações pertencia aos referidos *investidores institucionais*, que respondiam por cerca de ¾ das transações em bolsa. Cfr. J. CROTTY, *ob. cit.*, 274.

Nos anos 1950, a regra era ainda a de que a propriedade destes ativos era mantida, nas mesmas pessoas (famílias), durante longos períodos. Atualmente, nos EUA, as ações mantêm-se na titularidade do mesmo ‘investidor’, em média, por um período que não vai além de um ano. E as transações de ações em bolsa, que representavam cerca de 18% do capital cotado em bolsa até finais de 1968, estabilizou à roda dos 20% na década de 1970, mas atingiu 102% em 2000, prática que só pode ter-se acentuado desde então (as vicissitudes dos *jogos de bolsa* são dos assuntos mais difundidos pelas televisões e órgãos de imprensa de todo o mundo, a par dos acontecimentos relacionados com o desporto-espetáculo).

Novidade é também uma nova lógica de atuação das grandes sociedades cotadas em bolsa e dos seus administradores. As perspetivas sobre a vida e o êxito das *empresas a médio e a longo prazos* deixaram de interessar aos acionistas-investidores-especuladores (que são tudo menos empresários dignos desse nome). O negócio deles é o *jogo nas bolsas-casino*. A sua preocupação fundamental é a de garantir a valorização do capital acionista *a curto prazo*, passando para segundo plano a saúde económica das empresas do setor produtivo, assim transformadas em meras fichas dos jogos de casino.

O capital financeiro descobriu um *modo autónomo de obter lucros*, à margem (e à custa) do setor produtivo. Para tanto, as ‘metas’ atribuídas pelos donos do capital aos gestores profissionais das sociedades cotadas em bolsa passaram a traduzir-se na garantia de elevados rendimentos financeiros a curto prazo e na distribuição pelos acionistas-investidores do máximo lucro em cada exercício. Este é um caminho que privilegia a *ótica do curto prazo* e desvaloriza a *ótica de médio e longo prazos*, uma lógica que pode ajudar a compreender o fenómeno de ‘desindustrialização’ que se vem registando, perigosamente, nos EUA e na Europa. Talvez seja esta a forma de “enriquecer a dormir”, a que, há uns anos atrás, se referia François Mitterrand.

Em certas condições, tais resultados só são possíveis através do recurso à fraude sistemática e em grande escala através da falsificação dos balanços e da difusão de informação viciada, práticas criminosas que estiveram na ordem do dia no último quarto de século, dando origem (quando conhecidas...) a enormes escândalos (para quem ainda se ‘escandaliza’, por esperar outra coisa de tal sistema...). Tais ‘escândalos’ vieram desfazer o mito da transparência, da racionalidade e da eficiência dos mercados financeiros regulados e afetaram negativamente a honorabilidade das mais ‘distintas’ empresas de contabilidade e de consultadoria financeira e as ‘sagradas’ agências de

rating, todas elas comprometidas até à medula com as instituições financeiras e com os gestores das grandes empresas neste jogo de falsidades.¹⁸

Estes últimos passaram a ter interesse direto na instrumentalização das empresas que gerem ao serviço dos especuladores, entre os quais se incluem. Com efeito, eles são pagos em função dos resultados obtidos no cumprimento das metas fixadas pelos grandes acionistas-investidores-especuladores, maximizando os ganhos financeiros a curto prazo. E são pagos (ordenados e prémios), em grande parte, mediante a entrega de ações das sociedades que administram.¹⁹

Como grandes acionistas-investidores-especuladores, os *top managers* (que há alguns anos atrás a doutrina dominante garantia não servirem a lógica do capital, gerindo as *empresas dotadas de alma* como verdadeiros *servidores do interesse público*) apostam agora, por todos os meios (incluindo as práticas criminosas) na obtenção de ganhos de capital a curto prazo, associados à especulação bolsista. E o estado ajuda, tornando o ‘jogo’ mais atraente: as mais-valias ganhas na bolsa ou não são tributadas ou pagam impostos muito inferiores aos que incidem sobre os lucros da atividade produtiva.

Envolvidas nesta teia de interesses especulativos, as empresas dos setores não-financeiros deixaram de se auto-financiar (com uma parte dos lucros não distribuídos), e, muitas vezes, são empurradas para situações de sobreendividamento (o que aumenta a conta dos juros a pagar à banca) para que os seus gestores possam falsificar os balanços e manipular os ‘mercados’. E os lucros que distribuem prodigamente por acionistas (incluindo bancos e outras instituições financeiras) e gestores vão direitinhos para a especulação financeira (preferencialmente em *paraísos fiscais*, para manter o ‘segredo dos negócios’ e fugir ao fisco). À escala mundial, é este também o destino de excedentes de capital que não encontram no setor produtivo oportunidades de investimento tão lucrativo como a especulação financeira.

Assim se alimenta o processo de *financeirização*, a submissão do capital produtivo ao capital financeiro puramente especulativo. Em última instância, a lógica do capital financeiro privilegia a obtenção de lucros da especulação a curto prazo e

¹⁸ Nos EUA, o Congresso, alertado para a situação, nada fez para pôr cobro à fraude, porque “as indústrias financeiras e de contabilidade estão entre os maiores contribuintes para as campanhas dos políticos de Washington, numa época em que as eleições são obscenamente caras”. (J. CROTTY, *ob. cit.*, 276)

¹⁹ Segundo dados colhidos em J. CROTTY (*ob. cit.*, 274), os honorários dos *top managers* aumentaram, nos EUA, mais de 300% entre 1970 e 1999, período durante o qual a parte paga em ações da própria empresa passou de 22% para 63%.

desvaloriza os planos de investimento a médio e a longo prazos, ficando em causa o financiamento adequado do investimento produtivo e da inovação, com a consequente menor criação de emprego e maior pressão para cortar nos custos salariais, na tentativa de compensar o aumento dos encargos financeiros das empresas.

7. - Entretanto, o *processo de inovação financeira* continuou a fazer o seu caminho, sem qualquer controlo.

A progressiva liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, juntamente com a absoluta liberdade de circulação de capitais, abriram de para em par as portas da especulação e a especulação ameaça afundar a economia, à escala mundial, como é próprio deste mundo ‘globalizado’.

Os receios de uma crise financeira mundial já tinham chegado à reunião do G7 de fevereiro/2007. No *Relatório da Comissão de Inquérito à Crise Financeira*, entregue ao Presidente Obama em janeiro/2011, reconhece-se que, antes de a crise rebentar, houve sinais anunciadores da crise, mas que eles foram ignorados ou minimizados. O FED nada fez para impedir os bancos de conceder empréstimos de alto risco, deixando-os, irresponsavelmente, ‘envenenar-se’ com ativos tóxicos: “os reguladores tinham o poder necessário para proteger o sistema financeiro”, mas “escolheram não o utilizar”, diz o *Relatório*. Nele se denunciam as pressões das instituições financeiras sobre os decisores políticos e sobre as entidades reguladoras, feitas à custa de milhares de milhões de dólares pagos às sociedades de *lobbying* e pagos aos políticos para financiarem as suas campanhas eleitorais. A ação das agências de *rating* é igualmente apontada como um dos fatores essenciais da crise.²⁰

Na referida reunião do G7 foi abordada a eventual necessidade de regulamentar a actividade dos chamados *hedge funds*, fundos de investimento puramente especulativos, inteiramente desregulados, que operam à escala mundial, muitas vezes com sede em *off-shores*, que escapam às regras da transparência e ao controlo das autoridades de supervisão, e que actuam com base em estratégias de investimento que buscam a máxima rentabilidade investindo em ‘produtos’ de alto risco, constituindo, por tudo isso, elementos fortemente desestabilizadores do sistema financeiro e propagadores de elevado potencial das crises financeiras.

²⁰ Cfr. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2011, 8. Tem inteira razão Serge Halimi: “os responsáveis políticos comportam-se demasiadas vezes como marionetas que se preocupam, sobretudo, em não incomodar o festim dos banqueiros”(Le Monde Diplomatique, maio/2011, 1).

Os mais avisados já então admitiam que o colapso de um deles pudesse arrastar consigo uma crise mundial de grandes dimensões. Mas os ‘donos’ do ‘casino’ (com destaque para os EUA e o Reino Unido, que constituem o ninho acolhedor de cerca de dez mil *hedge funds*) opuseram-se a qualquer intervenção. A roleta continuou a rodar, até que a crise rebentou.²¹

Os apóstolos das liberdades do capital sempre proclamaram, aliás, o seu carinho por estes fundos de investimento geradores de “altos lucros financeiros”, capazes de atrair “um grande aparato de pessoas e de instituições altamente qualificadas”. E Alan Greenspan – que vimos citando – sublinha que “as estratégias de investimento dos *hedge funds* continuam a ser úteis para a eliminação de *spreads* anormais nos mercados e, talvez, até para a superação de muitas ineficiências”. O gurú do neoliberalismo sabe que nem sempre a realidade sustenta o seu otimismo. Cita mesmo o caso de um dos mais ‘ilustres’ destes fundos, cujos administradores (entre os quais dois economistas americanos galardoados com o Prémio Nobel da Economia) “se transformaram em *jogadores compulsivos*, fazendo grandes apostas que tinham pouco que ver com o seu plano de negócios original”. Resultado: “Em 1998, a LTCM [o tal *hedge fund*] perdeu as calças” (a expressão é de Greenspan), sendo os prejuízos absorvidos por empresas seguradoras, fundos de pensões e instituições semelhantes.²²

Apesar disso, Greenspan regozija-se pelo facto de que tais fundos “não estão sujeitos a qualquer regulamentação pelo estado”. “E espero que continuem assim, escreve ele. (...) Os *hedge funds* [“vibrante setor trilionário, dominado por empresas americanas”] e os fundos de *private equity* parecem representar as finanças do futuro”.

Para que tal aconteça, Greenspan deixa a receita: “Qualquer restrição normativa às estratégias e às táticas de investimento dessas entidades limitaria a assunção de riscos, que é parte integrante da contribuição dos *hedge funds* para a economia global e, principalmente, para a economia dos Estados Unidos. Por que circunscrever o voo das abelhas polinizadoras de Wall Street?”, pergunta ele.

O esforço ‘teorizador’ de Greenspan continua: “A inovação é tão importante para nossos mercados financeiros globais quanto para a tecnologia, para os bens de consumo e para a assistência médica. Para acompanhar a expansão da globalização, o

²¹ Reunindo dados de Van Hedge Fund Advisors International, Inc. (colhidos em <http://www.hedgefund.com>), J. M. QUELHAS (*ob. cit.*, 516) mostra que o número de *hedge funds* aumentou de 1373 para 7500, entre 1988 e 2002, passando o valor dos activos geridos por estes fundos, no mesmo período, de 42 mil milhões de dólares para 650 mil milhões de dólares.

²² Cfr. A. GREENSPAN, *A Era ...*, cit., 357-359.

nosso sistema financeiro precisa de manter a sua flexibilidade. O protecionismo [i. é, a regulamentação], qualquer que seja o pretexto, político ou económico, seja qual for o seu impacto sobre o comércio ou sobre as finanças, é receita certa para a estagnação económica e para o autoritarismo político”.²³

Pois bem. Hoje não é fácil negar a pesada responsabilidade desta política no desencadear da grave *crise financeira* que anunciou e desencadeou a *crise económica* profunda e global que hoje se vive no mundo capitalista: a progressiva desregulamentação dos mercados financeiros, a liberdade absoluta de circulação de capitais à escala mundial e a deficiente (ou cúmplice) atuação das entidades reguladoras e das sociedades (privadas) de *rating* são alguns dos fatores que conduziram o ‘casino’ à bancarrota.

Esta crise veio tornar evidentes as consequências dramáticas do *capitalismo de casino*, da predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, do corte entre a especulação financeira e a economia real, pondo em xeque, de modo irrecusável, o pensamento neoliberal.

8. - Uma das mais celebradas invenções da ‘inovação financeira’ é a *titularização de créditos*, cuja importância cresceu exponencialmente a partir do início da década de 2000 (em 2007, o valor envolvido correspondia a pouco menos de metade do produto mundial) fazendo dela um dos instrumentos da *financeirização* do sistema capitalista, que se acentuou a partir dos anos 80 do século XX.

8.1. - Ela está na base da crise financeira que começou nos EUA no setor do crédito hipotecário ligado à compra de casas por quem não tinha capacidade financeira para as pagar e por quem as comprava apenas com fins especulativos (ganhar, a curto prazo, com a valorização dos imóveis).

Falam alguns autores de *financeirização do rendimento pessoal dos indivíduos* ou famílias que recorriam ao crédito bancário (para a compra de casa, mas também para a educação, a saúde, etc.), com o objetivo de extrair dele, diretamente, um lucro financeiro (puramente especulativo). A esta prática chama Costas Lapavitsas “expropriação financeira”.²⁴

²³ Cfr. A. GREENSPAN, *A Era...*, cit., 363. Levando a sério as considerações de Greenspan, teríamos de concluir que Reagan, G. W. Bush (e talvez até Pinochet) e os seus Governos foram exemplos de democracia.

²⁴ Cfr. C. LAPAVITSAS, “Financialised Capitalism...”, cit., 115.

A voragem era tal que, enquanto o preço das habitações foi aumentando, muitos dos clientes dos bancos que tinham adquirido as suas casas a crédito eram encorajados a fazer uma nova hipoteca, para receberem mais crédito ao consumo, que iria ser igualmente titularizado, numa espiral vertiginosa.

A banca começou a vender pacotes desses *produtos derivados* (títulos obrigacionistas negociáveis), assentes em créditos hipotecários menos fiáveis que foram adquiridos por investidores institucionais (nomeadamente os atrás referidos *hedge funds*), tendo-se espalhado por instituições financeiras de todo o mundo. Disperso o risco pela grande quantidade de titulares de unidades de participação nestes fundos, os inventores deste ‘jogo’ talvez tenham acreditado terem resolvido a quadratura do círculo, supondo que poderiam vender esses créditos titularizados sem limitações, criando a ilusão de que a dispersão dos riscos como que os fazia desaparecer.²⁵

O dinheiro disponível excedia a capacidade de investimento na economia real, pelo que os grandes gestores da banca se convenceram de que podiam ganhar muito dinheiro emprestando-o ou lançando-o no jogo sem acautelar minimamente o seu reembolso (alguns bancos chegaram a emprestar o equivalente a trinta vezes o montante dos seus depósitos). E se bem o pensaram melhor o fizeram, montando um ‘esquema’ assente nos chamados *empréstimos subprime*, assim designados porque concedidos sem respeitar as regras técnicas sobre as garantias exigidas a quem recorre ao crédito, no que toca à sua capacidade para cumprir atempadamente os encargos da dívida (juros e amortização do capital). Muitos desses empréstimos foram, de resto, designados *empréstimos tipo ninja*, i. é, empréstimos concedidos a quem não tinha rendimentos, nem emprego, nem ativos – “*No Income, no Job or Asset*”.

Num país em que o endividamento das famílias, graças ao ‘estímulo’ do *crédito ao consumo*, representa 120% do rendimento disponível, a fantasia desfez-se quando, em meados de 2006, os preços das habitações começaram a baixar e, no primeiro trimestre de 2007, cerca de 15% das pessoas que tinham sido atraídas pelo crédito fácil deixaram de pagar os seus encargos (mais de dois milhões de famílias). Foi o início da *subprime crisis*, com a falência do *subprime market*, no qual se negociavam produtos financeiros derivados do crédito de baixa qualidade concedido a empresas de construção civil e a compradores de casa (*subprime credit*).

²⁵ A verdade é que, no período entre 2004 e 2006, foram titularizados 79,3% destes créditos hipotecários de baixa qualidade. Cfr. C. LAPAVITSAS, *últ. ob. cit.*, 117.

O risco rapidamente afetou não só os bancos mas também as companhias de seguros que tinham feito o seguro (e até o resseguro) dos créditos concedidos, bem como os fundos de investimento controlados por aqueles, cujas dificuldades aumentaram porque o valor de mercado dos prédios hipotecados foi baixando progressiva e acentuadamente (entre 5% e 10% em 2007; em maior escala ainda em 2008), por excesso de oferta e baixa da procura. Quando os *produtos derivados* resultantes da titularização dos créditos hipotecários, embora teoricamente negociáveis, deixaram de ser negociados na prática, porque ninguém os queria, chegou-se ao fim do caminho: a banca do ‘casino’ ficou sem fundos; as famílias estavam mais endividadas (muitas perderam as casas) e as taxas de poupança baixaram dramaticamente.²⁶

Em pouco tempo instalou-se uma *crise no mercado interbancário*, o mercado em que os bancos emprestam dinheiro uns aos outros, em regra a prazos muito curtos. Esta crise veio tornar claro que os bancos deixaram de confiar uns nos outros (porque conheciam bem o *lixo* que todos tinham), arrastando consigo a diminuição da liquidez e o aumento das taxas de juro.

Em março de 2008, o *Bear Sterns* (um importante banco de investimentos) entrou em colapso, tendo sido salvo pelo FED, que forçou a compra pelo *JPMorgan*, ao qual teve de conceder, para esse efeito, um empréstimo de 29 mil milhões de dólares. Na tentativa de aumentar a liquidez, o FED injectou milhões de dólares no circuito financeiro, gastou um milhão de milhões de dólares na compra de ativos tóxicos e ofereceu crédito a taxas de juro próximas de zero.

Apesar disso, o *Lehman Brothers* faliu em agosto/setembro de 2008. Mas o governo americano decidiu intervir para salvar a *AIG* (*American International Group*, um grupo segurador de créditos, muitos deles assentes em *ativos tóxicos*) e as duas ‘estrelas’ do crédito hipotecário, a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac* (que detinham cerca de metade do mercado dos créditos hipotecários), cujo salvamento custou aos contribuintes americanos 200 mil milhões dólares.

Por pressão do capital financeiro, o estado capitalista, fiel aos dogmas do neoliberalismo, concedeu todas as liberdades à especulação. Quando o ‘negócio’ faliu, foi chamado estado para salvar os especuladores, tendo respondido à chamada com toda a solicitude e determinação, convocando o povo para pagar a fatura. Só os acionistas e os credores do *Lehman Brothers* perderam o seu dinheiro. Invocando o risco do efeito

²⁶ De 9%/10% do rendimento disponível nos anos 1970/1980, a taxa de aforro das famílias baixou para 0,4% em 2006/2007. Cfr. C. LAPAVITSAS, *últ. ob. cit.*, 118.

sistémico (que até então ignorara), a Administração de G. W. Bush, acabaria por garantir que não haveria falência de mais bancos. Apesar de sempre proclamar que a intervenção do estado na economia era uma das marcas do *império do mal*, viria a protagonizar a mais dispendiosa intervenção do estado na economia desde os anos trinta, transformando em dívida pública a dívida privada contraída no ‘jogo’ pelos grandes senhores da finança. As voltas que o mundo dá...

No final de 2008, a *crise financeira* degenerou em *crise económica*, que teve o momento mais simbólico no afundamento da *General Motors*, o símbolo da indústria americana e do poderio americano (ficou célebre o *slogan: o que é bom para a GM é bom para os EUA*), salva à custa de milhões e milhões saídos dos bolsos dos contribuintes.

8.2. - Na Europa, o Conselho Europeu de outubro/2008 anunciou a decisão de não deixar falir nenhuma instituição financeira importante. Oferecia-se ao grande capital financeiro um seguro gratuito, que cobre mesmo ações irresponsáveis e até criminosas. Era o anúncio do *capitalismo sem falências*. Na Europa, como nos EUA, os estados colocaram milhões de milhões de euros na salvação de instituições financeiras cercadas pelo fogo que elas próprias tinham ateado, ‘nacionalizando-as’, no todo ou em parte, mas abstendo-se de intervir na sua gestão.

Na primavera de 2009 ficou claro que o colapso só foi evitado graças à intervenção financeira do estado capitalista, sem precedentes na história do capitalismo, atingindo um valor correspondente a 80% do PNB nos EUA e no Reino Unido.²⁷ Ao longo de 2009, o esforço financeiro feito para salvar os especuladores (muitíssimo mais do que para aliviar o sofrimento das vítimas do *capitalismo de casino*), conduziu ao aumento do défice público e da dívida externa de vários países.

À crise financeira e à crise económica veio juntar-se a *crise fiscal*, especialmente nos países mais débeis da Eurozona (Grécia, Irlanda e Portugal), evidenciando uma *crise do euro* que os dirigentes europeus não quiseram assumir como um problema comunitário, optando por tratar estes países como ‘criminosos’ que mereciam ser castigados e impondo aos respetivos povos a ‘pena’ de pagar sozinhos os custos da defesa do euro do ataque dos especuladores, à custa do aumento do desemprego, da baixa dos salários reais, da redução dos direitos sociais, da asfixia dos sistemas públicos de segurança social. A crise acabou por revelar-se como *crise do*

²⁷ Cfr. E. STOCKHAMMER, *ob. cit.*, 6, que cita dados da UNCTAD.

estado social, que responde ao propósito originário do neoliberalismo de pôr fim ao estado keynesiano e ao *compromisso keynesiano*.

A ação do estado, sobretudo nos EUA, proporcionou uma certa ‘normalidade’, apesar das dificuldades de recuperação da actividade produtiva e do aumento do desemprego e de muitos milhares de famílias terem perdido as suas casas. Foi o bastante para que, em todo o mundo capitalista, “as declarações iniciais sobre a necessidade de uma reestruturação substancial do sistema financeiro fossem esquecidas, transformando-se o debate sobre a reforma num debate entre especialistas sobre questões técnicas, sendo toda a gente, menos os banqueiros privados e os gestores dos bancos centrais, excluídos dos centros de decisão. A arrogância da elite financeira, contudo, fica patente no debate sobre o pagamento de salários aos gestores da banca”.²⁸ E, no entanto, o problema em equação é um problema essencialmente *político* (e não *técnico*), e a soberania reside no povo.

9. - Para os senhores do mundo, tudo corria no melhor dos mundos. Até que a crise rebentou. Para quem não esquece as lições da história, era inevitável que ela viesse, porque as crises são inerentes ao capitalismo (as situações de pleno emprego são “raras e efémeras”, como reconheceu Keynes), porque todos sabemos que o carnaval acaba sempre em quarta-feira de cinzas...

9.1. – Vieram alguns defender que esta é uma *crise do neoliberalismo*, querendo fazer passar a ideia de que *ela não é uma crise do capitalismo*. Como quem diz: o capitalismo não é para aqui chamado; o capitalismo não tem nada que ver com as crises; o que é preciso é abandonar o neoliberalismo, porque não há alternativa ao capitalismo, porque o capitalismo é eterno. Como quem quer esconjurar os fantasmas, alguns garantiram mesmo que *o neoliberalismo morreu* (tal como, diziam, o comunismo morreu há vinte anos...).

Parecia que os ‘gestores do capitalismo’ tinham redescoberto o ‘salvador’ e estavam disponíveis para um regresso a Keynes. Opção que se afigurava razoável, porque o economista inglês nunca foi um revolucionário e nunca se afirmou socialista,

²⁸ Cfr. E. STOCKHAMMER, *ob. cit.*, 6. No que se refere às remunerações dos *top managers*, a balança pende para o lado deles. Segundo têm divulgado os jornais, os salários e prémios desta elite (as duzentas maiores empresas americanas) aumentaram 23% de 2009 para 2010, atingindo, em média, 11,4 milhões de dólares por ano, 285 vezes mais do que o salário médio anual de um trabalhador. O Presidente Executivo do banco Goldman Sachs recebeu, em 2009, um prémio de gestão de 9 milhões de dólares (cfr. S. HALIMI, “O crime..., cit.).

assumindo-se como um elemento da *burguesia culta*, empenhado em salvar o capitalismo e não em subvertê-lo.

A verdade, porém, é que ele veio recordar ao mundo, como já referimos, o que considerava *os dois vícios fundamentais do capitalismo*: 1) a possibilidade de ocorrência de situações de desemprego involuntário; 2) as enormes desigualdades na distribuição do rendimento, que dificultam o desenvolvimento económico e potenciam o desemprego.

E advogou a necessidade de os combater seriamente, porque estes dois ‘vícios’ punham em causa a ‘paz social’ indispensável ao funcionamento do capitalismo dentro das regras da democracia política.

Ora o que todos os governos da UE estão a fazer (incluindo aqueles que são da responsabilidade de partidos socialistas e sociais-democratas) é exactamente o contrário: as políticas neoliberais que prosseguem provocam recessão, aumentam o desemprego, reduzem duramente os rendimentos dos mais pobres (incluindo os desempregados) e aumentam as já gritantes desigualdades sociais.

Keynes acreditava que a *socialização do investimento* tornaria o capital abundante e baixaria as taxas de juro para valores próximos de zero dentro de um prazo de 25 anos, operando-se assim, gradualmente, sem necessidade de qualquer revolução, o que ele chamou a *eutanásia do rendista* e do *capitalista sem profissão* (“functionless investor” – cap. XXIV da *General Theory*).

Diferentemente, as políticas que vêm sendo levadas a cabo nas últimas décadas por todos os defensores da cultura dominante de matriz neo-liberal empenham-se ativamente em criar as condições favoráveis à especulação e em proteger os que vivem das ‘rendas’ da especulação bolsista, das ‘rendas’ da especulação imobiliária e de todas as ‘rendas’ garantidas pelo estado.

Por isso voltaram a enterrar Keynes, sem lhe dar tempo para ressuscitar.

A verdade é que o neoliberalismo não existe fora do capitalismo. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades. O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na ação do estado capitalista, porque, ao contrário de uma certa leitura que dele se faz, o neoliberalismo exige um forte *estado de classe* ao serviço dos objetivos do setor dominante das classes dominantes, o capital financeiro.

A esta luz, poderemos dizer que, em certo sentido, esta é uma *crise do neoliberalismo* (ou uma *crise da financeirização*).²⁹ Com efeito, a contra-revolução monetarista trouxe consigo a plena liberdade de circulação de capitais à escala mundial; a independência dos bancos centrais; a desregulamentação das actividades do setor financeiro; o livre curso do *processo de inovação financeira* (criação de produtos derivados, mercados de futuros, todos os ingredientes das bolsas-casino); a prioridade absoluta conferida à estabilidade dos preços em detrimento do pleno emprego e do combate ao desemprego; a orientação das grandes sociedades anónimas no sentido de favorecer a distribuição de dividendos régios e de prémios principescos aos seus gestores, com prejuízo do auto-financiamento do investimento produtivo; a luta contra os sindicatos (nomeadamente contra a contratação colectiva); o aumento das taxas reais de juro cobradas pela banca e o aumento dos lucros do setor financeiro; o aumento do endividamento dos estados, das empresas e das famílias.

E estes são elementos claramente potenciadores da ocorrência das crises cíclicas próprias do capitalismo e da crescente dificuldade em sair delas através da recuperação das taxas de lucro das empresas não financeiras, do aumento da taxa de utilização da capacidade de produção instalada, do aumento do investimento privado em atividades produtivas, do aumento da produção e do emprego. “As últimas transformações do capitalismo [as que decorrem da ideologia neoliberal] podem conduzir a crises em que os mecanismos monetários e financeiros desempenham um papel central, aumentando a instabilidade inerente ao sistema. (...) Estas crises constituem uma componente maior dos custos do neoliberalismo”.³⁰

9.2. - Insinua outros que, em boa verdade, a crise atual é uma espécie de *crise de costumes*, resultante da falta de ética do capital financeiro, patente na actuação desregrada e imoral de uns quantos gestores da alta finança.

A Chanceler alemã (jornais de 13.1.2009) chegou a explicar a crise como resultado de “excessos do mercado”, coisa que ninguém esperaria de uma instituição acima de toda a suspeita, tão *natural*, tão *espontânea*, tão *insubstituível*, tão *respeitável*, tão *infalível*.

Perante este diagnóstico, o remédio residiria em: transformar o mercado no que chamou de “mercado económico-social” (estranha categoria teórica e triste destino para

²⁹ Uma caracterização desta *crisis of financialisation* pode ver-se em C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis*, cit., 4.

³⁰ Cfr. G. DUMÉNIL e D. LÉVY, “Costs and benefits...”, cit., 602, e também C. CAMACHO e J. ROJAS NIETO, *ob. cit.*

um mercado que se preze...); *introduzir a ética no mercado; impor a moral nos negócios; regular o mercado* para que este se porte bem e não volte a cometer excessos.

Resta saber se a ética e o mercado, a moral e os negócios, o mercado e a regulação não serão conceitos tão separados uns dos outros como o azeite da água.³¹

9.3. - Muito difundida é também a tese segundo a qual o que falhou foi a regulação e a supervisão.

E a verdade é que os sinais exteriores da crise puseram em evidência a influência negativa da desregulamentação do setor financeiro, da absoluta liberdade de circulação do capital e de criação de ‘produtos financeiros’ derivados excessivamente complexos, inventados apenas para alimentar os ‘jogos de bolsa’, bem como as deficiências ao nível da atuação das autoridades responsáveis pela regulação e pela supervisão do setor, atuação frouxa, pouco transparente e cúmplice dos interesses do grande capital financeiro.

É caso para perguntar: onde está a surpresa? Subtraída à soberania do estado a função reguladora, poderia esperar-se que ela tivesse êxito, uma vez confiada às *agências reguladoras ditas independentes*?

A verdade é que foi sob o seu olhar cúmplice que o império do capital financeiro impôs a desregulamentação de toda a economia e, em especial, do setor financeiro, e conseguiu o que queria: a entrega dos chamados ‘mercados’ aos especuladores e a entrega das *empresas produtivas* e dos próprios *estados nacionais* aos “mercados”, isto é, aos especuladores, aos que constituem *a sida da economia mundial* (Jacques Chirac *dixit*).

A verdade é que foi sob a ‘autoridade’ destas agências reguladoras que os bancos e o sistema financeiro em geral, libertos do controlo do estado, se lançaram no aventureirismo mais irresponsável (para usar linguagem diplomática), comprometendo nos ‘jogos de casino’ não só os interesses dos seus clientes, mas todas as actividades produtivas e criadoras de riqueza.

Criadas em pleno ‘reinado’ do neoliberalismo, estas agências e a sua ‘independência’ foram ‘inventadas’ porque todos sabem (a começar pelos seus ‘inventores’) que, libertas do *dever de prestar contas* perante os órgãos do poder político legitimados democraticamente e do escrutínio político do povo soberano, essas

³¹ “A moralização do capitalismo é, em rigor, impossível, visto que este é, em si mesmo, imoral: coloca-se ao serviço de uma minoria afortunada, instrumentaliza a grande massa dos trabalhadores e nega a sua autonomia. Exigir a sua moralização conduziria, na realidade, à exigência da sua supressão, seja qual for a dificuldade da tarefa”. Quem o afirma é o filósofo francês Yvon QUINIOU (*ob. cit.*).

agências ficam mais vulneráveis do que o estado à influência dos interesses económicos dominantes. Filhas do neoliberalismo, elas adotam, naturalmente, os dogmas do seu criador. O destino desta ‘regulação neoliberal’, *amiga do mercado*, só poderia ser a desregulação. Está de acordo com a sua natureza.

Quanto a nós, o estado (*regulador* ou *desregulador*) cumpriu o seu papel de deixar o campo aberto à *livre circulação de capitais*, à *livre criação de produtos financeiros derivados*, inventados com todo o carinho dos seus criadores para alimentar as apostas no casino em que transformaram o mundo.

O Sr. Alan Greenspan, o grande apóstolo da desregulamentação (que se define a si mesmo como “defensor ferrenho do livre funcionamento dos mercados”³²), sempre defendeu, como Presidente do FED, que quanto mais liberdade para o capital financeiro melhor para os negócios (e melhor para o mundo). Foi durante o seu consulado como ‘papa’ do mundo financeiro que foi revogada nos EUA uma lei do tempo do *New Deal* que proibia os bancos de ‘investir’ na bolsa, isto é, de jogar no casino.³³ A onda liberalizadora e desregulamentadora abriu as portas do casino aos bancos, e estes, como jogadores compulsivos, ‘queimaram’ no jogo, criminosamente, o dinheiro dos depositantes.

As suas responsabilidades foram-lhe recordadas numa Comissão do Congresso, perante a qual, já em plena crise, Greenspan prestou declarações. “O senhor – disse-lhe o Presidente da Comissão - tinha autoridade para evitar práticas irresponsáveis que conduziram à crise dos empréstimos *subprime*. Foi avisado por muita gente para atuar nesse sentido. Agora a nossa economia como um todo está a pagar o preço”.³⁴

Na sequência do interrogatório, o Congressista recordou afirmações públicas de Greenspan defendendo as teses mais fundamentalistas do neoliberalismo: “não é necessária qualquer regulação pública”, mesmo quando se trata de “transações de produtos derivados fora de bolsa”, porque “nada na regulação levada a cabo pelo estado a torna superior à regulação do mercado”. E perguntou-lhe se se sentia pessoalmente responsável pelo que aconteceu. Greenspan não respondeu diretamente e o Presidente da Comissão continuou a citá-lo: “Eu tenho uma ideologia. O meu juízo é que mercados

³² Cfr. A. GREENSPAN, *A Era...*, cit., 359.

³³ O Glass-Steagall Act (1933), que proibiu os bancos comerciais de negociar com títulos mobiliários, foi revogado em 1999 pelo Gramm-Leach-Bliley Act, que veio libertar o sector financeiro das ‘peias’ da regulação. O FED, liderado por A. Greenspan, estimulou e aplaudiu a mudança. Cfr. A. GREENSPAN, *A Era...*, cit., 362/363.

³⁴ As citações relativas a esta sessão no Congresso dos EUA foram colhidas em J. CASSIDY, *ob. cit.*, 4-6.

livres e de concorrência são, de longe, o melhor modo de organizar as economias. Tentámos as regulações. Nenhuma delas funcionou minimamente”. Como quem diz: *eu tenho uma ideologia* e atuei em conformidade com ela, porque só o *mercado livre* resolve os problemas.

Foi a vez de o Congressista insistir: “O senhor acha que a sua ideologia o empurrou para tomar decisões que o senhor gostaria de não ter tomado?” “O senhor enganou-se?” Resposta de Greenspan: “Eu cometi um erro ao presumir que os interesses próprios de organizações, especificamente bancos e outras, eram tais que constituíam o modo mais capaz de proteger os seus próprios acionistas e as suas ações nas empresas (...) Na realidade, um pilar crítico da concorrência e do mercado livre quebrou. E penso que isso me chocou. Ainda não compreendi inteiramente porque é que isso aconteceu, e, obviamente, na medida em que eu veja claro o que aconteceu e porquê, eu mudarei os meus pontos de vista”.

Em outro momento das suas declarações, Greenspan afirmou: “Encontrei uma falha no modelo que eu considerava como a estrutura crítica de funcionamento que define o modo como o mundo funciona, se posso dizer assim”. Tentando concluir, o Presidente da Comissão interpelou Greenspan: “Por outras palavras, o senhor acha que a sua concepção do mundo, a sua ideologia, não era correta”? Ao que Greenspan respondeu: “Precisamente”. Mas não deixou de invocar que uma ideologia é, a seu ver, um quadro concetual indispensável para lidar com a realidade e que, *para existir, precisamos de uma ideologia* (“To exist, you need an ideology”).

É um diálogo curioso e elucidativo, merecendo madura reflexão por todos aqueles que, à ‘esquerda’, em nome do pragmatismo, da ‘modernidade’, da ‘respeitabilidade’ como políticos capazes de bem gerir o capitalismo, vêm procurando apagar a ideologia (porque, à maneira da Sr^a Thatcher, entendem que *não há alternativa...*), aceitando, como ‘comandos’ inevitáveis, os dogmas da ideologia neoliberal.

Como se diz atrás, há anos que os especialistas na matéria chamam a atenção dos responsáveis políticos para o perigo de os novos produtos financeiros, nomeadamente os *produtos derivados*, se transformarem em “armas de destruição maciça”. O ‘desregulador-mor’ não ignorava estes estudos. Mas, como todos os grandes do mundo, há-de ter pensado que, nas guerras, quem costuma morrer é o povo...

O que é verdade é que nas cimeiras do G20 de 2008 (Washington) e de 2009 (Pittsburg) se falou da necessidade de reforçar os mecanismos de regulação e de supervisão do setor financeiro. Mas não se foi além da conversa.³⁵

Quando o ‘negócio’ faliu, chamaram o povo para os salvar, e o povo está a pagar a fatura.³⁶

Razão tinha Michel Rocard quando avisava (2003) que “numa economia mundialmente aberta [esta economia dominada pelo capital financeiro especulador] *não há lugar para a regulação nem limites para a violência da concorrência*”. Dito de outro modo: em um mundo governado pelas políticas neoliberais, *não há lugar para a regulação, e não há limites para a violência dos grandes conglomerados internacionais*.

Em suma: a regulação é uma falácia, não é coisa para levar a sério, porque dela não resulta nada, nem pode resultar.

9.4. - Toda a construção liberal assenta na ideia de que o melhor dos mundos se atinge, graças à *mão invisível* inventada por Adam Smith, deixando funcionar o mercado para que a taxa de lucro possa crescer, e, com ela, o investimento, o crescimento económico e o bem-estar para todos.

Este otimismo dos clássicos ingleses acerca das possibilidades de crescimento sem limites e da melhoria generalizada das condições de vida vinha reforçada pela confiança na Lei de Say, segundo a qual não são possíveis crises de sobreprodução generalizadas, e pela convicção de que, em virtude de leis naturais, os salários nunca poderiam, duradouramente, ultrapassar o valor correspondente ao *mínimo de subsistência*.

Este o enquadramento que justificava o *paraíso liberal* (o mesmo dos neoliberais dos nossos dias).

A verdade, porém, é que Maltus e depois Marx, cada um à sua maneira, vieram mostrar o que a vida confirmaria: as crises cíclicas de sobreprodução são inerentes ao capitalismo. Perante a evidência da Grande Depressão, o próprio Keynes reconheceu que, nas sociedades capitalistas, as situações de pleno emprego são *raras e efémeras*.

³⁵ Informação colhida no chamado *Relatório Podimata*, cit., 5.

³⁶ Só para salvar da falência as duas ‘estrelas’ do crédito hipotecário (a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*) o Governo norte-americano injectou dinheiro público no valor de 200 mil milhões de dólares (setembro/2008), substituindo dívida privada por dívida pública. A Administração de G.W. Bush, que sempre considerou a intervenção do estado na economia como um dos sinais da existência do *império do mal*, acabaria por protagonizar a mais dispendiosa intervenção do estado na economia desde os anos trinta. As voltas que o mundo dá...

*Esta é, pois, mais uma crise do capitalismo, cujas causas últimas, indo além das bolhas especulativas e dos jogos de casino que tornaram a crise indisfarçável, radicam na própria essência do capitalismo e foram-se acentuando à medida que se iam consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da política de globalização neoliberal dominante.*

Não será a última, mas ela ajudará a enfraquecer ainda mais este corpo condenado a morrer (como tudo o que é histórico) e a dar lugar a um mundo diferente, apesar de todos os meios – e são muitos – que podem ainda prolongar-lhe a vida.

10. – Parece até que, desta vez, tudo foi planeado para que a crise acontecesse, de modo a que, a pretexto dela, os grandes senhores do mundo possam agora aniquilar os direitos sociais dos trabalhadores (e, portanto, também os seus direitos civis e políticos), com o objetivo de fazer regressar o mundo aos tempos do *capitalismo selvagem* (que é, afinal, o capitalismo na sua essência).

10.1. - Segundo os cânones do pensamento liberal, a baixa dos salários reais é o elemento indispensável para tornar atrativa a contratação de trabalhadores desempregados e assim inverter o ciclo, abrindo o caminho para que, com base no funcionamento do mercado livre, se atinjam situações de reequilíbrio com pleno emprego em todos os setores da economia.

Hayek enfatiza este ponto: “o problema do desemprego é um problema de salários”. Isto é: a manutenção de salários reais baixos e a baixa dos salários reais são a condição indispensável e decisiva para se prevenirem e se ultrapassarem as crises, que poderiam evitar-se se se deixassem funcionar livremente os mercados, nomeadamente o *mercado de trabalho*, liberto das ‘imperfeições’ que o descaracterizam (contratação coletiva, salário mínimo garantido, proteção legal contra os despedimentos sem justa causa, subsídio de desemprego, etc.).

Compreende-se, por isso, que o objetivo último de todas as políticas de inspiração neoliberal tenha sido, ao longo das últimas quatro décadas, o de *baixar o nível dos salários reais*, na tentativa de compensar a *tendência para a baixa das taxas de lucro* que a crise de 1973-1975 evidenciara.³⁷

³⁷ É particularmente elucidativa, a este respeito, a análise da realidade americana a partir de 1973 (ano da denúncia unilateral pela administração Nixon dos compromissos assumidos em Bretton Woods sobre a convertibilidade do dólar em ouro, decisão que abriu o caminho ao regime de câmbios flutuantes e á contra-revolução monetarista) e de 1979 (com o início da *reaganomics*), realidade que alguém classificou como “depressão silenciosa” (cfr. W. C. PETERSON, *ob. cit.*).

Por toda a parte, os interesses e os atores que estão por detrás da *financeirização* têm pressionado os governos no sentido de adotarem as políticas que vêm provocando a diminuição dos salários reais e a diminuição da parte da riqueza criada que cabe aos trabalhadores, bem como as políticas que dão primazia ao combate à inflação e que desvalorizam a promoção do crescimento e do emprego.

Num contexto de acentuado desenvolvimento científico e tecnológico (rapidamente incorporado na atividade produtiva) e conseqüente aumento da produtividade, tratava-se de fazer reverter os *ganhos da produtividade* em benefício do capital, impedindo os trabalhadores de beneficiar condignamente da riqueza que criam.

A ‘globalização’ aumentou enormemente o número de trabalhadores disponíveis à escala mundial, tendo o *exército de reserva de mão-de-obra* aumentado também, no quadro europeu, na sequência da implosão da URSS e do desaparecimento da comunidade socialista europeia.

Neste “mercado mundial do trabalho”, “os trabalhadores de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial e do sistema social, estão doravante em concorrência entre si, em todos os domínios da economia, com um leque salarial entre um e 50 ou mais”. Este aumento da concorrência entre os trabalhadores à escala mundial já foi considerado por alguns autores “a principal consequência social da mundialização”.³⁸ Ele é, sem dúvida, um elemento novo na caracterização do capitalismo global, que precisa de ser analisado à luz da revolução científica e tecnológica do último quarto de século e que constitui um fator novo na análise do imperialismo, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*.

Os salários reais (que subiram sempre entre 1947 e 1973), registam uma baixa significativa a partir deste último ano. O mesmo aconteceu com o rendimento mediano das famílias americanas, sempre crescente no período entre 1947 e 1973. A partir de então, este indicador só não baixou (manteve-se praticamente estagnado) porque a participação crescente das mulheres no mundo do trabalho permitiu que o salário das mulheres se somasse ao salário dos homens. No mesmo sentido aponta a evolução registada em matéria de distribuição do rendimento: a partir do início da década de 1970 baixou o rendimento familiar médio dos 80% das famílias americanas com rendimentos mais baixos (baixas de quase 15% para os 10% mais pobres), ao mesmo tempo que aumentava (mais de 16%) o rendimento dos 10% mais ricos (aumento de 23,4% para os 5% mais ricos e de quase 50% para os 1% mais ricos).

Por outro lado, a *financeirização* da economia dos EUA foi acompanhada pela ‘internacionalização’ de muitas empresas industriais americanas (isto é, pela *deslocalização* de muitas delas para países com salários muito mais baixos, como a China, Índia e outros países asiáticos), o que se traduziu em acentuada *desindustrialização* da economia americana, com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego dos EUA. Os dados indicam que os novos postos de trabalho criados no setor dos serviços oferecem, na sua maioria, salários bastante mais baixos do que os praticados anteriormente na indústria. E aqui pode radicar um fator estrutural gerador da baixa dos salários reais na sociedade americana, aumentando as desigualdades e potenciando a ocorrência de crises cíclicas.

³⁸ Cfr. D. GALLIN, *ob. cit.*, 103.

Nestas condições particularmente favoráveis ao capital, o referido objetivo foi plenamente conseguido. O aumento da parte do capital na partilha do valor criado pelo trabalho produtivo atingiu mesmo proporções escandalosas. A distorção, em favor do capital, da chamada *distribuição funcional do rendimento* tem-se traduzido no agravamento da exploração e no empobrecimento relativo (e mesmo absoluto) da grande massa dos trabalhadores, tanto nos chamados ‘países ricos’ como nos ditos ‘países pobres’.³⁹

A diminuição da percentagem dos rendimentos do trabalho é ainda mais acentuada se deixarmos de fora os gestores profissionais, a pequena elite dos ‘trabalhadores’ mais bem pagos (1%), que, no grande banquete do capital, se sentam à mesa com os maiores acionistas das grandes sociedades anónimas.⁴⁰

No *Relatório sobre o Trabalho no Mundo/2008*, a OIT sublinha que “em 51 dos 73 países para os quais existem dados disponíveis, a parte dos salários no rendimento nacional tem diminuído ao longo dos últimos vinte anos”, especificando que “o declínio mais forte da parte dos salários no PIB teve lugar na América Latina e nas Caraíbas (-13 pontos percentuais), seguindo-se a Ásia e o Pacífico (-10 pontos percentuais) e as economias desenvolvidas (-9 pontos percentuais)”.

Um documento de trabalho apresentado na reunião de julho de 2010 do Banco de Pagamentos Internacionais faz uma longa análise crítica deste mesmo fenómeno: “A parte dos lucros é hoje invulgarmente elevada, e a parte dos salários invulgarmente

³⁹ Os trabalhadores continuam, por outro lado, a pagar um dramático “imposto de sangue” (Ignacio Ramonet, *Le Monde Diplomatique*, ed. port., Junho/2003), traduzido no elevado número de vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. Segundo dados da OIT, todos os anos 270 milhões de trabalhadores são vítimas de acidentes de trabalho e 160 milhões contraem doenças profissionais. Os acidentes de trabalho provocam todos os dias pelo menos 5 mil mortos (mais de dois milhões por ano!). Mesmo num país como a França, todos os anos morrem 800 trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, registando-se cerca de dez feridos por minuto.

Um Relatório da OIT elaborado no âmbito do *Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho* (28.4.2010) refere que o *stress*, enquanto doença profissional, atinge gravemente mais de 20% dos trabalhadores da UE, sendo a causa de mais de metade dos dias de trabalho perdidos.

Neste mundo antropofágico, em estado de *guerra civil permanente*, há ainda que contabilizar os que morrem de fome e outras vítimas da fome. Há pouco tempo, o Prof. Jean Ziegler, membro do Comité Consultivo do Conselho de Direitos Humanos da ONU, tornava público que, de 5 em 5 minutos, morre uma criança com menos de dez anos; que mil milhões de pessoas são subalimentadas; que todos os dias morrem 47 mil pessoas de fome (Cfr. *Público*, 4.4.2010). Se a estes juntarmos os que morrem de doenças evitáveis, muitas vezes resultantes da fome, o número de mortos provocados por esta *guerra civil* é, em cada ano, muito próximo dos mortos causados pela Segunda Guerra Mundial. Este mundo capitalista, agora gerido pela cartilha neoliberal, não é, de verdade, *o paraíso*...

⁴⁰ Tomando apenas os EUA, dados da OCDE indicam que os 25% dos salários mais baixos diminuiram 31% entre 1980 e 2005, enquanto os salários dos 10% do topo da escala aumentaram 21%. Cfr. E. STOCKHAMMER, *ob. cit.*, 10/11.

baixa. De facto, a dimensão desta evolução e o leque dos países a que diz respeito não têm precedentes nos últimos 45 anos”.

Para o conjunto da UE, a Comissão Europeia regista uma diminuição da parte dos salários de 8,6% entre 1983 e 2006 (9,3% na França). E, para o conjunto dos países do G7, o FMI aponta, para o mesmo período, uma diminuição de 5,8%.

Segundo os dados de que dispomos, na UE/15, a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional passou de 65% em 1980 para 57% em 2005, sabendo-se que, em vários países da UE, entre os quais Portugal, esta percentagem é ainda (consideravelmente) mais baixa.⁴¹

Em outro plano e considerando *pobres* aqueles que auferem rendimento inferior a 60% do salário médio do país onde vivem, 80 milhões de cidadãos da rica UE vivem abaixo do limiar da pobreza (incluindo 19 milhões de crianças), e cerca de 17% dos europeus não têm recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas (dados da Comissão Europeia referentes a 2010).⁴²

Nos EUA, calcula-se que, em finais de 2009, os 20% mais pobres dos americanos auferiam rendimentos inferiores ao nível oficial da pobreza.⁴³

Em finais de 2007, alguém tão insuspeito como Alan Greenspan reconhecia que “a parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e em outros países desenvolvidos atingiu um nível excepcionalmente baixo segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar.” E não escondeu a sua preocupação, invocando que “esta desproporção entre fracos níveis salariais e lucros historicamente muito elevados faz temer um aumento da animosidade contra o capitalismo e o mercado, tanto nos EUA como em outras zonas do mundo”.⁴⁴

É capaz de ter razão. Mas é curioso que Greenspan não tenha sequer aludido ao risco de uma crise grave do capitalismo, como consequência do fenómeno que regista. Talvez porque ele é um *fiel* da Lei de Say e acredita que as crises de sobreprodução não são possíveis nas sociedades capitalistas...

⁴¹ Em Portugal, a distribuição mais favorável aos trabalhadores registou-se em 1975: a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional atingiu então 59% (mesmo assim, nada de excepcional); em finais de 2010 esta percentagem estava nos 34%.

⁴² Segundo um estudo da Fabian Society, de finais de 2009, na Inglaterra, conservadores e trabalhistas (de Thatcher a Blair e a Gordon Brown) colocaram o país “perante o risco de regressar a níveis de pobreza idênticos aos da era vitoriana” (*The Independent*, 30.11.2009). Também aqui, é o regresso ao século XVIII.

⁴³ Cfr. F. GOLDSTEIN, *ob. cit.*, 8.

⁴⁴ Cfr. *Financial Times*, 17.9.2007.

10.2. - O recurso às políticas orientadas para provocar a baixa dos salários reais tem sido o principal expediente utilizado para tentar compensar a tendência estrutural no sentido da baixa da taxa de lucro. Mas a verdade é que os trabalhadores não são apenas os produtores da riqueza, são também a esmagadora maioria dos que têm de adquirir, pagando-as a um preço lucrativo para o capital, as mercadorias produzidas com o único objetivo de serem vendidas no mercado. O salário pago aos trabalhadores não é apenas um elemento dos custos de produção, é também o rendimento que alimenta o poder de compra da grande maioria da população que há-de comprar as mercadorias que têm de ser vendidas para que os empresários capitalistas possam recuperar o dinheiro investido e acrescentar o lucro (a *mais-valia*, em linguagem marxista).

Por isso, ao reduzir os salários, o capital *aumenta a sua taxa de mais-valia* (em termos absolutos e relativos). Mas, ao fazê-lo, *reduz o poder de compra dos trabalhadores*, que constituem a grande massa dos consumidores, colocando em risco a *realização da mais-valia*. E as crises de sobreprodução, próprias do capitalismo são, precisamente, *crises de realização da mais-valia*.

Pode aumentar o consumo de luxo e de super-luxo dos ricos, e ele tem aumentado, aliás, escandalosamente, de forma explosiva, ‘queimando’ para investimentos produtivos e investimentos sociais uma parte significativa da riqueza criada. Mas isto não basta (como já Henry Ford e Keynes tinham percebido) para resolver o problema da deficiência da procura global efetiva.

Pode aumentar a pressão consumista, usando e abusando dos instrumentos ao serviço da sociedade de consumo. Mas isso também não basta. Se diminui a parte dos salários no rendimento nacional, daí resulta a diminuição da parte do consumo na despesa agregada. A tentativa de compensar esta diminuição através do estímulo ao consumo financiado pelo crédito (*credit-financed-consumption*) não chega para anular os efeitos da quebra do poder de compra dos trabalhadores, e provoca a baixa generalizada e acentuada da taxa de poupança das famílias (e dos estados) e o sobreendividamento de muitas delas, que acabam por não poder pagar os encargos assumidos.

A história do capitalismo adulto mostra que o aumento do poder de compra da grande maioria da população (que são os trabalhadores) acompanhou sempre os períodos de crescimento económico e de progresso social. Isto quer dizer que a subida dos salários reais, em resultado da luta das organizações dos trabalhadores, tem constituído, historicamente, um fator de desenvolvimento pelo menos tão importante

como o desenvolvimento científico e tecnológico (e o conseqüente aumento da produtividade), as exportações e o investimento direto estrangeiro.

À escala mundial, calcula-se que, nos últimos dez anos, a produtividade aumentou cerca de 30%, enquanto o aumento dos salários não foi além de 18%. Isto significa que os ganhos da revolução científica e tecnológica têm servido, essencialmente, para aumentar os lucros (em especial os lucros especulativos do capital financeiro), quando deveriam ter ajudado à progressiva libertação dos trabalhadores, não só através do aumento dos salários, mas, sobretudo, proporcionando garantias mais sólidas no que toca aos direitos no âmbito da segurança social, melhores condições de vida e de trabalho, redução do horário de trabalho, melhores serviços públicos de educação e de saúde, universais, gerais e gratuitos.

Esta partilha desigual dos ganhos de produtividade dá lucros (e muitos) a curto prazo aos que “vivem do lucro” (para usar a expressão de Adam Smith), mas agrava as contradições dentro do capitalismo como um todo e acentua os riscos de ocorrência de crises cíclicas de sobreprodução, com a conseqüente impossibilidade de realização da mais-valia. Não admira, por isso mesmo, que o empobrecimento dos trabalhadores tenha conduzido a uma *crise de sobreprodução* (uma *crise de realização da mais-valia*), pondo em causa o processo de reprodução do capital e ‘destruindo’ o capital em excesso (equipamentos, edifícios, recursos materiais, conhecimento, trabalhadores ‘condenados’ ao desemprego em massa).

O grande mérito de Keynes poderá ter residido na sua capacidade de compreender isto mesmo. E, preocupado, acima de tudo, em salvar o capitalismo, fez propostas que estão na base do estado social e do estado-providência.

Os neoliberais de hoje (incluindo os socialistas e sociais-democratas) rejeitaram a lição de Keynes, servindo os interesses do capital financeiro à custa dos direitos dos trabalhadores. Em obediência aos dogmas do neoliberalismo, semearam ventos; os povos sofrem agora as tempestades.

11. – Dados os elevados custos da tecnologia atualmente utilizada, as grandes empresas são forçadas a expandir a produção até ao limite da sua capacidade disponível, na tentativa de aumentar a sua quota de mercado e os seus lucros.

Mas esta tecnologia altamente sofisticada exige cada vez menos trabalhadores, que produzem cada vez mais bens por unidade de tempo de trabalho, do mesmo modo

que a concorrência entre os trabalhadores à escala mundial facilita a adoção de políticas orientadas para fazer baixar os salários reais e acentua os efeitos destas políticas.

Acresce que, nas condições atuais, a exportação de capital a partir dos países nucleares do capitalismo é acompanhada da *deslocalização* da produção industrial para os países de mão-de-obra barata e sem direitos, debilitando as estruturas produtivas dos países dominantes, dificultando a criação de emprego no momento da ultrapassagem dos períodos de depressão, pondo em causa a segurança do emprego, os níveis salariais e os direitos sociais dos trabalhadores dos países mais industrializados.

Por outro lado, como é sabido, a concorrência entre as grandes empresas monopolistas (nos mercados de oligopólio) faz-se através da introdução de novas tecnologias de produção e de novos produtos. Mas as tentativas de ampliar por este meio as quotas de mercado atingem rapidamente os seus limites. Com efeito, o alto nível de produtividade das tecnologias disponíveis gera em pouco tempo um volume de produção que ultrapassa o poder de compra dos consumidores, e o processo de expansão é travado, porque ninguém investe para aumentar a capacidade de produção se souber que não pode vender, com lucro, os bens produzidos.

Por isso, nos últimos vinte ou trinta anos, as crises do capitalismo têm-se caracterizado pela dificuldade em retomar o crescimento do emprego: a economia começa a crescer, mas o desemprego mantém-se, a níveis elevados. Isto significa que, não recuperando o seu posto de trabalho, os trabalhadores não recebem o seu salário e não dispõem de rendimentos para comprar as mercadorias que o sistema produz para vender e obter lucros. A ultrapassagem das crises do capitalismo vem-se revelando uma tarefa cada vez mais difícil de resolver, porque, nas condições referidas, não é fácil fazer arrancar o processo de acumulação do capital, traduzido na recuperação da economia e na criação de emprego. Apesar da enorme injeção de capitais públicos os EUA continuam, em meados de 2011, com 14 milhões de desempregados.

Do ponto de vista das nossas preocupações, é importante tentar saber qual a relação entre o aumento dos lucros e o aumento do investimento, dado que, desde Adam Smith, se vem acentuando que, sem lucros, não há investimento. Mas isso não significa que o aumento dos lucros arraste necessariamente consigo um correspondente aumento do investimento.

Na verdade, a relação entre o aumento dos lucros e o nível do investimento diminuiu consideravelmente, nos países mais desenvolvidos (USA, Reino Unido, Alemanha, França e Japão), a partir de meados dos anos 1970.⁴⁵

Este foi o período do início da contra-revolução monetarista, que trouxe consigo o domínio do capital financeiro, privilegiando a especulação em detrimento do investimento produtivo. E é provável que o excesso de mais-valia sem aplicação rentável em investimentos na área produtiva possa ajudar a explicar a *financeirização* do sistema e a entrada dos senhores do capital no mundo obscuro dos *jogos de casino*. Estes, como já se disse atrás, fizeram o resto.

Neste mesmo sentido atuou o processo de *inovação financeira*, a que nos referimos anteriormente. Os chamados *investidores institucionais* adquiriram um peso enorme no capital acionista das grandes empresas cotadas em bolsa. E este tem sido um dos factores da *financeirização* das economias capitalistas, porque estes investidores têm privilegiado o ‘investimento’ em *capital fictício* (ativos financeiros), o mesmo fazendo os bancos, que têm beneficiado de taxas de juro crescentes e têm somado lucros elevados (quase isentos de impostos), que canalizam (bem como os depósitos dos seus clientes) para os jogos de casino.

Por outro lado, os grandes acionistas e os seus *managers* abandonaram a prática tradicional de não distribuir uma parte dos lucros, canalizando para o investimento produtivo este ‘aforro forçado’. Ao invés, passaram a privilegiar a maximização do lucro a curto prazo e a distribuição de dividendos elevadíssimos aos acionistas, acompanhada do pagamento de generosos salários e prémios aos gestores que cumprem as metas. Uns e outros colocam este dinheiro nos paraísos fiscais (para isso os inventaram) e jogam forte nas bolsas-casino.

São estes mesmos interesses e atores que pressionam os governos no sentido de darem primazia ao combate à inflação (para não ficarem em risco as cotações dos valores mobiliários) e de desvalorizarem as políticas ativas de crescimento da economia, bem como no sentido do *arrocho salarial*, que tem provocado a diminuição acentuada da participação dos trabalhadores (dos salários) no valor acrescentado à escala mundial.⁴⁶

O ambiente especulativo que fica desenhado tem acentuado a volatilidade e a incerteza dos mercados financeiros (nomeadamente quanto às taxas de juro e às taxas de

⁴⁵ Cfr. E. STOCKHAMMER, *ob. cit.*, 12/13.

⁴⁶ Cfr. P.-A. IMBERT, *ob. cit.*, e M. HUSSON, *ob. cit.*.

câmbio), afetando negativamente o investimento nos setores produtivos. Se à baixa deste tipo de investimento acrescentarmos a baixa do consumo privado, o resultado é a diminuição da procura agregada.

A equação enunciada permite compreender não só a génese das situações recorrentes de sobreprodução, mas também o facto de estar a tornar-se cada vez mais difícil para o capital recuperar os *adiantamentos* feitos na aquisição de equipamentos muito caros, acentuando-se a *tendência para a baixa da taxa de lucros*.

Esta é a questão central que está por detrás da crise (desta e de todas as outras crises do capitalismo). E ela traduz uma contradição que o capitalismo não consegue ultrapassar, a contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a natureza das relações de produção próprias do capitalismo, que assentam no trabalho assalariado e pressupõem a maximização do lucro do capital.

Historicamente, quando o medo do aumento da “animosidade contra o capitalismo e o mercado” (A. Greenspan) perturbou o sono dos senhores do mundo, estes cederam algumas migalhas aos trabalhadores, para os desviar dos caminhos da revolução anti-capitalista e assim poderem dormir em paz. Como vimos, foi esta a inspiração de Keynes, foi esta a raiz do estado social e do estado-providência. Mas, com a implosão da URSS e da comunidade socialista europeia, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, o *pensamento único* conquistou mais adeptos, a *ideologia neoliberal* acentuou o seu domínio, e os ‘donos’ do mundo acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*. Sempre que as condições objetivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar ao século XVIII e à violência das relações industriais que marcou os primeiros tempos do capitalismo.

12. – E agora? Ninguém saberá o que vai acontecer.

12.1. - Os mais fiéis do neoliberalismo garantem que o dogma não está em causa, porque ele é o único caminho da salvação. Crentes na velha receita segundo a qual ferida de cão se cura com focinho do mesmo cão, acreditam que as doenças provocadas pela gestão neoliberal do capitalismo se curam com mais neoliberalismo. Por isso entendem que, passada a onda, tudo vai regressar ao paraíso das liberdades do capital, ainda que, entretanto, seja necessário que o estado capitalista mude de máscara mais uma vez, intervindo na economia para os salvar do naufrágio.

E a realidade parece confirmar este diagnóstico.

Os *paraísos fiscais* continuam, intocáveis, a vender a sua soberania intocável aos que vivem fora da lei.

As *agências privadas de rating* continuam a ditar sentenças infalíveis para ‘orientar’ “os mercados”.

Todos os reguladores e supervisores continuam no seu posto, competentes e independentes como sempre, a dispor da vida das pessoas sem perante elas responderem politicamente. Para isso se criaram as *agências reguladoras independentes*: para que o povo eleitor acredite que, independentes e sábias, elas existem para defender o interesse público. Para isso se declarou a sua *independência*: para que o povo soberano não possa pedir-lhes contas. Uma vez criadas, está cumprido o seu papel. Nada mais se deve esperar delas. Como diz a sabedoria popular, não se podem pedir pêras ao olmo...

Os banqueiros e os especuladores que provocaram a crise receberam milhões e milhões para continuarem a fazer o que sempre fizeram: aproveitar todas as oportunidades de negócios que a sacrossanta e absoluta *liberdade de circulação de capitais* lhes continua a proporcionar. Tudo é para eles muito fácil, porque eles são “os mercados” (esses seres misteriosos que enchem os *media* e que, como se fossem pessoas, sofrem de *stress*, ficam confusos, nervosos e ansiosos) e porque eles são também *donos das agências de rating* que dão orientações aos “mercados”, para os ajudar a ultrapassar os estados de alma mais difíceis.

O estado capitalista mostra de novo a sua face e a sua verdadeira natureza de classe. É o *estado garantidor* no seu melhor, garantindo os interesses e as posições de comando da pequena elite do grande capital financeiro.

12.2. - Como é sabido, mesmo alguns dos ‘papas’ do neoliberalismo, como Alan Greenspan, defendem agora que “pode vir a ser necessário nacionalizar temporariamente alguns bancos, de forma a facilitar uma reestruturação rápida e ordeira (...), permitindo ao Governo transferir os títulos tóxicos para um banco mau [leia-se: um *banco público*] sem ter o problema de lhes atribuir um preço”.⁴⁷

⁴⁷ Cfr. *Financial Times*, 18.2.2009. Ao estado nem sequer se reconhece o estatuto do velho *estado polícia sinaleiro*, que, apesar de só dever intervir em caso de perturbação grave do trânsito, estava na rua para observar o que se passava. O Sr. Greenspan e muitos outros (incluindo os vários governos da responsabilidade de partidos socialistas e sociais-democratas, que ‘nacionalizaram’ bancos anunciando que os transfeririam logo que possível para o setor privado) preferem uma espécie de *estado bombeiro*: é chamado para apagar o ‘fogo’, mas recolhe ao quartel logo que o ‘incêndio’ é dado como extinto e o ‘edifício’ está recuperado, como novo, graças a ‘obras’ pagas pelos contribuintes. Aos especuladores-incendiários tudo é perdoado (a incompetência e os crimes que estão na origem do ‘fogo’), recebendo

A ideia confessada, sem qualquer pudor, é a de *transformar dívida privada em dívida pública*, pagando o *estado garantidor*, com o dinheiro dos impostos, o *lixo tóxico* acumulado pelas instituições financeiras que se lançaram em jogos especulativos de alto risco, acabando por ficar com as mãos cheias de fichas de um casino sem fundos. Fica a descoberto o *capitalismo de compadrio* (“croney capitalism”), a completa cumplicidade entre o grande capital financeiro e os círculos do poder político.⁴⁸

Só no primeiro ano posterior à crise, o conjunto dos estados capitalistas gastou mais dinheiro a salvar as instituições financeiras que perderam fortunas nos jogos de casino do que o dinheiro gasto, em todo o mundo, nos últimos 50 anos, na ajuda aos países ditos subdesenvolvidos. E a verdade é que o próprio FMI reconhece que “quatro anos após o início da crise financeira, a confiança na estabilidade do sistema financeiro global continua sem ser restaurada”.⁴⁹

Desde que rebentou a crise atualmente em curso, o governo dos EUA já gastou pelo menos 10,5 milhões de milhões de dólares na ajuda às instituições financeiras e à indústria automóvel e no reforço das despesas militares (especialmente com as guerras no Iraque e no Afeganistão). Isto sem contar com os financiamentos do FED à banca a taxas de juro próximas de zero.⁵⁰

À escala europeia, foi também o dinheiro dos contribuintes que salvou as instituições financeiras do ‘lixo tóxico’ com que se envenenaram graças aos negócios irresponsáveis e às práticas criminosas a que se dedicaram. Mas nada de essencial mudou quanto às regras do seu funcionamento, o que permite que elas ganhem agora muito dinheiro especulando contra o euro.

Comentando a situação nos EUA, Joseph Stiglitz sublinha que a Administração americana “pouco ou nada fez para ajudar os milhões de americanos que têm vindo a perder a sua casa. Os trabalhadores que perdem o emprego só têm direito a subsídio durante 39 semanas. Depois, ficam por sua conta e risco. Mas o mais grave é que, perdendo o emprego, perdem também o seguro de saúde. (...) Enquanto os ricos e os poderosos pedem ajuda ao governo sempre que podem, os necessitados praticamente não têm acesso ao sistema de segurança social”. Por isso conclui que “este sucedâneo de

ainda, como prémio de consolação, o ‘casino’ inteiramente recuperado e com os cofres cheios, para que a jogatina continue.

⁴⁸ C. LAPAVITSAS e outros explicam muito bem como é que o capital financeiro desencadeou uma crise global e agora beneficia com ela (*Eurozone Cisis*, cit., 36ss).

⁴⁹ Cfr. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2011, 1.

⁵⁰ Cfr. F. GOLDSTEIN, *ob. cit.*

capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso”.⁵¹

Acompanhamo-lo neste voto/previsão. Mas a verdade é que o ‘sistema’ continua de pé. Os Governos entregam aos grandes bancos e às grandes companhias de seguros, sob o pretexto de que eles não podem falir, milhões e milhões de dólares (e euros) para os salvar da falência. Ora, como a falência é algo que pode acontecer às empresas capitalistas (diz-se que uma das vantagens do capitalismo é precisamente a de não permitir a subsistência de empresas não rentáveis...), é de admitir que estejamos aqui perante uma intervenção do tal *estado garantidor* (cuja função é garantir a ‘boa vida’ das grandes empresas, anulando os riscos do negócio..., porque elas não podem falir...).

O *estado capitalista*, como *estado de classe*, é isto mesmo. Os lobbistas que conseguiram fazer aprovar a legislação desreguladora, que abriu caminho a todas as práticas irresponsáveis e criminosas dos ‘especuladores’, estão agora a ganhar dinheiro conseguindo fazer prevalecer a ideia de que a única saída para a crise reside na *intervenção do estado para obrigar os trabalhadores a pagar a crise*, ou seja, a pagar a *dívida pública* constituía para livrar os bancos da sua *dívida privada*.

Apesar dos muitos milhares de milhões que saíram dos bolsos dos contribuintes para financiar uma gigantesca intervenção do estado destinada a transformar dívida privada em dívida pública, a economia não descola, em termos globais, e o desemprego mantém-se a níveis muito elevados. Por isso mesmo, aquela dívida pública dificilmente poderá ser amortizada, uma vez que o dinheiro adiantado pelo estado não passa de *capital fictício*: os milhões de trabalhadores desempregados não produzem riqueza adicional e o estado não pode cobrar uma parte dela através dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre os lucros. Ao invés, o estado tem ainda que gastar mais algum dinheiro para apoiar os trabalhadores desempregados, de modo a tentar evitar a rotura da coesão social e a eclosão de conflitos sociais graves.

13. – Outros, ao invés, procuraram um discurso ‘à esquerda’ e vieram a público proclamar que o neoliberalismo tinha de sair de cena. Não foram apenas socialistas e sociais-democratas. Nesta corrida para apurar quem é mais demagogo, o próprio Sarkozy apressou-se a defender “uma refundação global do capitalismo”, que deve ser

⁵¹ São observações de J. STIGLITZ, colhidas em *Diário Económico*, 15.6.2009.

“completamente reformado”, pois “a ideologia da ditadura dos mercados e do estado impotente morreram com a crise”.⁵²

A verdade é que, à escala europeia, foi também o dinheiro dos contribuintes que salvou as instituições financeiras do ‘lixo tóxico’ com que se envenenaram graças aos negócios irresponsáveis e às práticas criminosas a que se dedicaram.

13.1. - No já referido *Relatório Podimata* o Parlamento Europeu recorda que as instituições financeiras distribuíram, ao longo das últimas décadas, dividendos excessivos e prémios de gestão principescos e sublinha que, para as salvar do ‘buraco’ em que se meteram, se afetaram milhares de milhões de euros, facto que “agravou e acelerou a crise orçamental e da dívida”, implicando “um ónus inesperado dos orçamentos públicos, comprometendo perigosamente a criação de emprego, o financiamento do estado-providência e a concretização dos objetivos climáticos e ambientais”.

O mesmo *Relatório* sublinha ainda que as instituições financeiras não têm dado, até agora, qualquer contributo para pagar a crise, cujos custos têm sido suportados essencialmente pelos contribuintes. E chama a atenção para o facto de o setor financeiro estar sub-tributado, desde logo porque não se cobra IVA sobre a maioria dos serviços financeiros (embora se pague IVA sobre o pão, a água, as despesas de transporte, os medicamentos...). Sendo a UE o maior mercado financeiro do mundo e representando as atividades do setor financeiro 73,5% do PIB comunitário, temos de concluir que é muito dinheiro que por esta via escapa à tributação, acentuando a regressividade e a injustiça do sistema fiscal.

13.2. - O *Relatório Podimata* debruça-se também sobre o faladíssimo *imposto sobre as transações financeiras*, que vem sendo sugerido desde a década de 1930 (Keynes, entre outros, antecipou a ideia da *taxa Tobin*). E recorda que o Conselho Europeu reconheceu a necessidade de um imposto deste tipo (ITF) a nível mundial, lembrando que o Parlamento Europeu pediu à Comissão Europeia, em março/2010, que elaborasse um estudo sobre esta matéria. Até hoje, a Comissão não deu quaisquer sinais de vida a este propósito.

E no entanto, como o *Relatório* põe em evidência, um ITF com uma base tributária ampla, mesmo a uma taxa ínfima de 0,05%, proporcionaria uma receita estimada em 200 mil milhões de euros à escala da UE e de 650 mil milhões de euros à

⁵² Cfr. *O Globo*, 16 e 24 de outubro/2008.

escala mundial. Depois, venham dizer-nos que não há recursos suficientes para financiar o estado social... E como explicar que, perante a crise gerada no sector financeiro, só os trabalhadores estejam a suportar os custos (ainda por cima os custos de políticas que só agravarão a crise)?

Além deste contributo financeiro, o *Relatório* aponta ainda outras vantagens decorrentes da aplicação do ITF: ele contribuiria para financiar os bens públicos globais e para reduzir os défices públicos, garantindo maior sustentabilidade financeira aos estados; melhoraria o funcionamento, a eficiência e a estabilidade dos mercados financeiros; aumentaria a transparência e reduziria as atividades especulativas; reduziria a excessiva volatilidade dos preços; ao tributar as rendas e benefícios associados às operações que implicam riscos excessivos, o ITF incentivaria o setor financeiro a investir em projetos a longo prazo com valor acrescentado para a economia real.

Não faltam, pois, boas razões para se avançar no sentido da tributação das transações financeiras. Só que – é o *Relatório* a dizê-lo⁵³ – nem a UE nem o G20 parecem interessados em obter estas vantagens, porque nada fizeram no sentido de avançar com o ITF. Não fizeram nada a respeito do ITF nem fizeram nada para alterar de modo relevante as regras de funcionamento das instituições do setor financeiro. Por isso, “sem controlo, elas especulam contra o euro, agravando o custo da dívida e os défices dos estados-membros, mas garantindo poder e lucros fabulosos”.⁵⁴ O BCE, que deveria, para ser um verdadeiro banco central, proteger o mercado contra a ação dos especuladores, está abertamente do lado destes, contra os estados membros vítimas da especulação. Para isso foi criado, com os estatutos impostos pela Alemanha e que são parte integrante dos tratados estruturantes da UE.

13.3. - O *Relatório* em análise refere igualmente que a evasão e a fraude fiscais representam anualmente, à escala da UE, um montante entre 200 e 250 mil milhões de euros. E dados da Comissão Europeia indicam que a fraude fiscal representa entre 2% a 2,5% do PIB comunitário,⁵⁵ ou seja, pelo menos o dobro do orçamento da União. . É dinheiro suficiente para reduzir muitos défices públicos, sem necessidade de aumentar os impostos pagos pelos trabalhadores. E é claro que não são os trabalhadores por conta de outrem que fogem ao fisco: o imposto sobre o rendimento é logo descontado na folha de pagamento. E também não fogem ao IVA, cobrado pelas empresas vendedoras no

⁵³ Cfr. *Relatório Podimata*, 8 e 19.

⁵⁴ Cfr. A. Carlos SANTOS, *ob. cit.*

⁵⁵ Cfr. *Relatório Podimata*, cit., 7 e *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), setembro/2010, 9.

momento em que compram os bens e serviços em que gastam praticamente todo o seu rendimento disponível.

Consequentemente, o *Relatório* acentua a necessidade de dar combate à fraude e à evasão fiscais e de “deslocar gradualmente [*sic*] o peso da carga fiscal do trabalho para o capital”.⁵⁶ Este combate deveria ser uma prioridade, porque a fraude é um crime e porque com o dinheiro desviado se poderiam resolver muitos problemas. Mas as prioridades são outras, porque a prática da fraude fiscal é um ‘jogo’ reservado aos muito ricos e aos titulares de rendimentos do capital. Têm pregado no deserto os deputados europeus...

Para equilibrar as contas públicas sem condenar os trabalhadores à miséria, bastaria que se acabasse com a fraude dos *paraísos fiscais*, os localizados em *off-shores* e os instalados em alguns países da União, protegidos por legislação amiga dos especuladores, dos titulares de grandes fortunas e de altos rendimentos, sobretudo do capital.⁵⁷ O simples bom senso parece autorizar a conclusão do Prof. J. Galbraith: “restabelecer as finanças públicas exige menos rigor orçamental do que rigor intelectual e moral”.⁵⁸

14. - Apesar dos enormes ganhos da produtividade do trabalho (a uma escala sem comparação com os séculos anteriores), decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida aplicação na esfera da produção, a globalização neoliberal acentuou as desigualdades e condenou à extrema pobreza milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da exclusão social (a “nadificação do outro”, na expressão terrivelmente certa do cineasta brasileiro Walter Salles), que é uma vergonha deste nosso tempo.

14.1. - O Presidente do Banco Mundial (Robert Zoellick) escrevia, em outubro/2010: “Pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia”.⁵⁹

⁵⁶ Cfr. *Relatório Podimata*, 5, 6 e 19.

⁵⁷ À escala portuguesa, na Zona Franca da Madeira (ZFM) estão instaladas muito mais empresas do que trabalhadores (cfr. *Avante*, 12.5.2011). Das cerca de três mil empresas abrigadas neste pequeno paraíso fiscal em 2009, 2435 não tinham nenhum trabalhador ao seu serviço, e 2678 não pagaram impostos sobre os lucros. Calcula-se que, só neste ano, o estado português deixou de cobrar a estas empresas cerca de 1100 milhões de euros de IRC. Sabendo que a ZFM foi criada em 1980, basta fazer as contas. Alguns ‘eleitos’ gozam, realmente, o ‘paraíso’ na terra, com vistas para o mar...

⁵⁸ Cfr. James GALBRAITH, *ob. cit.*

⁵⁹ Citação colhida em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), outubro/2010.

Segundo dados do FMI (outono/2010), as políticas neoliberais destruíram, em 2009, à escala mundial, 30 milhões de postos de trabalho, dando uma boa contribuição para engrossar o número dos desempregados, que rondará, segundo a OIT (*Tendências Mundiais do Emprego - 2011*) os 205 milhões em todo o mundo, sendo que 1530 milhões dos que têm trabalho desenvolvem a sua atividade em condições de precariedade.

À escala europeia, o *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”.

Ainda ninguém conseguiu demonstrar a existência de uma relação positiva entre a flexibilização da legislação laboral e os baixos salários, por um lado, e o aumento da ‘competitividade’ ou a redução do desemprego, por outro lado. A vida nega todos os dias esta pretensa relação, que não passa de uma criação da ideologia dominante. Keynes (e Marx antes dele) deixou claro que os salários sobem quando o desemprego diminui e diminuem quando o desemprego aumenta, e não o contrário. O desemprego não diminui quando os salários baixam nem aumenta quando os salários sobem, porque o nível do emprego (e o nível dos salários) depende de um factor externo ao mercado de trabalho: a procura efetiva.

Razões não faltam, como se vê, para deitar fora os catecismos neoliberais: no plano teórico, o neoliberalismo está completamente desacreditado, e os resultados das políticas neoliberais são consabidamente desastrosos. A verdade, porém, é que o neoliberalismo não saiu de cena: os pontos deste ‘teatro do mundo’ continuam a soprar aos atores em palco os mesmos textos... E os governantes de turno não conhecem outra cartilha. Infelizmente, até hoje a realidade confirma este diagnóstico.

Como os mais beatos discípulos do *Ayathola de Chicago*, os governantes europeus (conservadores, socialistas e sociais-democratas) ajudaram à missa da ‘morte’ de Keynes, ignorando os seus ensinamentos fundamentais (durante décadas a bíblia da social-democracia europeia) e venerando e levando à prática, com o fervor e a fé dos neófitos, os dogmas que aprovaram em Maastricht: a plena liberdade de circulação internacional de capitais; o Pacto de Estabilidade e Crescimento; a independência do Banco Central Europeu; a impossibilidade absoluta de os Estados membros financiarem as suas políticas mediante o recurso à emissão de moeda; o regime do (não) auxílio dos estados às empresas nacionais em dificuldades ou com projectos de expansão de

interesse nacional; o regime da (falsa) concorrência que interessa ao grande capital; a prioridade dada à estabilidade dos preços e a secundarização da promoção do crescimento económico e do emprego.

Em pleno naufrágio, desorientados, deram a ideia de que se preparavam para ir sorratamente às gavetas do velho Keynes em busca de algumas ferramentas que tinham deixado enferrujar por falta de uso. Mas, após um curto período de aparente reconciliação com o ‘ressuscitado’ Keynes, têm vindo a confirmar que preferem o Keynes ‘morto’. Porque não estão dispostos a combater, como ele defendeu, aqueles que considerava *os dois vícios fundamentais do capitalismo*, ‘vícios’ que punham em causa a ‘paz social’ indispensável ao funcionamento do sistema dentro das regras da democracia política: 1) a possibilidade de ocorrência de situações de desemprego involuntário; 2) as enormes desigualdades na distribuição do rendimento, que dificultam o desenvolvimento económico e potenciam o desemprego.

14.2. - Relativamente ao que é substancial, a orientação neoliberal das instituições da UE e dos governos dos estados membros não mudou nada em consequência da presente crise.

O pensamento dominante parece continuar a acreditar que o Tratado de Lisboa (versão travestida da falecida ‘Constituição Europeia’) foi um passo em frente na resolução dos nossos problemas, fazendo por esquecer que os Tratados estruturantes da UE são a casa-abrigo do breviário neoliberal, e são, por isso mesmo, no que toca às questões económico-sociais, uma das fontes do problema e não uma das chaves da solução.

Por toda a parte continuam a aplicar-se, com o fervor e a fé dos neófitos, os dogmas aprovados em Maastricht. Nos vários países da UE, os caminhos são os percorridos desde há décadas: dar milhões a banqueiros e a especuladores; oferecer uma tributação amiga aos rendimentos muito elevados e aos rendimentos do capital; fechar os olhos à evasão e à fraude fiscais; extorquir esses milhões a quem trabalha e a quem está desempregado, através do aumento do IVA e dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, do congelamento e da redução dos salários, das pensões de reforma e dos apoios sociais aos desempregados, do aumento da contribuição das famílias nas despesas com a saúde e com a educação; alterar a legislação do trabalho, para facilitar os despedimentos (mesmo sem justa causa) e a mobilidade em matéria de horários e de locais de trabalho, para generalizar o trabalho precário e sem direitos, para bloquear e combater a *contratação coletiva*, substituída por *acordos de empresa* (como manda o

FMI), na mira de dividir e isolar os trabalhadores e anular o poder negocial dos sindicatos, sabendo-se, como se sabe, que a contratação coletiva foi, durante a segunda metade do século XX, o instrumento mais eficaz de redistribuição do rendimento em favor dos trabalhadores, muito mais eficaz do que as políticas de inspiração keynesiana orientadas para este objetivo.

Estas políticas neoliberais repetem aquelas que nos trouxeram à situação atual e traduzem-se, a curto prazo, no agravamento da recessão e do desemprego, na redução drástica dos rendimentos dos mais pobres (incluindo os desempregados) e no aumento das já gritantes desigualdades sociais; a médio e a longo prazo, dificultarão o crescimento da economia e obrigarão a desviar para o pagamento da dívida toda a riqueza criada (sem anular, antes aumentando, o risco da bancarrota).

Aproveitando a maré, tais políticas vêm acentuando tudo aquilo que, nos últimos anos, tem vindo a pôr em causa direitos conquistados, um a um, pelos trabalhadores, direitos que o estado-providência foi acolhendo e que os neoliberais atacaram abertamente desde o início da “contra-revolução monetarista”. E os propagandistas de serviço aproveitam para tentar convencer o mundo de que não é possível manter os ‘privilégios’ do estado-providência, nomeadamente os sistemas públicos de segurança social e o direito a um sistema público de saúde e a um sistema público de educação, universais e gratuitos. Todos os dias os *media* se esforçam por nos convencer de que os sistemas públicos de segurança social não são sustentáveis porque o dinheiro não chega para tudo e porque as pessoas idosas são cada vez em maior número. Como se os trabalhadores não criassem hoje mais riqueza do que em qualquer período anterior na história. Como se o aumento da esperança de vida, em vez de um ganho civilizacional, fosse uma condenação para a humanidade.

É arrepiante lermos o que diz Alain Minc (conselheiro do Presidente Sarkozy) sobre o direito das pessoas idosas a aceder aos cuidados do sistema público de saúde. Relatando o caso do seu próprio pai, refere que ele esteve internado num serviço de ponta durante quinze dias, tendo gasto cem mil euros de dinheiros públicos. Escandalizado com este desperdício (para tratar de uma pessoa de 102 anos de idade), defende que têm de se repensar “as despesas médicas feitas com os muito velhos, indo buscar uma contribuição ao seu património ou ao dos seus herdeiros”.⁶⁰

⁶⁰ Esta história edificante é relatada por Serge Halimi no editorial de *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), dezembro/2010.

Pois bem. Na França, calcula-se que o valor perdido pelos trabalhadores em virtude de a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional ter diminuído 9,3% nos últimos 30 anos corresponde a um montante dez vezes superior ao déficit da Segurança Social e vinte vezes superior ao déficit do Sistema de Pensões. Para onde foi esse dinheiro?

Se os descontos patronais para a segurança social forem feitos segundo o volume de negócios (ou a massa dos lucros) e não segundo o número de trabalhadores empregados, a situação mudará radicalmente. A solução séria é esta, não a diminuição do valor das pensões e o aumento do número de anos de desconto por parte dos trabalhadores.

Os ganhos de produtividade têm servido, historicamente, para ajudar a libertar o homem trabalhador. Nesta nossa sociedade do conhecimento, da ciência e da técnica não faz sentido que os enormes ganhos da produtividade do trabalho sirvam para inflacionar os lucros do capital e não para melhorar a qualidade de vida das pessoas. É uma questão de inteligência.

Nas palavras de Paul Krugman, esta política – verdadeira *terapia de choque* para a qual, insistem, *não há alternativa...* - “exige sacrifícios humanos para apaziguar a cólera de deuses invisíveis”. Serão invisíveis, mas são bem conhecidos, estes ‘deuses’: são “os mercados”, isto é, as grandes instituições financeiras europeias e mundiais.⁶¹

15. – Como é sabido, a consolidação do *mercado interno*, a construção da UEM e a densificação da União Europeia têm-se traduzido, para os estados membros, na perda de soberania (em linguagem diplomática, fala-se de *soberania partilhada*) em vários domínios e setores de atividade. E esta perda tem sido agravada pela alienação do *setor empresarial do estado*, que retira aos estados nacionais qualquer possibilidade de *intervenção direta na economia* enquanto empresários com presença relevante em setores estratégicos, com fortes efeitos de irradiação em outros setores da economia.

Importa ter presente, porém, que, apesar das perdas de soberania atrás referidas, a UE não é um estado federal (embora goze, agora, de personalidade jurídica), não tem um governo federal e não tem um orçamento federal, um orçamento com capacidade redistributiva. Apesar da crise, em nome da qual se cortaram cerca de 2.500 milhões de

⁶¹ Artigo no *International Herald Tribune*, 22.8.2010.

euros nas despesas de coesão, os últimos orçamentos da União têm-se ficado por valores à roda de 1% do PIB comunitário.

Isto significa que as competências perdidas pelos estados-membros *não são transferidas* para as instituições da União. Quer dizer: à luz dos Tratados estruturantes da UE, nenhuma das instituições comunitárias tem a competência para (ou a responsabilidade de) definir políticas anti-cíclicas, nem existem no orçamento da UE os recursos necessários para as financiar. E como as instituições da União *não são órgãos de soberania* não dispõem da chamada *competência das competências*, i. é, não podem atribuir a si próprias novas competências.

Em caso de crise grave (especialmente nos países mais débeis), não há, como estamos a ver, *políticas comunitárias* que possam ser mobilizadas para a ultrapassar. Antes pelo contrário: desde a eclosão da crise, tudo se resolve (ou nada se resolve) no âmbito das relações inter-governamentais, segundo a correlação de forças reinante. Durante a preparação da UEM, chegou a ser proposto um esquema baseado na transferência de verbas do orçamento comunitário para ajudar (sobretudo) os pequenos países afetados por choques externos (v.g. uma baixa significativa das exportações) a desencadear políticas destinadas a ultrapassar a crise. Esta solução não foi adotada, tendo-se sacrificado a economia real e a solidariedade comunitária aos equilíbrios financeiros.

Amputada a sua soberania monetária e fortemente limitada a sua autonomia em matéria de política orçamental, aos países do euro resta a intervenção em matéria de salários e de emprego para enfrentar os choques externos. Sobre estes pontos têm incidido as políticas dos estados membros da UE com o objetivo de tentar restaurar as taxas de lucro, combustível do processo de acumulação do capital. Políticas centradas na redução dos custos unitários da força de trabalho (aumento do horário de trabalho, redução dos salários reais, diminuição dos descontos patronais para a segurança social e redução dos direitos sociais dos trabalhadores), por forma a garantir ao capital a apropriação dos ganhos do aumento da produtividade.

16. - Com a criação do euro, vários países adoptaram a moeda única com paridades que sobrevalorizaram muito as moedas nacionais substituídas pelo euro. Estes países (entre os quais Portugal) passaram a exportar em moeda forte, tornando mais caros os seus produtos. E perderam a soberania sobre a política monetária e sobre a política cambial, ficando impedidos de se financiar através da emissão de moeda e de

recorrer à desvalorização da moeda para ocorrer a dificuldades conjunturais das suas balanças de pagamentos.

Acresce que, nestes doze anos de existência, rondará os 34,5% a valorização do euro em relação ao dólar.⁶² Esta valorização foi benéfica para os países mais fortes, que exportam (sem grande concorrência) bens de produção essenciais ao desenvolvimento da atividade produtiva de outros países e bens e serviços de tecnologia avançada e de elevado valor acrescentado.

No contexto europeu, este é o caso, sobretudo, da Alemanha, que beneficiou ainda da baixa do preço do petróleo em euros, graças à desvalorização do dólar face ao euro. Estas vantagens ajudarão a compreender que a balança das transações correntes da Alemanha (negativa em 1991, ano da anexação da RDA pela RFA) começasse a registar saldos positivos logo em 2002, dois anos após a entrada em circulação do *deutsche euro*.

Para países como Portugal, que exportam essencialmente produtos de baixa tecnologia e fraco valor acrescentado, a valorização do euro significou, só por si, um aumento de 34,5% do preço dos produtos portugueses.⁶³

Resultado: dentro da lógica da UEM, a estes últimos países, quando afetados por crises graves, só resta acatar a ortodoxia monetarista, que impõe o sacrifício do crescimento económico, o aumento do desemprego, a privatização das empresas públicas (ainda por cima a preços vis), a redução do investimento público, o congelamento ou a diminuição de salários e pensões de reforma e a redução dos direitos sociais dos trabalhadores.⁶⁴

Solução que, além de não resolver problema nenhum, é injusta para os trabalhadores europeus. Com efeito, na sequência da institucionalização da UEM

⁶² No momento do seu lançamento o euro cotou-se a 0,95 dólares, tendo atingido em julho/2008 a cotação mais elevada: 1,58 dólares. Cfr. C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis...*, cit., 36.

⁶³ E. STOCKHAMMER (*ob. cit.*, 17) chama a atenção para o facto de, desde a introdução do euro, se ter registado uma acentuada divergência das taxas de câmbio reais para os países da Eurozona. Relativamente a países como Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, o autor calcula que a Alemanha tenha beneficiado, desde 1999, de uma desvalorização, em termos reais, de 20%.

⁶⁴ Em Portugal, já há partidos que não se envergonham de propor que os desempregados (e os que recebem o rendimento mínimo) sejam obrigados a prestar um *tributo social*, trabalhando dois ou três dias por semana no cumprimento de tarefas de interesse social. Pretendem impor o que a OIT proíbe expressamente. São propostas que se filiam na ideia (liberal e neoliberal) de que o subsídio de desemprego e os subsídios que garantem o mínimo de subsistência (em homenagem à *dignidade humana*) não são direitos, mas *esmolas*. E os pobres que recebem uma esmola devem ser agradecidos (por este andar, talvez ainda venham, como no século XVIII, a considerá-los criminosos pelo simples facto de serem pobres...).

Quanto aos aposentados, basta recordar que eles constituem, mesmo nos países *ditos ricos* (EUA, RU, etc.), uma percentagem importante dos que vivem abaixo do limiar da pobreza, depois de uma vida inteira de trabalho.

(entrada em funcionamento do BCE, adoção do euro como moeda única dos países da Eurozona e aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento), os salários reais quase não aumentaram na zona euro, os custos unitários do trabalho baixaram e os lucros líquidos aumentaram: entre 1998 e 2007, os salários reais baixaram, em média, 0,8%/0,9%; os custos reais do trabalho diminuíram cerca de 0,5% e os lucros líquidos aumentaram entre 6 e 8 vezes mais que os salários reais.⁶⁵

17. - Importa salientar, por outro lado, o papel atribuído ao BCE, respeitando os cânones monetaristas mais radicais.

O BCE foi dotado do estatuto de *instância supranacional*, de facto, um verdadeiro *banco central federal*. Os bancos centrais nacionais dos países do euro (meras *repartições periféricas* do BCE) têm um protagonismo inferior ao dos bancos centrais dos estados federados da União americana. Para além de os bancos centrais nacionais serem obrigados a cumprir as deliberações e orientações do BCE, este pode, inclusivamente, fazer recomendações às autoridades nacionais no que toca à supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

Desde a ‘revelação’ do dogma neoliberal da *independência dos bancos centrais*, o BCE é o banco central mais *independente* que se conhece. A sua *independência* traduz-se no facto de ele estar impedido de solicitar ou receber instruções das instituições comunitárias ou dos governos dos estados-membros. Segundo o entendimento a que se chegou no Conselho de Helsínquia de dezembro/1999, as relações do BCE com outras instâncias (comunitárias ou nacionais) competentes no domínio das atribuições do Banco mantêm-se ao nível de um *diálogo não vinculativo*, do qual não pode decorrer qualquer compromisso do BCE no sentido de vir a coordenar as suas decisões de política monetária com as decisões de qualquer outra instituição sobre as demais áreas da política económica e social.

⁶⁵ No que se refere especificamente a Portugal, tomando o período entre 2001 e 2009, a economia quase não cresceu (em média, 0,6% ao ano, muito pouco, se compararmos com a taxa de 5% registada na década 1971-1980, a taxa de 3,6% na década 1981-1990 e de 3%, na década 1991-2000); o investimento público diminuiu 3% ao ano, tendo diminuído também a despesa pública agregada; o défice público quase triplicou; o endividamento do estado, das empresas e das famílias aumentou; a produção industrial diminuiu (-1,8% ao ano); o défice da balança de pagamentos correntes aumentou (17 mil milhões de euros em 2009); a taxa de desemprego quase duplicou; o poder de compra da população diminuiu (cerca de 0,3% ao ano entre 2005 e 2009); a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional (a taxa de exploração) diminuiu acentuadamente. Em contrapartida, o estado não poupou esforços para dar muito dinheiro a ganhar aos grandes grupos económico-financeiros, sem qualquer risco para estes (PPP, benefícios fiscais, nomeadamente em sede de IRC, oferta de um porto de abrigo para a evasão e outras práticas ainda menos confessáveis na Zona Franca da Madeira). Ver P. CARVALHO, “O Pacto...”, cit., 161-169.

Mas a verdadeira ‘independência’ do BCE, que lhe permite mesmo arrogar-se “um núcleo central de soberania”⁶⁶, radica no facto de a UE não ser um estado federal, o que significa que não existe um *estado europeu*, com o qual o BCE seja obrigado a concertar a sua atuação.

O objetivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adoptaram o euro como moeda, é, segundo os seus Estatutos, o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objectivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado.

Diferentemente, nos EUA, o Sistema de Reserva Federal (FED) é uma agência governamental entre outras, *independent within the Government*, obrigado a trabalhar no sentido de adequar a sua acção não só ao objetivo da estabilidade dos preços como aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, cuja definição e concretização cabe aos órgãos do poder político.

Em outro plano, os EUA podem financiar as políticas públicas recorrendo à via monetária (isto é, à emissão de moeda). Ao invés, a União Europeia e os estados membros estão impedidos de beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado comprar diretamente (no mercado primário) títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados membros, bem como garantir, por qualquer meio, obrigações ou dívidas da União ou dos estados membros.

Mas o BCE pode emprestar (e tem emprestado) dinheiro aos bancos privados, fornecendo-lhes, a taxas de juro à volta de 1%, a liquidez de que precisam para desenvolver os seus negócios, dinheiro que eles emprestam depois a Portugal e a outros países em dificuldades a taxas que rondam já os 20%.

Amparado nos Estatutos (que constam dos Tratados!), o BCE tem usado a sua ‘soberania’ para atuar como instrumento da *financeirização* da Europa e guardião dos interesses do capital financeiro especulador.

É uma situação algo esquizofrénica, a carecer de cura urgente.

18. – Logo que se tornou clara a necessidade de auxiliar a Grécia a enfrentar os problemas decorrentes da sua dívida externa, dizia-se que a dívida externa grega andava

⁶⁶ É o que se afirma no *Boletim Mensal do BCE* (outubro/2000, 55): “o Eurosistema foi dotado de um núcleo central de soberania”.

à roda dos 130% do PIB.⁶⁷ Mas ninguém falava do Japão, cuja dívida soberana rondava os 200% do PIB. Com uma diferença: é que os credores da dívida soberana do Japão são, em mais de 90%, os próprios japoneses. O Japão está, por isso, em condições de resolver *politicamente* os problemas da sua dívida soberana. Alguns países europeus (a Itália, por exemplo) apresentam uma situação semelhante à do Japão.

Na generalidade dos países, porém, os meios ao dispor da sociedade de consumo conduziram à quase anulação da poupança privada e até ao sobreendividamento das famílias. Os próprios estados retiraram todos os atrativos aos instrumentos de poupança ao alcance das pequenas bolsas (assim aconteceu em Portugal) e desistiram de desenvolver políticas sérias de estímulo à poupança.⁶⁸

No que se refere à zona euro, a política monetária única serve apenas o objetivo de garantir a estabilidade dos preços, e as receitas neoliberais, nomeadamente a que se traduz na independência dos bancos centrais, retiraram aos estados a possibilidade de se financiarem através da emissão de moeda. Ao menos para os estados mais fracos, é, verdadeiramente, a *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos mercados e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

As grandes empresas, em vez de fazerem poupanças com vista ao auto-financiamento, pagam honorários faraónicos aos seus administradores e distribuem dividendos não menos faraónicos aos seus acionistas, dinheiro que, em boa parte, vai para os paraísos fiscais ou é ‘investido’ nos jogos de bolsa. Em muitos países (incluindo Portugal), as bolsas de valores não têm nada que ver com o financiamento das empresas (através da emissão de ações ou obrigações no mercado primário), funcionando como meros casinos para gente com muito dinheiro.

Os bancos, as companhias de seguros, as sociedades gestoras de fundos de pensões e outras instituições financeiras utilizam muitos dos fundos que administram (incluindo os depósitos que recebem, quando é o caso), não para financiar o

⁶⁷ Os EUA, que foram, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até 1985, um país credor, transformaram-se, entretanto, no maior devedor à escala mundial. Em finais de 2005, os títulos de dívida pública americana detidos por estrangeiros (em grande parte a China e o Japão) representavam um valor correspondente a 107,4% do PNB dos EUA. Cfr. C. CAMACHO e J. ROJAS NIETO, *ob. cit.*, 22.

⁶⁸ Em Portugal, a taxa de poupança das famílias baixou de 20% em 1995-1998 para 9% do PIB em 2009. Cfr. P. LEÃO, *ob. cit.*, 3.

investimento produtivo, mas apostar nos jogos de bolsa, em operações especulativas, na aquisição de ‘produtos estruturados’ que nem eles sabem muito bem o que seja.

É isto que “os mercados” querem: famílias, empresas, estados, estão todos nas mãos do capital financeiro.

19. - Quando se pensa no combate a esta chamada *crise da dívida soberana*, é claro que a ONU não tem voz nestas matérias.

Apesar de desacreditados, o Banco Mundial e o FMI continuam iguais a si próprios, passando a vida a anunciar e a rever projeções sobre o (não) crescimento económico e sobre a evolução do (des)emprego.

As reuniões do G8 e do G20 têm-se limitado a confirmar o que já se sabia: as potências dominantes no mundo capitalista estão unidas quanto ao aproveitamento da crise para avançar na redução dos direitos dos trabalhadores, para asfixiar a segurança social pública e para estreitar a eficácia dos direitos fundamentais, nomeadamente através do esvaziamento do conteúdo dos direitos económicos, sociais e culturais. Mas estão cada vez mais visivelmente divididas no que toca à luta pelos mercados (a velha questão do *espaço vital*, que tem estado por detrás dos conflitos inter-imperialistas, nomeadamente os que conduziram às duas guerras mundiais).

19.1. - Porque a União Europeia não é um estado federal – e acreditamos que os seus povos não querem sê-lo –, a soberania nacional retirada aos estados membros não foi transferida para nenhuma instância comunitária: não há um governo comunitário, não há um orçamento comunitário digno desse nome, não há uma política económica comum, nem uma política orçamental nem uma política fiscal comum, e a política monetária única está completamente desfasada da realidade da grande maioria dos países que integram a união monetária.

À escala europeia, a soberania dos estados nacionais (a política soberana) deixou de contar (ao menos para os estados mais débeis) e a soberania da União não existe. Apesar de ser um navio-almirante da armada neoliberal, a UE navega à vista, seguindo os sinais dos “mercados” e as rotas traçadas pelas agências de *rating* americanas, deixando os seus membros isolados para se defenderem dos especuladores, permitindo que estes, financiados pelo BCE a baixo custo, especulem contra os estados nacionais mais débeis, obrigando estes países a suportar a ‘austeridade’ própria dos velhos programas do FMI para os países subdesenvolvidos e semi-colonizados.

A UEM é um ‘negócio’ da Alemanha, que agora recusa algumas soluções que poderiam ajudar a aliviar a pressão. Se “os mercados” atacam os países mais débeis do euro, a emissão de *títulos de dívida comunitários* (as famosas *euro-obrigações*, de que tanto se fala) poderia permitir que a defesa do euro, perante os ataques especulativos de que é alvo, fosse assegurada não apenas à custa dos sacrifícios daqueles que são o elo mais fraco da cadeia, mas com o contributo de todos os países da zona euro.

Em fevereiro de 2011, o Parlamento Europeu defendeu a criação de uma instituição permanente da UE com a responsabilidade de emitir e gerir euro-obrigações, e proclamou a necessidade de a Comissão Europeia estudar as condições adequadas para que um tal sistema de euro-obrigações possa ser, como instrumento comum de gestão da dívida, benéfico para a zona euro como um todo e para cada um dos estados-membros.⁶⁹ Esta solução tem sido adiada, porque a Alemanha não a quer.

19.2. - Amarrados aos dogmas neoliberais plasmados nos seus Tratados estruturantes, mesmo os mais fiéis europeístas continuam sem saber muito bem o que é a UE e sem saber o que querem fazer dela.

Como se diz atrás, depois da crise do peso mexicano (1995), vários responsáveis do topo do mundo capitalista vieram dizer que os *especuladores* (i. é, *os mercados*, porque “os mercados” e os especuladores são uma e a mesma coisa) atuam “fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais” [John Major, Primeiro Ministro britânico] e que eles são “a sida da economia mundial” [Jacques Chirac], concluindo que “o mundo está nas mãos *destes tipos*” [como admitiu então o Director-Geral do FMI]. Verdade de ontem, verdade de hoje. Porque, entretanto, nada se fez para pôr termo a esta situação inadmissível.

No entanto, mesmo dentro da lógica capitalista, parece que a solução que se impõe com urgência é a de deitar fora os dogmas neoliberais e as políticas que neles se inspiram, não a de acrescentar mais neoliberalismo ao neoliberalismo, mais recessão à recessão, mais dívida à dívida, mais desemprego ao desemprego, mais pobreza à pobreza, como está a acontecer, numa verdadeira descida dantesca aos infernos.

James Galbraith entende que a arquitetura neoliberal da Europa está em vias de entrar em colapso. A nosso ver, ela está na origem de muitos dos nossos males e agrava os nossos problemas, em vez de ajudar a resolvê-los. E cremos que tem razão o professor americano quando diz que a alternativa é simples: “radicalidade desastrosa do

⁶⁹ Cfr. *Relatório Podimata*, cit., 11.

rigor orçamental [imposta pelo TUE e pelo PEC] ou radicalidade construtiva do pleno emprego. Radicalidade bancária ou radicalidade social”.

São opções de política económica e social que estão abertas. Mas os que optam pelo pleno emprego e pelos direitos sociais têm que trabalhar nesse sentido, incluindo no plano ideológico, porque o edifício da Europa neoliberal, apesar das suas enormes deficiências estruturais, não cairá por si mesmo.

O peso da ideologia dominante continua ser a ser isso mesmo, dominante, apesar de ser óbvio que é preciso acabar com este estado de coisas. Se as regras não mudarem radicalmente, os países alvo das manobras especulativas ficarão condenados a não fazer mais do que escravizar os seus cidadãos, obrigando-os a pagar os custos do combate ao défice e do combate à dívida externa, ‘doenças’ que nunca conseguirão curar, porque o ‘remédio’ receitado pela farmácia neoliberal (baixa dos salários e destruição dos direitos dos trabalhadores) só acrescenta recessão à recessão e a recessão só pode ocasionar mais défice e mais dívida, além de mais desemprego, mais pobreza e mais desigualdade.

Tal como os estados nacionais, a União Europeia não pode ser dominada pelos bancos, tem que ser ela a dominar os bancos (a começar pelo BCE, que se tem afirmado como defensor dos interesses do capital financeiro e garantidor da *financeirização* neoliberal na zona euro). “Os Estados – escreveu o professor James Galbraith - não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros: a sobrevivência de um sistema mais ou menos civilizado depende disso”.⁷⁰

Se não tivessem ‘morto’ Keynes, acreditamos que ele diria o mesmo. Aqueles que, como Keynes, apenas pretendem salvar o capitalismo, em moldes que permitam a sua coexistência com as regras do jogo democrático, sabem que, para isso, é necessário que as decisões que cabem às instâncias políticas democraticamente legitimadas não possam ser substituídas pelos “mercados”; é necessário impedir que o mercado substitua a política; é necessário libertar a política dos dogmas neoliberais, que tudo subordinam ao mercado.

20. - No início de 2010, o Conselho Europeu proclamou solenemente que esse ano seria ainda um ano em que a prioridade tinha de ser o combate ao desemprego, a protecção dos que mais sofrem com a crise e o apoio à recuperação da economia. Toda a gente entendeu que não poderia ser de outro modo.

⁷⁰ Cfr. J. GALBRAITH, *ob. cit.*

Reconhecia-se que a generalidade dos estados com dificuldades ao nível da dívida soberana e do défice público tinham caído nesta situação, em boa parte, devido ao esforço financeiro que tinham sido obrigados a fazer para salvar a banca e o setor financeiro em geral do buraco enorme em que se tinham metido, inebriados pelo fascínio dos jogos de casino e pelo desejo incontido de ganhar muito dinheiro a curto prazo, *sem produzir nada*, apenas com base na especulação. Para esta operação de salvamento, muitos países tiveram de se endividar e tiveram de desviar fundos do crédito e do apoio à economia, que entrou em colapso, com a conseqüente diminuição das receitas públicas, e o correlato aumento da despesa pública (subsídios de desemprego e outras transferências indispensáveis para tentar diminuir, no plano social, os efeitos da crise).

Num primeiro momento, os Governos destes países foram aplaudidos por todas as claques da ideologia dominante, porque tinham salvo os bancos (sem lhes exigir nada como contrapartida) e porque, aproveitando a maré, tinham começado a congelar salários e pensões, a atacar a contratação coletiva e os direitos sociais dos trabalhadores, a minar os alicerces dos sistemas públicos de educação, de saúde e de segurança social.

Acontece que, uns dois meses depois, o mesmo Conselho Europeu, com a mesma solenidade, mas agora em tom mais grave, veio anunciar exatamente o contrário: a prioridade teria que ser, sem qualquer contemplação, o combate ao défice público e a redução da dívida externa, o que implicaria, como se verificou em toda a Europa, a adoção de políticas contracionistas (como manda o cânone neoliberal), que acentuam ainda mais a recessão da economia e aumentam o número de desempregados, impondo àqueles que mais sofrem com a crise o ónus de a pagar até ao último cêntimo.

Estas políticas ignoram uma verdade cada vez mais irrecusável: a ausência de crescimento (ou um *crescimento rastejante*, pouco acima de zero) nos últimos dez anos, mesmo nos países mais fortes e mais ricos da UE, é a mãe de todas as dificuldades que se vivem em toda a Europa comunitária, embora mais visíveis nos países mais fracos. Sem crescimento, a crise é inevitável. E sem crescimento não há saída para a crise.

Ora as políticas decididas pelos altos comandos europeus são todas orientadas para bloquear o crescimento e provocar a recessão. Parece que os seus mentores acreditam que o caminho da salvação é o caminho do calvário, pela via do sacrifício, pelo sacrifício, pela penitência, pela expiação dos ‘pecados’ (por parte de quem ‘pecou’, os ‘países do sul’).

20.1. - Porquê a mudança de orientação acima referida? Porque os especuladores (os tais que são *a sida da economia mundial*) lançaram um forte e concertado ataque especulativo contra o euro, escolhendo como alvo a Grécia, a Irlanda, Portugal e a Espanha.

Conscientes do seu papel, as agências de *rating* americanas anunciaram o aumento do risco de estes países não pagarem atempadamente as suas dívidas aos credores internacionais (a dívida soberana e as dívidas privadas, dos bancos e das empresas não financeiras). Nestas situações, os “mercados” ficam ‘nervosos’ e ‘ansiosos’ (o que talvez permita explicar que eles cometam *excessos*, como ficámos a saber pela voz autorizada da Sr^a Merkel), e, na ocasião, reagiram elevando os juros cobrados aos países aos quais as agências de *rating* deram nota negativa. No caso da Grécia, da Irlanda, de Portugal e da Espanha, “os mercados” (i. é, os especuladores, os credores internacionais) são, maioritariamente, os grandes bancos alemães, franceses e holandeses (também alguns belgas, ingleses, espanhóis e luxemburgueses).⁷¹

Dir-se-á que quem manda neste mundo da globalização neoliberal são as três agências de *rating* privadas e americanas (*Moody's*, *Standard and Poor's* e *Fitch*), que representam cerca de 95% do negócio à escala mundial (verdadeiro monopólio), o que não tem constituído nenhum problema para os beatos defensores da sagrada concorrência.⁷²

É sabido também que as grandes agências de *rating* americanas atuam muitas vezes como juízes em causa própria. Pelo menos duas delas são controladas maioritariamente por poderosas sociedades financeiras e fundos de investimento que têm interesse, como investidores (de centenas de milhares de milhões de dólares), e muitas das empresas e estados que elas analisam e avaliam. Tais agências atuam, deste modo, à margem dos mais elementares deveres deontológicos, talvez mesmo de forma a configurar prática criminosa, tendo em conta o claro conflito de interesses que deveria

⁷¹ No caso – menos recente – da Islândia, “os mercados” eram sobretudo bancos ingleses e holandeses, que conseguiram convencer o Governo daquele país (liderado pelo Partido Social-Democrata) a adotar um rigoroso plano de austeridade. O FMI até emprestou dinheiro, para pagar aos credores internacionais, é claro. Mas tal plano (que previa o pagamento de 2,5 milhões de euros ao RU e 1,3 milhões de euros à Holanda) foi submetido a referendo (março/2010), e, por esmagadora maioria (93% dos eleitores), tal plano foi ‘chumbado’, porque o povo islandês se recusou a pagar uma dívida de jogo contraída pela banca privada, com a cooperação dos atuais credores.

⁷² Para além destas três, tem atuação internacional a canadiana *DBRS*. A China criou a sua própria agência de *rating*. A agência *DBRS* é canadiana. As três grandes (que orientam a tomada de decisões do Banco Europeu de Investimentos e do próprio BCE, além dos maiores investidores institucionais dos EUA e da Europa) são americanas e privadas: a *Moody's*, a *Standard and Poor's* e a *Fitch*.

impedi-las de intervir, o mesmo acontecendo quando vendem pareceres (trabalhos de consultadoria) a empresas que avaliam.

Intocáveis, imperiais, elas dão cartas no mundo capitalista, onde as suas notações ditam as opções das instituições financeiras (entre elas os maiores investidores institucionais dos EUA e da Europa), dos governos e dos bancos centrais. Elas são as únicas agências de *rating* acreditadas pelo BCE e pelo Banco Europeu de Investimentos. Porque os estados e os bancos centrais lhes conferem este ‘estatuto’, elas tomam decisões que afetam a vida de milhões de pessoas, embora não estejam sujeitas a qualquer supervisão e não respondam perante nenhuma instituição legitimada democraticamente.

Bem vistas as coisas, talvez elas mandem em nome de algum mandante de peso. A verdade é que o misterioso estatuto de que gozam as agências de *rating* americanas talvez não seja alheio ao facto de, há uns anos atrás, as autoridades financeiras dos EUA terem declarado que elas eram as únicas agências acreditadas em matéria de avaliação do risco da dívida pública americana. Agradecidas por tal distinção (a oferta de uma posição monopolista num negócio chorudo), as ditas agências têm sido consabidamente benevolentes na avaliação do risco da dívida pública dos EUA e das empresas americanas, o que tem permitido ao país mais endividado do mundo obter crédito fácil e barato. Ao mesmo tempo, aquelas três agências têm-se mostrado avaras na atribuição da notação às operações de emissão de dívida por parte dos estados europeus e das empresas europeias, obrigados por isso mesmo a suportar custos financeiros mais elevados do que o *Big Brother* americano. Os especialistas concordam que elas têm sido um aliado importante das autoridades americanas na política de salvaguarda da posição do dólar como moeda de referência à escala mundial, sobretudo depois do aparecimento do euro como potencial concorrente.

Com um padrinho destes, elas ganharam mesmo um estatuto de impunidade. Na verdade, os habituais fazedores de opinião (regiamente pagos pelos “mercados” para educarem os povos ignorantes) bem se esforçam por nos convencer de que tais agências são omniscientes e infalíveis, uma espécie de *juízes de última instância* ou *pitonisas* de algum *deus-governador-do-mundo*, que têm sempre a palavra certa e decisiva sobre a saúde da economia mundial.⁷³

⁷³ Muitos põem em relevo que a sua infalibilidade (‘científica’) decorre da utilização de modelos matemáticos de cálculo de risco altamente sofisticados, esquecendo que a matemática não é uma ciência mas uma lógica (as suas verdades significam apenas a conformidade com as premissas de que se parte) e

Mas é público que elas cometem erros grosseiros e não será arriscado aceitar que elas podem mesmo cometer crimes (que têm passado impunes). Em 2001, a *Standard and Poor's* atribuiu a notação mais elevada à ENRON, pouco antes da descoberta das práticas criminosas que levaram à ruína este gigante norte-americano. A grande consultora *Arthur Andersen* desapareceu do mercado como consequência da falência fraudulenta da ENRON, cujas contas certificava. Mas a onda passou ao lado das agências de *rating*. Em 2003, as agências americanas estiveram comprometidas com a escandalosa aldrabice que levou à falência fraudulenta o grupo Parmalat. Saíram também ilesas deste episódio. Em 2008, o *Lehman Brothers* obteve notação máxima desta agência pouco antes de declarar falência, abrindo 'oficialmente' a nova crise financeira. Notação máxima obtiveram igualmente das agências americanas os bancos islandeses e irlandeses pouco antes dos episódios que se conhecem em ambos os países. E idêntica notação foi por elas atribuída, até à beira da urna, a vários bancos e seguradoras americanas que faliram em 2008, na sequência da crise do *subprime*.

Muito recentemente (já em abril/2011), um inquérito do Senado dos EUA concluiu que duas das mais importantes (a *Moody's* e a *Standard and Poor's*) aceitaram pressões dos grandes bancos (nomeadamente do *Goldman Sachs*) para atribuírem notações elevadas a ativos financeiros que todos sabiam serem lixo (ativos tóxicos). Oficialmente, o Senado participou a ocorrência ao Procurador-Geral. Mas ninguém acredita que lhes aconteça algum mal. Elas são imprescindíveis à estratégia de domínio dos EUA e à estratégia do grande capital financeiro em todo o mundo capitalista. Como os paraísos fiscais, elas são intocáveis.

As agências de *rating* prestam serviços a quem lhos paga, porque elas vivem desse negócio. Ora, segundo a sabedoria popular, *quem paga ao tocador é que escolhe a música...* Os que pagam e garantem os lucros das agências de *rating* é que decidem as notações que elas vão atribuir.

Talvez por isso, tem sido sugerido que esta atividade seja vedada a empresas privadas, passando a ser exercida por entidades públicas ou mesmo por agências internacionais especializadas. Vem-se insistindo, por outro lado, na urgência de a UE criar uma agência de *rating* europeia. Defendem outros o que parece óbvio: que o BCE tem todas as condições para avaliar, por si próprio, o risco dos bancos, das grandes

esquecendo que a vida das pessoas e das comunidades humanas não cabe em nenhuma equação, persistindo na 'doença infantil' de considerar que a Economia é uma *ciência exata* se utilizar a matemática como instrumento de trabalho. Ora, a nosso ver, a Economia é uma *ciência social* e não pode ser outra coisa que não seja *Economia Política*.

empresas cotadas e dos países da UE, nomeadamente os da Eurozona. Nada se fez, porém, para alterar o atual estado de coisas. “Os mercados” – que as pagam e as controlam – assim o querem. “Os mercados” estão no início e no fim desta teia de interesses inconfessáveis. E “os mercados” são os grandes conglomerados financeiros, que dominam a economia e dominam a política, a todos os níveis.

20.2. - Conhecidas as origens criminosas desta crise que assola o mundo, poderia pensar-se que seria inevitável a derrota do capital financeiro (primeiro responsável pela crise) e da ideologia neoliberal de que ele foi (e continua a ser) o principal apoiante e o principal aproveitador. Mas a verdade é que os grandes bancos de negócios, com a colaboração dos ‘seus’ governos e das instituições internacionais ao seu serviço, renasceram das cinzas, e com tal força que não tardou começarem a cuspir na mão que lhes deu de comer, acusando os estados que os tinham salvo da bancarrota (obrigando os trabalhadores a pagar a conta) de despesismo e de irresponsabilidade, exigindo-lhes, para remissão dos pecados, a punição severa dos seus povos, impondo-lhes os tratamentos de choque do receituário neoliberal, para os libertar do ‘vício’ de *viverem acima das suas posses*.

Este discurso é uma velha técnica utilizada para levar as *vítimas* de uma determinada política a considerarem-se *culpadas* pelas desgraças que se abatem sobre elas e, por isso, merecedoras de todos os castigos, mesmo os mais infamantes. Em nome desta lógica, já houve quem defendesse que os povos dos países ditos subdesenvolvidos estão nesta situação devido à “copulação desenfreada” a que se dedicam. Como quem diz: cá se fazem cá se pagam...

A verdade é que, tomando o caso português, as famílias endividadas são menos de metade das famílias portuguesas e situam-se na fixa de rendimentos acima da média nacional. Uma percentagem muito elevada destas dívidas resulta do recurso ao crédito para aquisição de casa própria, opção *racional*, dada a quase inexistência do mercado de arrendamento e o nível elevado das rendas. Acresce que o peso do crédito mal parado no que toca às dívidas das famílias é bastante inferior ao do crédito mal parado resultante de dívida das empresas.

Muito mais razão de ser tem o ponto de vista de que os bancos, esses sim, ficaram demasiado endividados por viverem (fazerem negócios) acima das suas possibilidades. A situação chegou a tal ponto que começaram a desconfiar uns dos outros, tendo secado o mercado interbancário (ao contrário do habitual, os bancos deixaram de emprestar aos bancos...).

Apesar de endividados, os estados foram chamados a ajudar os bancos e o sistema financeiro em geral. Com este dinheiro, os bancos continuaram o seu negócio, emprestando mais dinheiro os estados endividados a troco de taxas de juro exorbitantes. As agências de *rating* passaram a ocupar a boca de cena, ajudando na agiotagem. E as autoridades que governam o mundo em nome do capital financeiro ordenaram aos estados, exangues de tanto sangue terem dado aos bancos, que sugassem o sangue dos seus povos, ‘punindo-os’ pelo crime de viverem acima das suas posses.

A pena que está a ser imposta aos povos da Grécia, da Irlanda, de Portugal, da Espanha (e de vários outros países da Europa, porventura ainda em menor grau) é uma pena cruenta, obrigando quem trabalha a garantir as *rendas* principescas de toda uma classe de *rendistas parasitários*.⁷⁴

Os gestores do *capitalismo de casino* sabem, desde o início, que este ‘tratamento’ só pode agravar os problemas do défice, da dívida externa, do crescimento económico, do desemprego, da desigualdade e da pobreza. Todos sabem que o ‘tratamento de choque’ imposto pelo capital financeiro esbulhará os estados em dificuldades de ativos estratégicos essenciais à manutenção do estatuto de soberania. Todos sabem que tal tratamento representa uma *política de classe* destinada a esbulhar violentamente os trabalhadores de direitos conquistados, um a um, à custa de muitas lutas e de muitas vítimas. E todos querem isto mesmo: fazer andar o relógio da história

⁷⁴ Como um *super-estado feudal*, o *estado garantidor* assegura aos novos senhores feudais (os parceiros privados das parcerias público-privadas, concessionários da exploração de auto-estradas, pontes, hospitais, centrais de produção de energia eólica ou solar) verdadeiras *rendas feudais*: em vez de lhes conceder terras, o *estado garantidor* concede-lhes direitos de exploração de bens e serviços públicos, obrigando os ‘súbditos’ a pagar, através das taxas cobradas pela utilização daqueles bens e serviços (portagens, etc.) as ‘rendas’ devidas aos senhores e comprometendo-se a pagar ele próprio (com o dinheiro dos impostos cobrados aos ‘súbditos’ que os pagam) o que faltar para perfazer as ‘rendas’ contratadas, se as taxas pagas diretamente pelos utilizadores não forem bastantes.

No feudalismo, os servos pagavam rendas pelo uso da terra (vários dias de trabalho não pago nas terras do senhor) e pelo uso dos moinhos ou dos lagares (rendas pagas em espécie); agora, pagam rendas em dinheiro pelo uso das pontes, das estradas, dos hospitais. E se estas rendas não chegarem, o estado (isto é, os ‘súbditos’ que pagam impostos) paga o resto, para garantir aos ‘senhores’ o estatuto privilegiado que lhes é devido. É, em última instância, uma verdadeira *privatização do estado*.

Esta política de *feudalização do estado* tem sido prosseguida também através das grandes empresas (públicas ou privadas) em que o estado tem poder de intervenção, e nas quais são criados vários conselhos sem responsabilidades efetivas e vários lugares de administradores não executivos e de consultores de toda a espécie, apenas com o objetivo de garantir gordas *rendas feudais* aos membros desta nova ‘aristocracia’ parasita e predadora. Ao serviço deste mesmo ‘patriótico’ objetivo estão muitos dos institutos públicos e muitas das empresas públicas e municipais, com muitos lugares de administradores e presidentes de assembleias gerais, oferecidos, como *títulos de nobreza*, em função do *pedigree* atestado pelo cartão partidário dos partidos do poder.

Verdadeiras *rendas feudais* são os honorários pagos pelo estado e por empresas na sua órbita a grandes escritórios de advogados e a consultores privados que fazem as leis por onde passam as tais reformas estruturais e os contratos através dos quais o *estado garantidor* garante as *super-rendas* aos seus parceiros da ‘alta nobreza’ (o grande capital financeiro). Roma sempre pagou bem a quem a serve.

duzentos anos para trás. A grande comunicação social é o púlpito onde pregam, dia e noite (que para isso lhes pagam), todos os arautos desta cruzada contra a democracia e contra a civilização igualitária do nosso tempo.

21. - Ao longo dos últimos anos, tem sido modesto o comportamento da Alemanha em termos de investimento e de consumo, de aumento da produção, de criação de emprego, de desenvolvimento científico e tecnológico, de ganhos de produtividade.

Talvez por ter consciência desta realidade, a Alemanha - que produz cerca de ¼ do PIB da zona euro – pôs em prática uma *estratégia exportadora* que foi consolidada com as políticas desenvolvidas, no quadro da *Agenda 2010*, pelo Governo social-democrata presidido por Gherard Schröder, com o objetivo de reforçar a competitividade externa graças à diminuição dos salários reais e dos direitos sociais dos trabalhadores.

Sabendo-se que as *estratégias exportadoras* convivem bem com o empobrecimento relativo e absoluto dos trabalhadores do país exportador, não admira que, “nas últimas duas décadas, a mais poderosa economia da Eurozona tenha conseguido o mais baixo crescimento dos custos nominais da força de trabalho, enquanto os trabalhadores viram diminuir sistematicamente a sua parte no rendimento global. A UEM – concluem Costas Lapavitsas e outros ⁷⁵ - tem sido uma verdadeira provação para os trabalhadores alemães”.

Os dados recolhidos e analisados pelos autores que acabámos de referir mostram que, a partir da entrada em funcionamento da UEM, os saldos positivos da balança de pagamentos correntes da Alemanha não deixaram de crescer, ao mesmo tempo que aumentaram os saldos negativos dos países periféricos da Eurozona.⁷⁶ E o crescimento da economia alemã tem assentado nestes saldos positivos, conseguidos em boa parte com base nas vantagens da adoção do euro como moeda única de dezassete países da UE.

⁷⁵ Cfr. C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis...*, cit., 6.

⁷⁶ Cfr. C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone...*, cit, 11-16. Agrupando alguns ‘países do norte’ (Alemanha, Holanda, Finlândia e Áustria) e alguns ‘países do sul’ (Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, ‘naturalizada’ como *país do sul...*), verifica-se que, em 1992, o saldo da balança dos pagamentos correntes dos ‘países do norte’ era sensivelmente igual ao dos ‘países do sul’, sendo que, em 2007, o défice destes últimos representava quase 10% do PIB, enquanto o saldo positivo daqueles era superior a 6% do PIB. Cfr. P. LEÃO, *ob. cit.*, 2 e 3.

Uma parte destes saldos tem alimentado a exportação de capitais por parte da Alemanha, quer através de investimentos diretos nos países da zona euro que constituem o ‘espaço vital’ do capitalismo alemão, quer através de empréstimos dos bancos alemães às instituições financeiras e aos estados destes mesmos países.

Vedado, no quadro europeu, o recurso à desvalorização da moeda (que há anos fazia parte de todos os pacotes impostos pelo FMI), resta, como variável estratégica, a *redução dos custos do trabalho*, congelando ou reduzindo os salários nominais, baixando os salários reais, aumentando os horários de trabalho e o número de horas de trabalho não pago, cortando drasticamente os direitos sociais dos trabalhadores (como é claro no comunicado do Euro-Grupo de 11.3. 2011).

Com efeito, os cânones do neoliberalismo proclamam que a redução dos custos do trabalho é o único fator capaz de permitir ganhos de competitividade que permitam o aumento das exportações e a reanimação da economia europeia.

Esta estratégia pode ter produzido algum efeito na caso da Alemanha, cujos trabalhadores têm visto o seu poder de compra congelado nos últimos dez anos. Mas os ganhos de produtividade da Alemanha no âmbito do comércio com os demais países da UE (nomeadamente os da Eurozona) têm uma outra face: os défices externos que agora afligem os países mais débeis, ‘condenados’, no quadro das malhas tecidas pela UEM, a comprar os produtos alemães (até com a ajuda do crédito concedido pelos bancos alemães aos ‘esbanjadores’ do sul), financiando deste modo os saldos positivos da Alemanha.

22. - Mas a ‘solução alemã’ - que não serve os interesses dos trabalhadores alemães - não serve, também, para a Europa como um todo. Basta recordar que, segundo dados do Eurostat, referentes a 2005, tendo em conta a Europa com quinze membros, 7% da população empregada auferia um rendimento abaixo da linha da pobreza nacional.⁷⁷ Ora os trabalhadores de países como Portugal são pobres apesar de trabalharem muito mais do que os trabalhadores alemães, porque ganham muito menos do que os trabalhadores da Alemanha e dos demais ‘países ricos’ da Europa.

A política de redução dos salários reais é, nos países mais débeis da Europa, uma *política de classe* particularmente bárbara, uma espécie de ‘genocídio civilizado’, que generaliza a miséria e acentua ainda mais o fosso das desigualdades dentro do espaço

⁷⁷ Cfr. H.-J. ANDRESS e H. LOHMANN (eds.), *The Working Poor...*, cit.. De 2005 para cá a situação só pode ter piorado.

européu, sacrificando friamente o princípio da *harmonia no progresso* e a *coesão social*, um dos objetivos proclamados do projeto de integração europeia.

A verdade, porém, é que a estratégia alemã assente na política salarial tem obrigado os demais países do euro a adotar, também eles, políticas de redução dos salários reais e de desmantelamento do estado social, para tentarem recuperar a sua competitividade relativamente à Alemanha. O resultado está à vista, sem surpresas: a diminuição do consumo, a quebra da produção, o aumento do desemprego, o aumento da pobreza (incluindo do número dos *pobres que trabalham*) e o agravamento das desigualdades, a que se junta o aumento do défice público e da dívida externa, e ainda o agravamento das diferenças entre os ‘países do norte’ e os chamados ‘países do sul’. Em termos gerais, a tentativa de generalizar esta estratégia neoliberal de baixa do poder de compra a todos os países da UE só poderia provocar a diminuição da procura global em toda a Europa, agravando a crise geral de sobreprodução, como se está a ver.

Por outro lado, esta política alemã de cariz mercantilista, apostada em transferir para os seus parceiros da zona euro os custos da recuperação da economia alemã, para além de pôr em causa a coesão social, ameaça a própria coesão económica no seio da UE e ameaça a estabilidade da união monetária, criada – como sabemos - por razões políticas, sem preencher minimamente os requisitos teóricos de uma *zona monetária ótima*.

A união monetária europeia dificilmente poderá suportar as consequências da política adotada pelo país com a economia mais forte, consequências que se traduzem em défices comerciais cada vez maiores dos seus parceiros, obrigados a endividar-se para pagar os bens que compram à Alemanha, que, do seu lado, continua a dar uma contribuição para a procura global muito inferior ao seu peso na economia da zona euro.

Parece claro que os ataques especulativos contra os países mais fracos da Eurozona (Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha) têm como ponto de partida os *défices comerciais* crescentes destes países, uma vez que são eles que têm alimentado, em boa parte, o aumento da respetiva dívida externa, dado que, em todos eles, a dívida externa privada (nomeadamente do sistema financeiro e das grandes empresas) é bastante superior à dívida externa pública.⁷⁸

⁷⁸ A proporção da dívida privada no conjunto da dívida externa aumentou acentuadamente a partir da instauração da UEM e, em setembro /2010, as percentagens eram estas, para a Espanha, Portugal e Grécia: 87:13; 85:15; 58:42. Alguns autores (Cfr. C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone...*, cit., 1/2) sustentam mesmo que o endividamento externo dos países da ‘periferia’ da Eurozona “é largamente

Por isso é que a dívida externa tem aumentado mesmo nos países em que o défice das contas públicas diminuiu e não ultrapassou o limite de 3% imposto pelo PEC (Espanha e Irlanda).⁷⁹ O que aconteceu é que, em todos eles, o défice privado aumentou muito mais do que o défice público (mesmo na Grécia e em Portugal, onde se registou um aumento deste último défice). Se há razão para pôr em causa a solvabilidade destes países, como pretendem “os mercados”, ela só pode radicar no défice comercial. O resto é obra dos mecanismos bem oleados da especulação financeira profissional.

A política monetarista (de redução salários e dos direitos sociais dos trabalhadores) adotada pela Alemanha condena os restantes países da Eurozona a financiar, com os seus défices comerciais e a sua dívida externa, os saldos alemães; os especuladores, as instâncias internacionais ao seu serviço, as instituições comunitárias, o BCE e as agências privadas de *rating* condenam-nos a adotar políticas contracionistas, que só podem provocar – e estão a provocar! – mais recessão e mais desemprego, o que vai gerar mais défice público e mais dívida, num círculo vicioso que não se vê como parar.

E se, como pensamos, é correta a tese segundo a qual “a erupção da instabilidade generalizada no final de 2009 reflete estes profundos desequilíbrios no seio da Eurozona”, então “a desvantagem competitiva da periferia, que está no centro da crise da Eurozona, não será eliminada no futuro previsível”.⁸⁰ Os que pensam que podem sair deste ‘buraco’ pela via do aumento das exportações terão de inventar mercados, que não se descortinam facilmente. A Alemanha não dá para este peditório: das exportações vive ela (e os ‘países do norte’). E não se vê que o Governo alemão e os Governos de outros países ricos da UE estejam disponíveis para melhorar as condições de vida e o poder de compra dos seus trabalhadores, de modo a que possam comprar mais bens produzidos nos ‘países do sul’. Se esta política se generalizar a toda a Europa – como está a

devido ao comportamento do setor privado no quadro da UEM. Incapazes de concorrer com as economias do ‘centro’, os setores privados periféricos geraram enormes défices financeiros”.

⁷⁹ A história da Irlanda neste mundo da globalização neoliberal expressa bem a floresta de enganos plantada diariamente pelos *media*. Em *The Economist* escrevia-se em 15.5.1997: “A Irlanda mostra incontestavelmente” que abraçar “a globalização é o caminho mais rápido para a opulência”. E em 1.7.2005, no editorial de *The New York Times*, Thomas Friedman aconselhava a Alemanha e a França a “transformarem-se numa Irlanda ou a transformarem-se em museus”. O ótimo eram impostos baixos (praticamente zero para os ganhos de capital), baixos custos da mão-de-obra e moderação sindical. Os resultados estão à vista, e os trabalhadores irlandeses, para salvarem a banca privada arruinada nos jogos de casino, estão realmente a pagar o preço da política do aumento do desemprego, da baixa dos salários, da redução das prestações sociais, da mordada imposta aos sindicatos. Porque essa é a boa receita... Só que estão a pagar mais impostos, uma vez que todos subiram, salvo o IRC pago pelo capital. Os efeitos desta política só poderiam ser estes: o consumo e o investimento baixaram; o PNB baixou; o défice orçamental e a dívida pública aumentaram. O tratamento neoliberal não cura a ‘doença’, agrava-a.

⁸⁰ Cfr. C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone...*, cit., 4-7.

verificar-se -, é inevitável a quebra próxima das exportações dos países da Eurozona, em grande parte destinadas aos parceiros comunitários.

A tenaz neoliberal aperta cada vez mais o garrote e não deixa vislumbrar o fim da crise, antes promete a continuação e o aprofundamento dela. Em países com fraco desenvolvimento científico e tecnológico e com indústrias centradas nos setores tradicionais, a *estratégia exportadora* retira a procura interna da equação e exige a redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores para ganhar competitividade. O que é dramático, especialmente neste tempo de *mercado de trabalho globalizado* (com um enormíssimo exército de reserva de mão-de-obra), porque é impossível concorrer com os salários chineses e de outros países emergentes, mesmo no mercado interno da UE, no seio do qual se desenvolve, em elevada percentagem, o comércio externo dos países da Eurozona. Essa estratégia não pode, pois, ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

23. - A política cega que vem sendo aplicada no quadro da UE só pode ‘explicar-se’ se tivermos presente que a preocupação dos dirigentes da UE, do BCE e do FMI não são as dificuldades dos ‘países do sul’ (assim designados, com um indisfarçável toque de ‘racismo’, pelos dirigentes dos ‘superiores’ ‘países do norte’) no domínio da dívida externa. A sua preocupação são as dificuldades de liquidez dos grandes bancos dos ‘países dominantes’, largamente expostos à dívida daqueles países. Para ajudar a banca privada é que o BCE tem colocado, pelo menos desde 2008, milhões e milhões de euros, a taxas de juro muito baixas, à sua disposição. E é claro que a banca não quis perder a oportunidade de ganhar muito dinheiro continuando a emprestar aos ‘países do sul’, aos quais vem cobrando, com a ajuda amiga das agências de *rating*, taxas de juro de pura agiotagem, certa de que, na Eurozona, não será possível a cessação da pagamentos e a bancarrota, e acreditando que, se alguma coisa não correr bem, alguém pagará (não os bancos, claro, que eles não podem ir à falência...).⁸¹

O problema é que não se vê como é que países-alvo dos ataques especulativos poderão pagar os juros leoninos que “os mercados” estão a exigir-lhes. Não é razoável admitir que as economias desses países possam crescer a taxas que permitam suportar tão exorbitantes encargos financeiros.

⁸¹ Cfr. C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone...*, cit., 23-26.

23.1. - Diagnosticadas as dificuldades da dívida soberana grega, o auxílio à Grécia foi uma decisão inter-governamental dos estados do euro-grupo, e só foi tomada (em 2 de maio de 2010, muito tardiamente!) depois da realização das eleições num dos estados alemães. E não está claro que o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF, para já um *fundinho*, perante os sucessivos adiamentos do aumento do seu capital), criado pouco depois, com a participação dos países da Eurozona, do BCE e do FMI, seja um fundo da União, embora tenha sido constituído ao abrigo do art. 122º, nº 2 do TSFUE. Os encargos com os empréstimos concedidos por esse Fundo hão-de ser pagos pelos países ‘ajudados’ não à UE, mas a cada um dos estados participantes do Fundo, ao FMI e ao BCE. Que tudo farão para ganhar dinheiro com este *negócio*, à custa dos povos dos países ‘ajudados’. Nesta *europa do capital* não há almoços grátis, nem sequer para os membros da família em dificuldades. Porque esta ‘Europa’ não é uma família.

A constituição deste Fundo poderá, eventualmente, ter-se traduzido na alteração, de facto, dos estatutos do BCE, na medida em que abriu caminho à compra de dívida pública por parte do Banco. Mas tem-no feito apenas no mercado secundário, quando é indispensável que o faça no mercado primário, financiando diretamente os estados, para que estes, ao menos os mais fracos, não sejam um joguete nas mãos dos “mercados” e não fiquem à mercê da ‘ação terrorista’ das agências de *rating*.

Ao fim e ao cabo, tal Fundo não passa de um estratagema da ‘Europa’ para tentar encobrir o seu estatuto de menoridade, a sua incapacidade para defender o euro sem se submeter às regras de ferro do FMI, como qualquer país subdesenvolvido. Ao mesmo tempo que garante aos países mais fortes (os grandes beneficiários da adoção do euro, nomeadamente a Alemanha) que serão os mais fracos a suportar, sozinhos, os custos da defesa do euro-moeda-única.

Não está claro o que vai ser este FEEF no futuro, em especial no que toca às imposições que a Alemanha se prepara para fazer. Mas não parece arriscado vaticinar que, à semelhança do sócio FMI, tal Fundo visa muito mais defender os interesses dos “mercados” (os grandes bancos credores) do que os estados em dificuldade. Colada a ele, vem sendo propagandeada a necessidade de constitucionalizar o *princípio do equilíbrio das finanças sãs* (ou o limite do défice orçamental enquanto percentagem do PIB), impedindo os estados de recorrer à política financeira para enfrentar as crises.

Milton Friedman bateu-se pela constitucionalização da chamada *regra de Friedman*: os estados (ou os seus bancos centrais) só podem emitir moeda na medida

correspondente ao aumento da produção acrescida de 2% ou 3%. Nenhum estado adotou o conselho de Friedman. Mas o resultado que ele pretendia foi obtido, com vantagem, pela consagração e constitucionalização do princípio (também monetarista e friedmaniano) da *independência dos bancos centrais*, que amputou os estados da soberania monetária e impede os bancos centrais de conceder crédito, por qualquer forma, aos estados nacionais. Como é sabido, o BCE é o mais ‘independente’ de todos os bancos centrais, e os bancos centrais nacionais dos países do euro não passam de *repartições periféricas* do BCE. A *privatização do estado* (reduzindo os estados nacionais, a este respeito, a condição idêntica à de um qualquer cidadão) é agora prosseguida no terreno da política financeira, que se quer retirar do leque de instrumentos ao dispor dos respetivos governos.

Por nós, cremos que mais eficiente do que este fundo (que se destina a *financiar empréstimos* a taxas de juro próximas da agiotagem) seria um *fundo de ajuda* aos países em dificuldade, que reunisse, por exemplo, todos os recursos previstos no QREN até 2013, para os colocar de imediato à disposição desses países, sem exigir a contrapartida nacional, com vista ao pagamento de uma parte da dívida e ao financiamento dos investimentos indispensáveis à criação de emprego, à reconversão das estruturas produtivas, à recuperação das atividades produtivas na agricultura e na pesca e ao relançamento da economia (especialmente nos setores voltados para a exportação).

É provável que as autoridades europeias nem sequer tenham pensado nesta hipótese, e não temos notícia de que algum Governo tenha feito qualquer proposta neste sentido, que seria uma espécie de *mini plano Marshall* que a Europa oferecia a si própria. Seria uma pequena ajuda no sentido da recuperação da economia e da sustentabilidade do crescimento económico, sem o que não se vê como os países ‘ajudados’ pelo *grupo financeiro FMI-UE-BCE* podem pagar os juros que lhes estão a exigir.

23.2. - Como era óbvio desde o início, a dívida grega está a ser reestruturada, embora se trate de uma reestruturação imposta ao Governo e ao Parlamento da Grécia através de um acordo (“rollover agreement”) leonino, aprovado pelo Parlamento grego em condições incompatíveis com o estatuto de um estado soberano. Cremos acreditar que, se o Parlamento grego não tivesse aceite o ultimato dos ‘donos’ da Europa, estes teriam que tirar da cartola uma solução que evitasse a queda da Grécia em situação de não pagamento (*default*). Mas, perante a chantagem absoluta, as autoridades gregas aceitaram este ‘acordo’ (nulo, à luz do direito, porque falta, manifestamente, a vontade

livre de uma das partes) contrário aos interesses do povo grego, sacrificado com mais medidas de austeridade.

Segundo os desenvolvimentos conhecidos no início de julho/2011, os bancos privados (sobretudo franceses e alemães) aceitam reformar 70% da dívida de curto e médio prazo, substituindo-a por títulos de dívida pagável num prazo de trinta anos, com uma taxa de juro entre 5,5% e 8%, conforme a taxa de crescimento do PIB grego que vier a verificar-se. Os especialistas chamam a atenção para o facto de esta operação assentar em um novo ‘produto financeiro’, particularmente complexo, que poderá conduzir a uma situação idêntica à que decorreu dos empréstimos *subprime* nos EUA.⁸²

Toda a gente sabe, por outro lado, que, enquanto o povo sofre as penas deste ‘tratamento de choque’, os senhores do capital (na Grécia, em Portugal e em outros países), com a colaboração dos grandes bancos europeus e dos bancos caseiros e com a cumplicidade das autoridades europeias, vão colocando os seus milhões a bom recato nos paraísos fiscais ao seu dispor.

Deixando de lado estes ‘jogos’, o que nos parece é que esta medida pode ainda ser curta para permitir a reconversão da economia grega e o seu crescimento a taxas sustentáveis e suficientemente elevadas para suportar encargos financeiros de 5,5% a 8%. Uma taxa de juro de 3% (a taxa que a Alemanha paga por empréstimos a dez anos) já exigiria que a economia grega crescesse a um ritmo que as medidas impostas pelo FMI-UE-BCE não permitem esperar. Mas falta-lhes a lucidez e a coragem para assumir a rotura necessária com as políticas neoliberais, que estão a provocar uma descida de 4% do PIB grego.

As coisas podem complicar-se se – como já parece inevitável – Portugal e a Irlanda (esqueçamos a Itália e a Espanha...) vierem a cair em situação idêntica à da Grécia. As agências privadas de *rating* americanas estão a trabalhar nesse sentido, e não parecem intimidar-se com os protestos platónicos dos governantes europeus, que se têm limitado a protestar contra as decisões destas agências, como que por dever de ofício. Porque, no fundamental, a ‘Europa’ que temos aceita as regras do jogo impostas pelo capital financeiro e não põe em causa os dogmas neoliberais.

2.3.3. - A nosso ver, os conflitos de interesses inter-imperialistas estão a passar também pelo terreno financeiro, porque os EUA descobriram que a Europa não tem nenhuma estratégia de defesa neste domínio.

⁸² Cfr. W. MÜNCHAU, *ob. cit.*

A decisão da *Moody's* (6 de julho de 2011) de baixar a notação da dívida portuguesa para o nível considerado *lixo* talvez tenha levado os dirigentes europeus a perceber que a atuação das agências de *rating* americanas se insere na estratégia dos EUA de destruir o euro como concorrente do dólar enquanto moeda de referência à escala mundial. Cremos que eles já tinham chegado à conclusão de que não podem deixar ‘falir’ nem a Grécia, nem Portugal, nem a Irlanda, se querem salvar a própria pele e os interesses dos seus bancos. Pode ser que tenham agora percebido que as agências de *rating* americanas estão, afinal, a soldo do ‘inimigo’.

Talvez assim se expliquem as reações críticas de vários responsáveis da UE. Em Portugal, houve até quem chamasse “terroristas” às ditas agências. O próprio Presidente da República de Portugal, até agora um defensor beato das agências de *rating* (nós, portugueses, devíamos era trabalhar e não dizer mal das agências... era ‘comer e calar’), vem agora acusá-las de falta de transparência e de objetividade e de porem em causa a estabilidade da economia europeia, da União Europeia e do bem-estar dos cidadãos. É uma atitude de quem encaixou mal o “murro no estômago” que as agências deram no ‘seu’ Governo, como se elas não tivessem feito antes nada de reprovável. Das duas, uma: ou o economista que exerce as funções de Presidente da República sabe muito pouco destas matérias ou reage movido por razões puramente oportunistas. Seja como for, esta duplicidade de critérios mina a autoridade de um órgão de soberania que tem na *auctoritas* o seu maior poder, interna e externamente.

Mas o importante é tomar medidas para impedir que as agências de *rating* americanas continuem a comandar as decisões estratégicas sobre o futuro da Europa. E tais medidas não podem ficar-se pelas declarações de ‘virgens ofendidas’, destinadas a impressionar a opinião pública, deixando tudo na mesma. Não seria de esperar, ao menos, que o BEI e o BCE viessem a público dizer que não seguirão mais as indicações dessas entidades? Não seria de esperar que os Governos, entidades públicas, os bancos e as grandes empresas dos países da UE denunciasses de imediato os contratos que colocam muitos milhões nos cofres de empresas que vêm atuando para minar a estabilidade do euro, pondo em causa a UEM e a própria UE?

Diz-se que a UE está a preparar medidas para contrariar a influência das agências de *rating* americanas e diz-se até que se está a preparar a criação de uma agência de *rating* europeia. Cabe perguntar: de que UE estamos a falar? Do Conselho Europeu? Da Comissão Europeia? Da Alemanha e da França? O primeiro problema é este: não se sabe o que é a União Europeia, mas cada vez mais se percebe que ela não é um *espaço*

solidário, não passando de um *espaço de negócios* em que os mais fortes impõem aos mais fracos regras do jogo iníquas e desastrosas.

Esta dinastia de dirigentes europeus já chamou aos especuladores “a sida da economia mundial” e tem deixado que eles continuem a fazer o seu trabalho com a mais absoluta liberdade. Já diabolizou os paraísos fiscais, mas continua a defendê-los com unhas e dentes.

No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios...), o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado o Governo grego a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros (não será arriscado admitir alguma ‘ajuda’ das competentíssimas agências de *rating* americanas para levar a bom termo estas operações...).

O mesmo banco ‘aconselhou’ depois o Governo da Grécia sobre os ‘truques’ de engenharia financeira necessários para ludibriar as autoridades europeias. Por estes sábios ‘conselhos’ aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro pela via do incremento dos contratos de seguro de incumprimento (os famosos CDS – *Credit Default Swaps*) da dívida grega, que recomendava aos clientes que convencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos. Realmente, o crime compensa.⁸³

Na sequência destas manobras, o povo grego foi chamado a ‘salvar a Pátria’ à custa de sacrifícios enormes. Do outro lado da balança, o *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. Este potentado financeiro deve ser um dos credores da Grécia que agora exige a ‘punição’ severa dos trabalhadores gregos, para que aprendam a não viver acima das suas posses.

Os chamados mercados estão aqui retratados de corpo inteiro. Quando estas manobras vieram a público, a sempre inefável Sr^a Merkel comentou que seria “vergonhoso” que “os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia”. A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E tudo isto é vergonhoso. Mas isto não é nada de novo, isto está de acordo com a natureza deste capitalismo de casino, fruto acabado do neoliberalismo. E a reação da Sr^a Merkel foi apenas para a fotografia. Sem o voto favorável dela, o vice-presidente do *Goldman Sachs* na altura destas ‘manobras’, o italiano Mario Draghi, atual Governador do banco

⁸³ Indicações colhidas em S. HALIMI, “O crime..., *cit.*”

central da Itália, não seria nomeado para presidir ao Banco Central Europeu. Mas foi, pelos relevantes serviços prestados ao capital financeiro e pelo respeito que demonstrou pelas instituições europeias...

O grande capital financeiro vive destas ‘vergonhas’ e de outras ainda menos confessáveis. Sem a participação dos grandes conglomerados financeiros – toda a gente sabe, até a Sr^a Merkel - não chegariam aos paraísos fiscais os milhões de milhões de dólares (e euros) sujos oriundos da grande criminalidade organizada (evasão e fraude fiscais, tráfico de droga, de armas e de mulheres). São estes conglomerados os tais especuladores que Jacques Chirac apelidou de “sida da economia mundial”. Mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel e em todos os Obama. São eles os verdadeiros deuses da ‘igreja neoliberal’ cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa de forças em que os seus construtores a encerraram.

24. – Vejamos agora o caso português. Portugal não foge à regra, e o Orçamento de Estado para 2011 (aprovado sob a responsabilidade de um Governo do PS, que conseguiu, para o efeito, o apoio do maior partido da oposição à sua direita) traduziu-se num ataque sem precedentes aos direitos e às condições de vida dos que vivem do seu trabalho.

Como é sabido, graças às políticas levadas a cabo pelos nossos socialistas e sociais-democratas, Portugal é dos países mais desiguais da Europa. Apesar disso, não existe no nosso país um imposto sobre as grandes fortunas (um imposto sobre o património), nem sequer agora, com carácter excecional. Como também não existe um imposto sobre as transações financeiras, nem se tributam os capitais que se refugiam nos paraísos fiscais, nem existe um sistema de tributação justo dos rendimentos do capital, nem se tributam as mais-valias obtidas pelos grandes operadores.⁸⁴

Em finais de 2010, as receitas do IVA representavam 8,7% do PIB (média europeia: 7,5%), muito acima da percentagem relativa ao IRS, que era de 5,8% (média europeia: 7,9%). As previsões para 2011 indicam que o IRC não representará mais de 12,3% das receitas fiscais, enquanto o IRS (nomeadamente o que incide sobre os

⁸⁴ Com base em dados da revista *Forbes* (edição de 2011), ficámos a saber que a fortuna acumulada dos três portugueses mais ricos (quase 6 mil e quinhentos milhões de euros) equivale ao rendimento anual de cerca de três milhões de portugueses com rendimentos anuais até 7.500 euros. Os empresários portugueses compensam o País com os Ferrari e Lamborghini, que fazem a felicidade dos que os vêem passar na rua... Alguns dão também dinheiro para o clube de futebol da terra e ajudam os partidos do governo...

rendimentos do trabalho e as pensões) equivalerá a 29,4%. Por outro lado, o peso dos impostos indiretos (que atingem duramente os titulares de rendimentos mais baixos, como é sabido, provocando uma redistribuição do rendimento em benefício dos mais ricos) atingirá 58,3% das receitas fiscais totais. É, claramente, um *sistema fiscal de classe*.⁸⁵

Apesar dos pesados sacrifícios impostos aos trabalhadores (mesmo dos que estão desempregados!), aos aposentados e às populações com rendimentos mais baixos, os bancos (que trimestre após trimestre anunciam o ‘milagre’ da multiplicação dos lucros) continuam a pagar IRC a uma taxa inferior à das empresas não financeiras.

Segundo os jornais, só os quatro maiores bancos privados portugueses tiveram, em 2010, um lucro diário de 3,9 milhões de euros, representando um lucro anual de mil e quatrocentos milhões de euros. Apesar disso, pagaram menos 170 milhões de euros de impostos do que em 2009.⁸⁶

Um estudo de Eugénio Rosa elaborado com base em dados do Banco de Portugal mostra que os ‘bancos portugueses’ obtiveram do BCE, entre 2008 e 2010, 82.614 milhões de euros, pelos quais pagarão uma taxa anual de cerca de 1%. Tendo emprestado esse dinheiro (incluindo ao estado português) a taxas de juro entre 5,05% e 6,87%, a banca obteve um lucro líquido de 3.828 milhões de euros. O próprio Banco de Portugal admite que o sistema fiscal ‘amigo’ permitiu à banca uma poupança em impostos, só nos dois últimos anos, de 491 milhões de euros.⁸⁷

Mas aos bancos tudo é devido. Por isso, só para tapar o ‘buraco’ resultante da atuação criminosa da administração do banco BPN, o estado português já gastou (segundo se diz, porque o Governo tem escondido a verdade) pelo menos 4.000 milhões de euros.

Na última década, a economia portuguesa cresceu, em média, abaixo de 0,5% ao ano, mas os lucros dos maiores grupos económicos aumentaram 57%. Entretanto, segundo dados oficiais (agosto/2010), 2/3 das empresas portuguesas não pagam impostos. Os nossos empresários semi-analfabetos têm ‘artes’ suficientes para enganar o estado, mantendo esta situação há mais de uma década, apesar de todos os dados

⁸⁵ Só um exemplo. Se um trabalhador comprar uma casa para viver com a família e depois, por qualquer razão, a vender por um preço superior àquele por que a comprou, tem de pagar imposto sobre as mais-valias. Mas a PT vendeu à espanhola *Telefonica* a participação que tinha na brasileira *Vivo*. Esta transação rendeu mais de 6 mil milhões de euros de mais-valias, que acabaram por ser distribuídas em dividendos aos acionistas da PT, que, graças à intervenção de um paraíso fiscal situado na Holanda, acabaram por não pagar um cêntimo de impostos em Portugal (Cfr. *Avante*, 7.7.2011).

⁸⁶ Cfr. *Diário de Notícias*, 9.2.2011.

⁸⁷ Cfr. *Avante*, 7.4.2011.

indicarem que não tem cessado de aumentar a parte dos lucros no rendimento nacional. São estes os empresários-batoteiros que não cessam de lacrimejar para implorar o auxílio do estado, para reclamar contra a legislação laboral, para exigir salários baixos (que lhes permitam concorrer com os produtos chineses...), para protestar contra o aumento do salário mínimo.⁸⁸

O setor da banca contribui para uma parte importante da dívida externa portuguesa, porque, em finais de 2009, $\frac{3}{4}$ dessa dívida externa eram dívida privada e $\frac{3}{4}$ da dívida externa privada eram dívida dos bancos que operam em Portugal. Com um estado fraco do ponto de vista financeiro e amputado das empresas públicas que poderiam permitir-lhe uma intervenção estratégica orientadora do investimento, são os bancos que exercem essa função que deveria ser uma função de soberania: decidir sobre o consumo e o investimento e sobre o destino do investimento global. E os bancos empurram o investimento para os setores que lhes garantem mais lucros, com destaque para os setores de bens não-transacionáveis (imobiliário, distribuição, energia, infraestruturas, obras públicas, sobretudo no quadro das *parcerias público-privadas*).

Os bancos portugueses não têm liquidez para conceder crédito à economia, e há mais de um ano que não conseguem financiar-se no mercado inter-bancário. O BCE é o seu único financiador, aceitando como garantia títulos da dívida pública portuguesa. Em março de 2011, invocando falta de liquidez, a banca privada ‘impôs’ ao Governo do PS a decisão de recorrer à ‘ajuda’ do FMI-UE-BCE. E é claro que uma parte do empréstimo concedido a Portugal irá direitinho para os cofres dos bancos, que precisam de receber as benesses associadas às parcerias público-privadas e os créditos junto das empresas públicas deficitárias. Outra parte desse empréstimo que os portugueses não-de pagar irá ser destinada a reforçar o capital da banca privada com dinheiro público, para que a banca privada continue a fazer o que tem feito: ganhar muito dinheiro, em ‘negócios’ que não atenderam seriamente às necessidades da economia portuguesa, graças às *rendas* resultantes das PPP, às comissões régias cobradas ao estado pela preparação das operações de privatização e a um regime fiscal escandalosamente amigo.

A burguesia portuguesa continua fiel à sua tradição histórica de ser – como mostrou António Sérgio - uma *burguesia parasitária*, que sempre viveu de *rendas*, as

⁸⁸ Estava assente na chamada concertação social que o montante do salário mínimo passaria, em 2011, de 475 euros mensais para 500 euros. Por pressão dos empresários o Governo acabou por impor o montante de 485 euros, um dos mais baixos de toda a UE (menos de 1/3 do praticado em alguns países, inferior a metade do de outros), apesar de os trabalhadores portugueses serem dos que trabalham mais horas por semana.

rendas fáceis de uma qualquer *Índia*, quer a Índia propriamente dita (que proporcionou a riqueza do comércio das especiarias), quer o Brasil (e o ouro que de lá veio, e os escravos africanos que para lá foram levados), quer a CEE e os subsídios que proporcionou (antes, da Europa já tinham vindo, aos milhões, as remessas dos emigrantes), calando as lamúrias dos que teimavam em apresentar a perda das colónias como o fim da viabilidade económica de Portugal...

25. – O *Memorando de Entendimento* acordado com a *troika* FMI-UE-BCE pelo Governo socialista português (com o apoio do PSD e do CDS e o aplauso do Presidente da República) traduziu-se no empréstimo de 78 mil milhões de euros a Portugal, pelos quais o País pagará, durante sete anos, uma taxa de juro média à roda de 5,1% ao ano.

Deste dinheiro, uma fatia de 12 mil milhões é destinada a financiar o reforço do capital dos bancos privados que atuam em Portugal, mecanismo “concebido de forma a preservar, durante uma fase inicial, o controlo da gestão dos bancos pelos seus acionistas privados e a permitir-lhes a opção de recompra da participação do estado”.

O *negócio* está claro: diz a *troika* que os bancos privados precisam de reforçar os seus capitais; manda a *troika* que o povo português entre com o dinheiro necessário (que tem de pedir emprestado à *troika*, a uma taxa de juro de 5,1%); a *troika* acrescenta que o povo português, apesar de passar a ser acionista desses bancos privados, fica afastado da sua gestão, que continua entregue aos acionistas privados, que tão exemplarmente os têm gerido; quando a onda passar, o povo português fica obrigado a vender aos ditos acionistas a sua participação no capital (talvez a um preço simbólico...).

Nada se exige aos bancos como contrapartida, ao menos em matéria de prioridades na concessão de crédito à economia (favorecer o investimento produtivo, prioridade ao setor exportador, etc.). O *Memorando* refere apenas que deve ser analisado o *efeito crowding out* decorrente da canalização do crédito para as Parcerias Público-Privadas (PPP).⁸⁹

⁸⁹ E muito têm que analisar, porque o crédito foi quase por inteiro canalizado para as PPP e para os setores de bens não-transacionáveis. É imperioso que se extraiam conclusões desta análise, que conduzam à revisão dos pactos leoninos constantes de tais PPP (e por isso ilegítimos e ilegais, muitas vezes configurando o crime de gestão danosa de dinheiros públicos). A revisão das PPP em vigor está prevista no *Memorando*, que não autoriza a constituição de nenhuma outra antes de concluído o processo de revisão das vinte mais importantes (agosto/2011). Mas, segundo as previsões do *Memorando*, só em março/2012 se apurará quais as PPP que podem ser renegociadas com vista à redução das responsabilidades financeiras que delas decorrem para o estado português. De eventuais responsabilidades criminais dos envolvidos no ‘negócio’ não se diz nem uma palavra... Esperemos que a

Outra fatia de 35 mil milhões de euros deve ser reservada para a concessão de garantias pelo estado português à emissão de obrigações pela banca privada, que, sozinha, não tem crédito na praça, apesar do muito dinheiro que tem ganho.

Os juros a pagar aos membros da *troika* pelo empréstimo levarão mais 30 mil milhões de euros.

Feitas as contas, sobra muito pouco. A banca ‘portuguesa’ e os demais credores podem respirar um pouco. Mas não se vê aqui a mínima preocupação com o financiamento da economia, prevendo-se que o PIB diminua pelo menos 4% até 2012 (ano em que regressaremos ao nível de 2002, andando dez anos para trás). E não se vê que coisa diferente possa acontecer em 2013.

25.1. - Segundo o *Memorando*, Portugal fica responsável pela preservação da estabilidade do sector financeiro e pelo reforço da regulação e da supervisão bancária. Mas a *troika* manda, especificamente, “racionalizar” a estrutura da CGD, o que logo se traduz na obrigação de privatizar a empresa seguradora do Grupo CGD e outras empresas do Grupo não relacionadas com a atividade bancária e de reduzir as atividades da CGD no estrangeiro. Tudo, como se vê, para debilitar o banco do estado na concorrência com os outros e preparar a sua privatização pura e simples.

Até 31 de julho/2011, o estado português tem que vender o BPN ou proceder à sua liquidação, depois de lá ter enterrado à roda de 4 mil milhões de euros, a que teremos de acrescentar os 500 milhões de euros que, segundo se diz, o estado terá de injectar para capitalizar o banco antes de o vender. Cada português acabará por contribuir, em média, com cerca de 500 euros (mas alguns não pagam nada, apesar de terem ganho muito dinheiro com as ‘negociatas’ do BPN).

O estado português fica obrigado a tomar as medidas necessárias para baixar o défice público para 5,9% do PIB em 2011, para 4,5% em 2012 e para 3% em 2013, e para conseguir uma trajectória descendente da dívida externa (em percentagem do PIB) a partir de 2013, até atingir a meta prevista no PEC (60% do PIB).

A *troika* impõe também ao estado português um vigoroso programa de privatizações, algumas a curto prazo (até ao fim de 2011), de que destacamos a ANA, a

montanha não vá parir um rato, até porque as PPP foram, nos últimos 15 anos, a mina de ouro da banca e dos grandes grupos económicos que operam em Portugal, sendo a banca o mediador e um dos grandes aproveitadores deste verdadeiro ‘negócio da China’. Endividaram-se para os levar a cabo e o povo português está agora a pagar a conta do festim.

TAP, a CPCarga e algumas linhas urbanas (o que dá lucro)⁹⁰, os CTT e a participação do estado na EDP, na GALP e na REN, além de bens imóveis e de outro património pertencente ao estado (administração central, regiões e municípios). O Governo, patrioticamente, parece querer privatizar também a empresa *Águas de Portugal*... A água não são os ‘anéis’, nem os ‘dedos’, a água é a vida, senhores!

O Governo da coligação PSD/CDS já anunciou a renúncia às *golden share* que o estado português detinha na PT, na GALP e na EDP. Medidas como esta não têm nada que ver com o saneamento das finanças públicas nem com o pagamento da dívida. Constituem uma imposição decorrente dos cânones neoliberais que ‘governam’ esta Europa do capital. E servem os interesses do grande capital, com sacrifício dos interesses nacionais. Sem as *golden share*, a PT já teria sido apropriada pela espanhola Telefonica e a EDP já seria propriedade da espanhola Iberdrola, pertencendo a GALP a um qualquer grupo estrangeiro (brasileiro, angolano, etc.). E é isto mesmo que vai acontecer.

Acresce que, graças a esta decisão do Governo português, o capital acionista foi valorizado, porque os grandes acionistas podem agora agir com inteira liberdade, sem as limitações decorrentes dos direitos especiais de que gozava até este momento o estado português. Como se compreende que o estado português não tenha ao menos negociado com acionistas privados a venda a um *preço dourado* das suas *acções douradas*, antes da renúncia aos seus privilégios e em troca dela? O Governo praticou um ato de gestão danosa. Por incompetência ou por outra razão?

Condenado a vender, com prazos marcados e tudo, é claro que na ‘pena’ imposta pela *troika* a Portugal está contida a pena acessória de vender a pataco, a preços de saldo, em época de crise e de falta de liquidez. As agências de *rating* já começaram a fazer a parte delas, baixando acentuadamente a notação destas empresas, considerando-as *lixo*, para desvalorizar os seus ativos perante os “mercados”. Tudo feito, com grande generosidade, para ajudar Portugal e nos salvar da bancarrota... Os ‘especialistas’ do *grupo financeiro FMI-UE-BCE* serão apenas incompetentes?

É um grande banquete para o grande capital estrangeiro, mas é uma enorme humilhação para um país soberano, que assim sofre um autêntico saque.

⁹⁰ É mais um passo para liquidar a nossa rede ferroviária, que perdeu, nos últimos 25 anos, 900 Kms de linhas, restando hoje 1.449 Kms de rede eletrificada, menos do que os 2.571 Kms de auto-estradas (cfr. *Avante*, 7.7.2011). Não-de pensar que, para levar o nosso dinheiro, há-de vir um dia o *elefante branco* que dá pelo nome de TGV.

Com estas vendas (autêntica gestão danosa de dinheiros públicos), o estado está a alienar, na prática, as fontes de receita que ainda lhe restam, para além dos impostos. Ficamos não só mais pobres mas também mais vulneráveis.

Acresce que as empresas em causa (PT, EDP, GALP, CTT, Águas de Portugal, ANA, REN, TAP, CP, CGD) representam setores estratégicos de que nenhum estado soberano pode abdicar. Vendê-las a privados (ainda por cima quase inevitavelmente estrangeiros) é o mesmo que *vender soberania*. Por este caminho, Portugal perde por inteiro a capacidade de intervenção soberana em áreas estratégicas e em decisões estratégicas sobre o futuro de empresas vitais para o nosso País. E a transferência para entidades estrangeiras destes centros de decisão acarreta, para Portugal, o estatuto de território colonizado, dependente e subdesenvolvido.

25.2. - A *troika* impõe também o aumento do IVA e de outros impostos sobre o consumo, incluindo bens essenciais (como especificamente se prevê para o IVA incidente sobre os serviços de eletricidade e de gás). Manda atualizar o valor matricial dos prédios para efeitos de tributação e manda reduzir as isenções aplicáveis em matéria de imposto sobre a habitação própria. O *Memorando* refere igualmente a redução das deduções fiscais (despesas com a saúde, encargos com a compra de casa, etc.) e o congelamento e redução dos benefícios fiscais. E faz algumas declarações pias: alargamento da base tributável em sede de IRC; combate à fraude e evasão fiscais e à economia paralela.

Mas não faz referência à tributação da banca ao mesmo nível das demais empresas; nem quer ouvir falar na tributação das operações financeiras e das mais-valias bolsistas; nem fala do paraíso fiscal da Madeira; não encara, nem sequer como medida excecional, um imposto sobre as grandes fortunas, que existe em vários países europeus.

E não se esquece a *troika* de impor a diminuição das compensações por serviço que o estado paga a determinadas empresas públicas, obrigando estas a aumentar o preço do serviço que prestam (caso dos transportes públicos). E não se esquece de impor o aumento das taxas moderadoras a cobrar nos serviços públicos de saúde e a sua *indexação automática* à inflação (medida que contraria o nosso regime constitucional). E não se esquece de impor a diminuição substancial dos isentos de pagamento destas taxas moderadoras.

25.3. - Quanto aos salários, é claro que a *troika* não manda indexá-los automaticamente à inflação (como faz para as taxas moderadoras). Seria uma verdadeira heresia, à luz dos dogmas neoliberais. Aqui, trata-se de cortar, apesar de os

trabalhadores portugueses serem dos mais mal pagos na Europa e de trabalharem mais horas por semana do que a grande maioria dos europeus.⁹¹

Keynes deixou claro que o facto de os salários baixarem não significa o aumento do nível do emprego e defendeu que, ao contrário, os salários baixam se o nível de desemprego é elevado e sobem se o nível de desemprego é reduzido. Mas a *troika* (e, com ela, todos os beatos do neoliberalismo) continua a impor uma política de salários “consistente com os objetivos da promoção da criação de emprego e da melhoria da competitividade das empresas, com vista a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos”.

A evidência de que ‘teoria’ não está conforme à realidade é tal, que nem os ‘especialistas’ da *troika* devem acreditar nela. Seguem-na porque é o que vem na cartilha e eles são gente feita de “carne de obedecer”. Por isso impõem a redução dos salários dos trabalhadores do estado que ganham mais de 1.500 euros por mês e o congelamento dos salários nominais de todos os demais trabalhadores do estado em 2012 e em 2013, com a obrigação de serem limitadas igualmente as promoções na carreira. Para aumentar ainda mais o emprego, impõem a diminuição, até 2013, de 1% dos trabalhadores da administração central e de 2% dos trabalhadores da administração regional e local.

A *troika* manda ainda que, em 2012 e 2013, sejam congeladas todas as pensões de reforma, salvo “as mais reduzidas” (qual será o montante?); manda suspender todas as regras de indexação das pensões (mesmo das mais reduzidas!) e manda baixar as pensões de montante superior a 1.500 euros mensais (as pessoas fizeram os descontos, mas agora vêm diminuídas, sem apelo nem agravo, as suas expectativas legítimas).

Talvez para fomentar a criação de emprego, a *troika* veio impor (mais uma vez contra o que dispõe a nossa Constituição) a revisão da legislação laboral, com o objetivo de permitir o despedimento individual por inadaptação do trabalhador (ainda que não tenham sido introduzidas novas tecnologias ou outras alterações no local de trabalho); o despedimento individual em caso de não cumprimento pelo trabalhador dos objetivos acordados; o despedimento individual por extinção do posto de trabalho. Em nenhum destes casos se exige sequer que, antes do despedimento, se coloque o trabalhador em outro local de trabalho disponível ou em uma função mais apropriada à sua experiência e às suas capacidades.

⁹¹ Tomando apenas a indústria, mais de 90% dos trabalhadores trabalham entre 42 e 45 horas por semana, se se incluírem as horas extra (cfr. *Avante*, 7.7.2011).

Com o mesmo objetivo de favorecer o capital, a *troika* impões também a diminuição do custo do despedimento para os empregadores: em vez de 30 dias de compensação indemnizatória por cada ano de trabalho na empresa, os trabalhadores despedidos passam a receber apenas dez dias de compensação por cada ano (mais dez dias pagos por um fundo financiado pelos empregadores), até o máximo de doze meses de salário.

O *Memorando*, subscrito pelo Governo do PS com a concordância do PSD e do CDS e o aplauso do Presidente da República, impõe ainda a diminuição do montante do subsídio de desemprego e a redução do período em que será pago (máximo de 18 meses, com redução progressiva do montante a partir do sexto mês).

E propõe que se privilegiem as *comissões de trabalhadores* da cada empresa (mesmo aquelas que têm menos de 250 trabalhadores), em detrimento dos *sindicatos*. Em nome da velha técnica de dividir para reinar, o que se pretende é matar a *contratação coletiva*, sob o pretexto de privilegiar os *acordos de empresa*, e reduzir a influência dos sindicatos. O Direito do Trabalho (que nasceu como *direito dos trabalhadores*) está a transformar-se em *direito dos empresários*. O Governo do PSD/CDS acabou mesmo com o Ministério do Trabalho criado após o 25 de Abril. Temos de convir que o *Ayathola do neoliberalismo*, Milton Friedman, foi ainda mais longe nos conselhos que deu a Pinochet...

25.4. - Sempre com o objetivo de reduzir os custos laborais para criar emprego e promover a competitividade externa da economia portuguesa, a *troika* impõe uma redução substancial da *taxa social única* paga pelos empregadores e destinada a co-financiar o sistema público de segurança social.

O atual Primeiro Ministro português começou por falar, durante a campanha eleitoral, de uma redução gradual, até atingir 4% no final do mandato de quatro anos. Mas os ‘especialistas’ (entre os quais alguns ministros do atual Governo) foram logo chamados para defender um *tratamento de choque*: uma baixa significativa, aplicada já e de uma vez. A Associação representativa do patronato não se inibiu e propôs, recentemente, uma redução de 7,8%. O leilão está aberto e não sabemos qual será a solução escolhida.

Uma coisa é certa. As pessoas de bem senso (sem necessidade de serem ‘especialistas’) sabem que, apesar dos fracos índices de produtividade da nossa economia, os salários reais na indústria têm aumentado menos do que a produtividade

(1,1% e 3,2% ao ano, respetivamente, entre 1995 e 2008).⁹² O custo do trabalho incorporado em cada unidade produzida diminuiu, pois, ao longo deste período. É uma vergonha continuar a insistir neste *modelo salazarento* assente em salários baixos, impondo aos trabalhadores o *arrocho salarial* e protegendo os empresários, mesmo os incompetentes.

As pessoas de bom senso sabem também que a taxa social única representa menos de 3% dos custos globais da produção industrial, nos quais pesam, sobretudo, os custos da energia, do crédito, dos transportes e das matérias-primas. A redução da taxa social única não resolve qualquer problema de competitividade externa. Se fosse este o objetivo a alcançar, tal medida só se aplicaria às empresas exportadoras. A nossa capacidade de competir nos mercados externos não ganha nada pelo facto de, por exemplo, os hipermercados da Sonae e da Jerónimo Martins passarem a pagar menos para financiar o sistema público de segurança social. Daí só resultará o aumento dos lucros dos acionistas destas empresas, lucros que não serão utilizados para investimentos produtivos no nosso País, voando talvez para um qualquer paraíso fiscal, para fugir ao pagamento de impostos.

Na mesma linha de pensamento, é claro que a redução da taxa social única pode contar alguma coisa (pouca coisa) para as empresas e os setores que ocupam mais trabalhadores, em regra os setores menos inovadores (habituaados à mão-de-obra barata e ao recurso ao trabalho sem direitos), mas não representam nenhum apoio minimamente relevante se pensarmos nos setores em que teremos de assentar o nosso desenvolvimento: os setores inovadores, capazes de produzir bens e serviços com elevado valor acrescentado, voltados para a exportação, apoiados em mão-de-obra qualificada, mas que não são trabalho-intensivos.

Para quem entende que deve ser o mercado a selecionar o mérito, esta medida só pode ajudar a manter no ativo empresas pouco eficientes, que não subsistiriam sem este balão de oxigénio. Ao menos sejam coerentes com os princípios que defendem...

O verdadeiro alvo desta medida é o sistema público de Segurança Social, o inimigo de estimação do neoliberalismo, desde Milton Friedman. Com a redução dos descontos patronais para a Segurança Social, reduz-se significativamente a massa dos recursos financeiros à sua disposição (calcula-se em 1.600 milhões de euros, se a redução da taxa social única for de 4%). Após a descapitalização, seguir-se-á a decisão

⁹² Cfr. *Avante*, 7.7.2011.

de desligar a máquina: não adianta prolongar-lhe a vida – dirão as carpideiras de serviço -, o sistema público de Segurança Social é inviável.⁹³

Neste sentido vai também a anunciada medida de fixar em 2.500 euros o montante máximo das pensões a pagar pela Segurança Social, com a conseqüente redução dos descontos a efetuar, exatamente pelos que ganham mais (e, por isso, mais descontam), que passarão a descontar para fundos de pensões privados, dominados pelo grande capital financeiro.

Como é óbvio, esta medida não tem qualquer relação com o ‘combate à crise’ nem com a melhoria da produtividade da nossa economia. A pretexto da crise, estas medidas neoliberais visam, às escâncaras, favorecer o capital à custa do trabalho (recorde-se o que se diz atrás sobre a política laboral e de salários). Elas são, ostensivamente, *políticas de classe*, contrárias aos interesses e aos direitos dos trabalhadores. Como estes estão folgados, continuam a descontar o mesmo para a Segurança Social. Os patrões, consabidamente a parte mais fraca, vão ser aliviados...

Diz-se que a Segurança Social vai ser compensada com as receitas de um novo imposto ou do aumento da taxa de um imposto já existente. Se tal acontecer, há-de ser um imposto direto sobre os rendimentos do trabalho ou um novo aumento do IVA, que atinge mais duramente as famílias de rendimentos mais baixos. Para já, o Governo anunciou um imposto excecional, que levará aos trabalhadores portugueses 50% do subsídio de natal. Sendo cobrado, segundo se anuncia, em sede de IRS, parece tratar-se de um imposto inconstitucional, por não respeitar a regra da progressividade da taxa do imposto. Acresce que, pelo que se diz, tal imposto não abrange os rendimentos do capital (desde logo aqueles que não são englobados na matéria coletável para efeitos de IRS). Irá tão longe o despudor e a violência contra quem trabalha?

Num país em que, segundo dados do INE, 43% da população cairia em situação de pobreza se faltassem as transferências do estado, o *Memorando* impõe a continuidade

⁹³ A destruição do sistema público de Segurança Social é também um objetivo do atual Presidente da República de Portugal. Durante a campanha eleitoral de que resultou a sua eleição, fartou-se de dizer que também ele defendia o estado social, porque valorizava a ação das instituições privadas de solidariedade social. Como se não soubesse que estas prestam *assistência* ou fazem *caridade*, mas não garantem os *direitos* dos cidadãos à segurança social, em nome do *princípio da responsabilidade social coletiva*, que é a pedra de toque do estado social. Valorizou mesmo, com a sua presença enquanto Presidente da República, uma ação que se traduziu no aproveitamento das sobras dos restaurantes para ajudar os *pobrezinhos, coitadinhos...* Recentemente, vem fazendo discursos em que defende que “não cabe ao estado arrecadar impostos para redistribuir, pelo que deve ser abandonado o modelo social europeu que foi adotado depois do 25 de Abril” (*Público*, 25.6.2011). Como em outras ocasiões, o Presidente da República está a defender soluções que contrariam abertamente a Constituição que jurou respeitar e fazer respeitar. O que debilita a sua credibilidade no exercício das mais altas funções do estado e não ajuda nada à estabilidade política.

da política de corte nas despesas sociais praticada nos últimos anos, que ilustraremos com um exemplo dramático. Referimo-nos ao facto de, entre janeiro/2010 e janeiro/2011, 603 mil crianças terem perdido ou terem visto diminuir o abono de família. Num país envelhecido e com saldo fisiológico negativo, esta é uma política completamente absurda. Depois, quando se fecham creches por falta de condições, a comunicação social e os comentadores de serviço acusam os pais porque escolhem as creches mais baratas, não respeitando devidamente os direitos das crianças... É difícil saber se se trata de incapacidade para compreender o que se passa, de distração ou de refinado cinismo e malvadez.

O *Memorando* imposto pela *troika* impõe ainda cortes nas despesas com a educação, incluindo a redução da rede escolar.

Prevê também a redução das despesas com o “sistema nacional de saúde”, designação que adota por oposição à de *Serviço Nacional de Saúde* de que fala a Constituição da República Portuguesa. É a continuação da privatização encoberta e envergonhada que vem sendo prosseguida há anos, com grave responsabilidade dos Governos do PS, e que já começou a produzir resultados: em 2010 aumentou pela primeira vez a taxa de mortalidade infantil, após mais de vinte anos de êxito excepcional do SNS (com ressonâncias mundiais). Aumentou também a mortalidade resultante da tuberculose. Sinal claro de que estamos a andar para trás.⁹⁴

26. - As condições da ‘ajuda’ a países como Portugal e a Grécia já foram comparadas às *propostas irrecusáveis* do ‘padrinho’ Vito Corleone, retratado no célebre filme de Martin Scorseze. São, realmente, propostas mafiosas, e, por isso, ilegítimas à luz do Direito Internacional.⁹⁵

Como qualquer criminoso de direito comum, o estado português foi colocado numa espécie de *prisão domiciliária*, sujeito à visita periódica das autoridades responsáveis pela aplicação das penas: durante os três próximos anos, os inspetores da *troika* visitar-nos-ão de três em três meses (a começar em fins de julho/2011), para verificar se estamos a cumprir todas as penas impostas. É uma situação humilhante.

⁹⁴ Também neste domínio o Presidente da República tem feito declarações públicas ofensivas da Constituição, designadamente propondo o fim da universalidade e tendencial gratuitidade do Serviço Nacional de Saúde.

⁹⁵ Particularmente afrontosa, em termos de ingerência na esfera da nossa soberania, é a imposição da *troika* no sentido de, até julho/2012, o estado português executar um plano de *redução significativa* do número de municípios e freguesias, a tempo do próximo ato eleitoral para as autarquias, decretando que “o Governo implementará estes planos baseado num acordo com a UE e o FMI”. Só quem está privado em absoluto da sua liberdade de escolha pode ter assinado e aceitado um ultimato tão humilhante.

Tanto mais humilhante quanto sabemos que, de imediato, Portugal e os demais países em dificuldade precisam de reorganizar as suas economias, precisam de criar mais riqueza e precisam de aumentar a produtividade (em boa verdade, com graus de urgência e de intensidade diferentes, este diagnóstico aplica-se à ‘Europa’ como um todo).

Mas estes são objetivos que nunca serão alcançados *espontaneamente*, com base na *liberalização e flexibilização* dos mercados de trabalho e na plena liberdade de circulação de capitais, de bens e de serviços. São objetivos que só se alcançam com base no aumento do investimento (público e privado) na educação e na saúde, na investigação científica e tecnológica, na formação profissional, na valorização dos recursos humanos e naturais. Tudo ao contrário do que a UE, o BCE e o FMI estão a impor por essa Europa fora, com especial virulência na Grécia, na Irlanda e em Portugal.

Dizem todos os bem-pensantes: Portugal tem que fazer tudo o que foi imposto pela *troika* e ainda mais alguma coisa, para recuperar a confiança dos “mercados”. *Portugal não pode falhar!* Por isso, mal tomou posse, o actual Governo atuou, garbosamente, segundo esta cartilha. Levou “um murro no estômago”. Dado pelas agências de *rating* em nome dos “mercados”, que lhes pagam para elas fazerem este trabalho sujo.

O problema está em que, cumprindo tudo isso, religiosamente, falhamos de certeza. Em 2013 poderemos ter um défice público menor, embora a redução do PIB e do consumo provoque a redução das receitas fiscais, e o aumento do desemprego obrigará a aumentar a despesa pública... Sabemos que o PIB vai diminuir pelo menos 4% até 2012 e que o desemprego aumentará de 11% para 13% (alguém duvida de que em 2013 continuaremos em recessão e o desemprego continua a aumentar?). Sabemos que produziremos menos riqueza, teremos mais desempregados, teremos visto partir para o estrangeiro mais uns milhares de jovens licenciados (cuja formação pagámos), viveremos muito pior e não teremos dinheiro para pagar os encargos da dívida, estando condenados a contrair mais dívida (em piores condições do que as atuais) para pagar os juros da anterior. Alguém acredita em outro resultado? Então, porque se persiste no erro?

Dizem os ‘sábios’ e os políticos de serviço que o importante é que Portugal não seja confundido com a Grécia. Como para a Espanha é decisivo não ser confundida com Portugal. Talvez para a Itália seja importante não ser confundida com a Espanha e com

Portugal. A Alemanha, a França e os ‘países do norte’, esses, marcam as distâncias, entreteendo-se a ‘punir’ os ‘selvagens’ do sul. É isto a União Europeia? É a partir desta realidade, sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, que se quer avançar ainda mais no caminho da integração política? Neste terreno pantanoso, movediço e falso poderá construir-se algum edifício com um mínimo de solidez? Desta triste realidade poderá sair um estado federado? Nem a sonhar se pode acreditar em tal miragem.

As medidas necessárias para colocar no seu lugar o capital financeiro (os grandes conglomerados financeiros, as agências de *rating* americanas e outros atores principais) obrigam a romper com os dogmas neoliberais e a mudar radicalmente as estruturas em que assenta a construção europeia. E não é de esperar que os atuais dirigentes o façam. Mesmo os mais bem intencionados, ainda nem sequer reconheceram que a ‘Europa’ que puseram de pé está toda errada. Sem esse primeiro passo, não poderão dar os passos seguintes. Cremos, por isso, que a ‘Europa’ se arrisca a caminhar, de protesto em protesto, até à derrota final. Basta que a Espanha e a Itália entrem na mira dos especuladores e das agências de *rating* ao seu serviço. Por este caminho, chegaremos lá, podendo antecipar-se que esta ‘guerra’, travada em nome do grande capital financeiro, vai fazer muitas vítimas inocentes, como acontece em todas as guerras.

Mas então porque continua esta ‘guerra’? Porque a crise criou condições que, aos olhos do grande capital, permitem esbulhar os trabalhadores dos direitos que estes conquistaram ao longo de séculos de lutas e que muitas constituições modernas vieram incluir no elenco dos *direitos fundamentais – direitos fundamentais dos trabalhadores*.

É o propósito de aproveitar a maré para conseguir o que, em condições normais, nenhum governo conseguiria impor que leva *as troikas* e os seus governos a impor coativamente aos países mais débeis *ultimatots* em condições pelo menos tão duras e humilhantes como as que foram impostas pelo Tratado de Versalhes à Alemanha agressora, vencida na 1ª Guerra Mundial. À Alemanha não foi consentido negociar as condições da rendição. O mesmo está a acontecer nesta ‘guerra’ com ‘vencedores’ e ‘vencidos’ programados de antemão.

Como em todas as guerras, os vencedores procuram dominar os vencidos mediante o recurso ao medo, o que lhes permite, desde logo, impor a estados soberanos falsos acordos, preparados e escritos por burocratas do FMI, da UE e do BCE.

O recurso à estratégia do medo serve ainda para tentar paralisar os povos, para os desmotivar, para os fazer sentirem-se culpados por pecados que não cometeram. Até

que o desespero gerado pelo medo leve os povos a ‘partir a loiça’. Ou até que os povos percebam que os estão a enganar e não aceitem mais ser humilhados, tomando consciência das suas capacidades, como povos soberanos, para determinar as escolhas políticas a seu favor, controlando o presente e construindo o futuro.

27. - Muitos reconhecem hoje que terá sido precipitada a decisão de criar a UEM sem que estivessem reunidos os requisitos mínimos de uma *zona monetária ótima*. Sem dúvida, nenhuma zona monetária – sobretudo se pretender emitir moeda mundialmente aceite, como é o caso da UEM – poderá suportar no seu seio défices públicos diferenciados e significativos. Por isso é que os países que a integram devem apresentar um nível muito aproximado de desenvolvimento económico e social, para que todos possam cumprir as mesmas regras de gestão financeira. Mas este requisito falta na UEM, desde o início. Paul Krugman está entre os economistas que consideram um erro a institucionalização da UEM. E defende que a incapacidade revelada pelas autoridades europeias para lidar com os problemas decorrentes da crise atual traduzem “falta de coragem para enfrentar o fracasso de uma fantasia”.⁹⁶

A verdade, porém, é que, no quadro europeu, as medidas adotadas até ao presente para enfrentar a crise têm obedecido à matriz ideológica neoliberal da UE e da UEM, indo todas no sentido de acrescentar mais neoliberalismo ao neoliberalismo. Para quem entende que este tipo de soluções não resolve problema nenhum e afundará a Europa num círculo vicioso de recessão, mais desemprego, mais défice, mais dívida, mais recessão, mais desemprego, mais pobreza, mais desigualdade, num regresso ao ‘inferno perdido’ século XVIII, fica claro que a Europa precisa de curar-se da dependência das ‘drogas’ do receituário neoliberal e de libertar-se da tirania do *deutsche euro*, o que exige uma reforma substancial das traves-mestras da Europa neoliberal, a começar pelas que decorrem do Tratado de Maastricht.

27.1. - De vários lados vem a ideia de que as regras do PEC devem ser radicalmente alteradas, e há mesmo quem defenda que o PEC deve ser pura e simplesmente posto de lado.

⁹⁶ Cfr. P. KRUGMAN, “Quando..., *cit.* Em Portugal, esta “fantasia” foi denunciada desde o início por alguns economistas (João Ferreira do Amaral, por exemplo) e pelos partidos políticos de esquerda, em especial o PCP. A nossa posição está expressa em vários textos, de entre os quais referimos “Nota..., *cit.*”, “A institucionalização..., *cit.* e *A Constituição Europeia..., cit.*

A situação atual parece reforçar as razões dos autores que vêm defendendo a necessidade de flexibilizar as regras do mercado interno único, permitindo as ajudas do estado a setores e empresas inovadores (capazes de criar maior valor acrescentado) e até a necessidade de admitir algumas medidas de defesa perante as importações (incluindo a desvalorização do euro).

Já vimos defendida a ideia de que seria vantajoso instituir um salário mínimo europeu e uma política articulada à escala da UE em matéria de subsídios de desemprego, de horários de trabalho, de segurança no emprego, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores em todo o espaço da UE e para reduzir as possibilidades de recurso ao *dumping* social como arma de concorrência no quadro comunitário.

Apelam outros para a necessidade de valorizar a ação do *Banco Europeu de Investimentos*, de modo a que ele contribua para reverter as assimetrias de desenvolvimento existentes no seio da UE. Nesta conjuntura, é incompreensível que a capacidade do BEI para financiar projectos de investimento (o dobro da capacidade do Banco Mundial!) não esteja a ser mobilizada para investimentos no setor produtivo e na inovação nos países mais débeis da Europa.

27.2. – A necessidade de reformar o BCE tem sido um dos pontos mais salientado. Este tem de abandonar o esplêndido isolamento da sua *independência* anti-democrática e deve assumir-se (à semelhança do FED e do Banco Central do Japão) como um verdadeiro banco central, com capacidade para emitir moeda destinada a financiar diretamente os investimentos da União e dos estados-membros e para ajudar estes a promover uma estratégia de desenvolvimento sustentado e a prosseguir políticas públicas de combate às crises, devendo ser autorizado a adquirir títulos da dívida pública no mercado primário.

Em finais de 2007 e em 2008, quando a crise já era indisfarçável, nem o BCE nem qualquer outra instituição comunitária esboçaram o mínimo gesto para ajudar os estados membros que se encontravam em situação particularmente difícil, por terem sido obrigados a recorrer ao crédito em conjuntura internacional de fraca liquidez (na sequência da operação de salvamento do *Bear Sterns* e da falência do *Lehman Brothers*), num tempo de diminuição da receita pública devido à recessão e de aumento significativo da despesa pública, para salvar os bancos desses países (a maior fatia), mas também para socorrer as vítimas da crise e tentar manter o nível do consumo.

Em 2009 e no início de 2010, as instituições da UE proclamaram que este era o caminho certo e estimularam os estados mais afetados pela crise a aumentar as suas despesas para estimular a economia, manter o emprego e apoiar os desempregados em número crescente. Pouco tempo depois, os países mais débeis (os mais atacados pelos especuladores) começaram a ser acusados de viver acima das possibilidades e foram ‘condenados’ a pagar sozinhos os custos da crise desencadeada pela especulação nos mercados financeiros e pelo ataque especulativo contra o euro.

Manietado pelos seus próprios estatutos, o BCE deixou (e deixa) os especuladores atuar livremente nos mercados financeiros, negando-se como verdadeiro banco central e assumindo-se como *banco dos bancos*. O BCE não pode emprestar dinheiro aos estados membros da Eurozona. Mas empresta aos bancos privados (que se recusam, por falta de confiança recíproca, a emprestar dinheiro uns aos outros no mercado interbancário), aceitando como garantia os títulos da dívida pública adquiridos pelos bancos e que o BCE não pode comprar no mercado primário. É claro que o BCE empresta aos bancos privados a uma taxa de juro à roda de 1% e estes emprestam aos estados a taxas de juro de 5% (a três anos) e de 17% (a dez anos).

Parece mentira, mas é verdade. Este é o ‘esquema’ que resulta do estatuído nos Tratados estruturantes da UE (com alguma ‘jeitinho’, porque não é líquido que o BCE possa adquirir dívida pública aos bancos, nos termos em que o vem fazendo, uma vez que o objetivo em vista não é o de controlar a inflação, único objetivo estatutário do BCE).⁹⁷

A *crise da dívida soberana* veio pôr a nú esta natureza esquizofrénica do BCE, inteiramente desligado da realidade. É uma doença estrutural que tem de ser curada.

27.3. – Como tem ficado cada vez mais claro, os bancos e outras instituições financeiras especializaram-se nos *jogos de casino*, ‘investindo’ em operações de alto risco e correspondentes ganhos. Sabendo-se que os jogos podem correr mal, inventou-se o *capitalismo sem falências* para as empresas do setor financeiro, especialmente as que são demasiado grandes para falir.

Diz-se que os bancos não podem falir, porque a saúde do sistema financeiro, nomeadamente do sistema bancário, é essencial à saúde da economia e à salvaguarda da coesão social e, no limite, à defesa da soberania nacional (evitando a bancarrota do

⁹⁷Ao contrário do que fazem os bancos centrais dos países capitalistas desenvolvidos (que só concedem crédito à banca contra a entrega de títulos da dívida pública), o BCE sempre concedeu crédito à banca privada contra a entrega de títulos de dívida privada. O FED só aceitou esta prática, a título excecional, em 2008 (C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis...*, cit., 37).

estado). Por isso é que, quando os banqueiros comprometem nos jogos de bolsa as poupanças que a comunidade lhes confia, o interesse público (pois claro!) obriga os estados a intervir para os salvar da falência, gastando milhares de milhões de euros, patrioticamente ‘roubados’ a quem trabalha e paga honradamente os seus impostos; porque, como alguns defendem, a *estabilidade do sistema financeiro* é um *bem público*.

Muito bem. Mas então, se isto é verdade, a única conclusão lógica é a de que deve caber ao estado a propriedade e a gestão do sistema financeiro, a gestão da poupança nacional, a definição das prioridades do investimento a realizar com ela, a responsabilidade pela ‘produção’ daquele *bem público*, chamando a si o controlo dos operadores financeiros, para acabar com os ‘jogos de casino’ e para garantir que os operadores financeiros atuam sempre tendo apenas em vista o interesse público.

Esta é, a nosso ver, a solução correta para responder a preocupações expressas pelo próprio Parlamento Europeu. No várias vezes referido *Relatório Podimata* sustenta-se com toda a clareza que “o setor financeiro abdicou, em grande medida, do seu papel de financiador das necessidades da economia real”, envolvendo o dinheiro dos depositantes em operações especulativas que permitem ganhos elevados a curto prazo, ainda que à custa da incerteza e da insegurança dos mercados financeiros e da própria sustentabilidade do sistema bancário e financeiro.⁹⁸

Perante o desastre resultante deste comportamento (ignorado ou permitido por todas as entidades de regulação e de supervisão e por todas as agências de *rating*, que não podem deixar de ser consideradas cúmplices deste autêntico crime de burla agravada), o *Relatório* salienta que «foram gastos milhares de milhões de dólares para salvar os principais atores do setor financeiro que eram “demasiado grandes para falir”- “too big to fail”». ⁹⁹ E o *Relatório* não esconde que à alta finança não tem sido exigido qualquer sacrifício ou contributo para ultrapassar a crise, e não esconde que “os contribuintes [i. é, os trabalhadores] suportam hoje a maior parte do custo da crise, não apenas através de contribuições diretas, mas também em consequência do aumento do desemprego, da diminuição dos rendimentos, da redução do acesso aos serviços sociais e do agravamento das desigualdades”.

⁹⁸ Cfr. *Relatório Podimata*, cit., 17.

⁹⁹ Em comentário a este *Relatório*, a deputada portuguesa Elisa Ferreira, tendo em conta a UE, refere que se comprometeram, para salvar o sistema financeiro, 26% da riqueza da UE. É muito dinheiro para salvar quem se afundou porque deixou de cumprir o seu dever para com a economia e a sociedade.

Tendo em conta este diagnóstico, o *Relatório* aprovado pelo PE conclui que, para pôr as coisas nos eixos, não bastam alterações no que se refere à regulação e à supervisão, defendendo medidas capazes de “travar a especulação e restaurar o papel principal do setor financeiro na satisfação das necessidades da economia real e no apoio ao investimento a longo prazo”.

Se não erramos, há neste *Relatório* algum eco dos ensinamentos de Keynes. Com efeito, um dos pontos fundamentais das propostas keynesianas é a defesa da necessidade de uma certa *coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade*. Em defesa deste ponto de vista invoca duas razões fundamentais: 1^a) as questões relacionadas com a distribuição do aforro pelos canais nacionais mais produtivos “não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados”; 2^a) “não se pode sem inconvenientes abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o fluxo corrente do investimento”.

Por estas razões defendeu Keynes a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade de “uma ação inteligentemente coordenada” para assegurar a utilização mais correta do aforro nacional, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direção”, a necessidade de “medidas indispensáveis de socialização” e de *uma certa socialização do investimento* (“a somewhat comprehensive socialization of investment”).

Por estas razões – reforçadas pelo comportamento contumaz e inadmissível dos bancos e demais instituições financeiras, que o próprio *Relatório* enuncia -, nós defendemos a socialização do setor financeiro. Não seria correto invocar-se o ‘santo nome de Keynes’ para dizer que ele estaria de acordo connosco. Mas acreditamos que fariam bem em levar a sério os referidos ensinamentos de Keynes aqueles que dizem que o neoliberalismo morreu e defendem que o mundo não pode continuar como até aqui.

27.4. - Com frequência vemos defender a ideia de que um orçamento comunitário suficientemente relevante – representando pelo menos 5% a 6% do PIB comunitário - poderia minorar as dificuldades em matéria de uniformização dos défices públicos, na medida em que permitiria políticas redistributivas, financiadas pelos países ricos, em benefício dos países pobres. Sabemos como não tem sido possível fazer sair o orçamento comunitário de níveis insignificantes e sabemos que a *coesão* tem sido

desvalorizada, como pilar da construção europeia, relativamente aos interesses ligados ao *mercado único*, sacrificando a *Europa social* à *Europa do capital*.¹⁰⁰

De todo o modo, a manutenção da independência nacional em matéria de política financeira (por mais mitigada que seja aquela independência) significa a impossibilidade de levar a cabo uma política financeira única articulada com a política monetária única. Daqui poderá resultar - defendem alguns - a impossibilidade de o euro se manter como ‘moeda mundial’.

Para os que assim pensam, as contradições e as fissuras do edifício europeu são de tal ordem que não falta quem entenda que a moeda única e a política monetária única não terão consistência teórica nem prática enquanto não existir um *estado europeu* que lhes dê sentido.

Mas este não é um objetivo político, é uma utopia, ou, melhor, é uma impossibilidade. Esta é, em nossa opinião, a leitura correta da realidade. E, sendo assim, está fora de causa a tentativa de fuga para a frente, acelerando o processo da integração política europeia.

27.5. - Desde junho de 2010 que alguns autores (entre os quais, modestamente, nos incluímos) vêm defendendo que a Grécia, Portugal, e a Irlanda não poderão suportar as consequências das políticas recessivas que lhes estão a ser impostas nem os sacrifícios que estão a ser exigidos aos seus trabalhadores, e, ainda mais depauperados por força dessas políticas, não poderão pagar as dívidas contraídas e os juros especulativos que estão a cobrar-lhes. A esses autores juntou-se recentemente o Prémio Nobel Paul Krugman: “tornou-se evidente que a Grécia, a Irlanda e Portugal não serão capazes de pagar as suas dívidas na totalidade, embora a Espanha talvez se agüente”.¹⁰¹

A esta luz, ganham pleno sentido as propostas que têm vindo a lume, por parte de alguns especialistas e de alguns partidos políticos de esquerda, no sentido de se pôr de pé, de forma concertada entre vários países da zona euro, um programa de renegociação da dívida destes países, que teria de passar pela baixa das taxas de juro exigidas, pelo alargamento dos prazos de pagamento, pelo reconhecimento do direito de suspender a

¹⁰⁰ Segundo os dados mais recentes (imprensa diária de 10.6.2011), o orçamento em vigor, para o exercício que termina em 2013, não vai além de 1,06% do PIB comunitário. Segundo os responsáveis da própria Comissão Europeia, este orçamento está a pôr em causa a capacidade inovadora da Europa, uma vez que o investimento em I&D não chega aos 2% do PIB comunitário, bastante abaixo das cifras registadas nos EUA (2,77%) e no Japão (3,44%). A China alcançará a UE em 2014; Portugal gasta apenas 1,6% do PIB em I&D. Contrariando os desejos da Alemanha, França e RU, o Parlamento Europeu rejeitou a ideia do congelamento do orçamento comunitário para o período de 2014-2020. Vamos a ver se o voto dos europeus que elegeram os deputados ao PE valem para alguma coisa.

¹⁰¹ Cfr. P. KRUGMAN, “Quando...”, *cit.*

satisfação dos encargos da dívida nos anos de recessão, pelo doseamento dos pagamentos a efetuar em função do volume das exportações ou da taxa de crescimento do PIB, e mesmo pelo perdão de uma parte da dívida. Citamos mais uma vez Paul Krugman: “Se quiser ser realista, a Europa tem de se preparar para aceitar uma redução da dívida, o que poderá ser feito através da ajuda das economias mais fortes e de perdões parciais impostos aos credores privados, que terão de se contentar com receber menos em troca de receber alguma coisa. Só que realismo é coisa que parece não abundar”.¹⁰²

O próprio Presidente do Eurogrupo já fala da necessidade de uma *reestruturação soft* da dívida grega. Em finais de junho e início de julho /2011, a Alemanha e a França (que, talvez por defeito de fabrico, sempre gostaram de se substituir à ‘Europa’) vão dando igualmente sinais de alguma flexibilidade (admitindo a renegociação com a participação voluntária dos bancos privados), conscientes de que esta pode ser a solução para acautelar da melhor maneira os interesses dos ‘seus’ bancos, com elevado grau de exposição à dívida grega.¹⁰³

Mas esta ideia da renegociação e reestruturação da dívida tem tido a oposição radical dos santuários mais beatos do neoliberalismo, entre os quais o BCE, que vê no velho dogma das *finanças sãs* a panaceia capaz de resolver todos os problemas. Acreditam os fundamentalistas que só a austeridade (exigida para garantir a estabilidade dos preços e o equilíbrio orçamental) pode gerar confiança (nos “mercados” e nos investidores) e que só a confiança pode criar emprego. O problema é que a confiança

¹⁰² No debate por ocasião das eleições realizadas em Portugal no início de Junho/2011, perante propostas neste sentido dos partidos da esquerda, os dirigentes dos partidos que patrocinaram o ‘diktat’ do FMI-UE-BCE (PS, PSD e CDS) respondiam sempre, com um sorriso de escárnio (ou um riso amarelo...), que os partidos da esquerda não queriam era pagar a dívida... Ainda se há-de provar, também neste caso, que pela boca morre o peixe...

A verdade é que, ao menos durante a primeira década posterior ao fim da 2ª Guerra Mundial, vários países beligerantes (entre os quais o RU e os EUA) conseguiram reduzir o montante das suas dívidas soberanas graças à inflação, que lhes permitiu amortizar a dívida em moeda com menos poder de compra e pagar os juros a taxas reais negativas. Toda a gente considerou isso natural, e os ‘investidores’ aguentaram, porque os estados controlavam então os movimentos de capitais (a *fuga de capitais* era um crime passível de pena de prisão) e controlavam estritamente a atuação da banca (nacionalizada, em boa parte, no RU, na França e em outros países europeus).

No início deste terceiro milénio, a Argentina resolveu não pagar os encargos da dívida durante cerca de dois anos. Acabou por conseguir uma redução do montante da dívida e das taxas de juro e a prorrogação dos prazos de pagamento. E foi esta atitude que lhe permitiu sair da fossa e iniciar um período de relançamento da economia e de crescimento económico.

¹⁰³ Como a renegociação da dívida parece inevitável, incluindo a eventual redução do seu montante e a redução das taxas de juro, parece estar em curso um processo de transferência dos títulos da dívida grega (e de outros países em dificuldades) dos bancos privados europeus (alemães, franceses, etc.) para o BCE e para os estados da UE. Quando chegar a hora da reestruturação da dívida, os contribuintes pagarão a conta.

está a fazer-se rogada, exigindo cada vez mais sacrifícios aos trabalhadores. A recessão acentua-se e prolonga-se e o desemprego aumenta... É o resultado conhecido das velhas receitas liberais, pré-keynesianas, que, até finais dos anos 1960, se julgavam mortas e enterradas.

Se o BCE persistir nesta atitude dogmática, o povo grego pode ser condenado a sofrer novos “programas de austeridade selvagens”, que agravarão a recessão, reduzirão as receitas do estado, aumentando o défice público e a dívida externa, além de aumentarem o desemprego e a pobreza entre os gregos. Mesmo assim, não é previsível que a Grécia consiga cumprir as ‘penas duríssimas’ que lhe impuseram.

Nesta hipótese, se o Governo grego pedir a renegociação e a reestruturação da dívida soberana, o BCE, coerentemente, deixará de financiar os bancos gregos, negando-se a aceitar os títulos da dívida pública da Grécia como garantia. A Grécia cairá em bancarrota, sendo inevitável a sua saída da zona do euro. “E é fácil ver como esta pode ser a primeira peça de um dominó que se estende a grande parte da Europa, (...), que pode tornar-se no centro de uma nova crise financeira”.¹⁰⁴

28. – Uma coisa esta crise deixou a claro: uma das vantagens mais relevantes atribuídas ao euro – a de nos livrar de ataques especulativos contra a ‘nossa’ moeda – revelou-se inconsistente. E ficou claro também um outro ponto em que vimos insistindo há muitos anos: a ‘Europa’ não tem qualquer resposta para ajudar os países mais débeis em caso de crise grave.

Perante este quadro, tem-se discutido a questão de saber se a solução preferível para estes países não será mesmo a cessação de pagamentos, seguida da saída da Eurozona (abandono do euro) e da renegociação forçada da dívida.¹⁰⁵ Em Portugal, esta solução tem sido defendida, com grande coerência, com exemplar coragem intelectual e com bons argumentos, pelo Prof. João Ferreira do Amaral, que nunca viu com bons olhos a nossa entrada para o euro nas condições em que ela se verificou.

A verdade é que, como já dissemos em outro lugar, faltavam em absoluto os requisitos técnicos (e políticos) exigidos para o bom funcionamento de uma *zona monetária óptima*, sendo que Portugal se encontrava em um estágio de desenvolvimento

¹⁰⁴ Cfr. P. KRUGMAN, *cit.*

¹⁰⁵ Sobre esta problemática, ver C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis...* e *The Eurozone...*, *cits.* Talvez algo maquiavelicamente, há quem admita a hipótese de, perante o agravamento da situação, ser a Alemanha a abandonar o euro, regressando ao *deutsche mark* e deixando os problemas do *deutsche euro* para os ‘países do sul’...

muito recuado em relações aos países dominantes da Eurozona, que ditaram as regras do jogo que lhes são favoráveis, condenando os países mais débeis a cumprir regras que impedem (e têm impedido) o seu crescimento económico e o seu desenvolvimento social. As medidas de austeridade que – em nome dessas regras absurdas - estão a ser impostas à Grécia, a Portugal e à Irlanda só acentuam esta impossibilidade de crescimento económico, o que significa que, não criando mais riqueza, não é possível pagar a dívida, e que, criando menos riqueza, é imperioso aumentar a dívida, apesar dos pesados sacrifícios impostos a quem vive dos rendimentos do trabalho (os salários dos trabalhadores irlandeses baixaram 25% nestes últimos anos).

Tudo ponderado, J. Ferreira do Amaral sustentou recentemente que “os políticos têm de começar a pensar numa saída airosa do euro enquanto ainda há tempo”. Impressiona particularmente o paralelismo que faz com a situação desesperada de Portugal perante a guerra colonial, que provocou a rotura revolucionária em 25 de Abril de 1974. “A situação é comparável, com as devidas distâncias, à Guerra Colonial. Durante a guerra – alega Ferreira do Amaral – a única coisa que sabíamos é que ela não era sustentável a prazo, que teria de acabar”.¹⁰⁶

A saída do euro é, sem dúvida, uma solução radical, com implicações várias, no plano da economia e no plano social. “Não é fácil apurar o que acontecerá no interesse dos trabalhadores da periferia, para não falar dos do centro”. A perspetiva de Costas Lapavitsas e outros é a de que, “se fosse seguido o caminho do não pagamento, renegociação da dívida e saída do euro, ele conduziria a uma mudança na correlação de forças em favor do trabalho. Por isso ele quebraria as amarras do conservadorismo e do neoliberalismo na Europa”.¹⁰⁷

Todos os seus defensores estão conscientes de que a solução em análise arrastaria consequências difíceis de enfrentar. Para além dos riscos de fuga de capitais e até de corrida aos bancos para levantar os depósitos, a saída do euro implicaria uma desvalorização muito acentuada da nova moeda.

A desvalorização poderia facilitar as exportações e dificultar as importações, ajudando a resolver os problemas da balança de pagamentos correntes. Mas a verdade é que, para países de tecnologia intermédia, como Portugal, a concorrência no mercado externo não é fácil, porque é necessário enfrentar produtos de tecnologia idêntica provenientes de países com custos de mão-de-obra inferiores aos nossos.

¹⁰⁶ Ver o artigo de João FERREIRA DO AMARAL em *Diário de Notícias*, 20.6.2011.

¹⁰⁷ C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone...*, cit., 47/48.

Mas esta desvalorização implicaria enormes dificuldades no que toca ao crescimento económico (e, portanto, à criação de emprego), uma vez que o país teria de pagar muito mais caros os combustíveis, as matérias-primas e os equipamentos importados, tanto mais que as políticas seguidas nos últimos trinta anos destruíram a nossa estrutura produtiva, deitando fora os investimentos feitos na siderurgia, na metálico-mecânica pesada, na construção e na reparação naval, na marinha mercante, utilizando os fundos comunitários com base em práticas de gestão danosa de fundos públicos e em esquemas de alta corrupção, para enriquecer clientelas (foi, nomeadamente, o destino dos fundos destinados à agricultura e à formação profissional) e para favorecer as atividades económicas centradas nos produtos não-transacionáveis (auto-estradas e grande distribuição), cujo financiamento é responsável por uma boa parte da nossa dívida externa.

Nestas condições, a desvalorização da nova moeda arrastaria consigo o aumento dos custos e dos preços e o aumento da inflação, com a conseqüente erosão do poder de compra dos salários e a diminuição da procura interna. A inflação seria ainda alimentada pelo facto de termos de importar uma fatia muito elevada dos alimentos que consumimos, porque as políticas seguidas pelos *governantes-bons-alunos-da-europa* conduziram à destruição da agricultura portuguesa e das pescas, numa verdadeira traição aos interesses nacionais deste ‘país de marinheiros’, com uma enormíssima zona económica exclusiva.¹⁰⁸

A desvalorização da moeda significaria também o aumento significativo dos encargos da dívida externa (amortização do capital e juros) e criaria novas dificuldades no acesso ao crédito junto dos mercados internacionais.

Conscientes das dificuldades, os autores que defendem a solução que vimos enunciando (e que invocam a experiência, que consideram positiva, da Argentina, na sequência da crise do início da década de 2000) sustentam que ela só fará sentido se for enquadrada por um conjunto de medidas que provoquem uma alteração significativa na correlação de forças entre o capital e o trabalho, em favor dos trabalhadores. E pensamos que eles têm razão quando defendem que seguir este caminho implicaria

¹⁰⁸ A UE continua a gastar milhões na concessão de subsídios a agricultores para não produzirem. É um absurdo, num tempo em que, segundo dados apresentados pela FAO em Roma (9.6.2011), o preço dos alimentos cresceu, à escala mundial, 138% entre 2003 e 2010, e num mundo em que, neste ano de 2011, a agência da ONU estima que existam mil milhões de famintos. Se esta tendência para o aumento dos preços dos bens alimentares continuar a verificar-se, como muitos especialistas prevêm, ela vai afetar gravemente, mesmo em países como Portugal (onde as taxas do IVA sobre produtos essenciais vão aumentar também!), as camadas de rendimentos mais baixos, que gastam na alimentação uma parte substancial do seu rendimento disponível.

também a nacionalização da banca e o controlo dos movimentos de capitais; a nacionalização de setores estratégicos da economia (nomeadamente os serviços públicos, a energia, os transportes, as telecomunicações); uma política económica voltada para o aumento da produção, valorizando os recursos naturais e humanos; a reforma do estado, para acabar com a corrupção e instituir mecanismos de eficiência administrativa e de transparência governativa; o combate à evasão e à fraude fiscal; a tributação mais pesada das grandes fortunas e dos rendimentos do capital e a redução dos impostos indiretos; grandes investimentos na educação, ciência e tecnologia, na saúde e nas políticas tendentes a reduzir significativamente as desigualdades sociais.

Todos concordaremos: este programa político só pode levar-se a cabo com um forte apoio social interno e com um reconhecimento internacional que não empurre o país que o adopte para a autarcia. Não é possível esconder as dificuldades da hora presente, nesta Europa em profunda crise existencial. Não parece prudente, porém, descartar por completo a hipótese de saída do euro, e os países em dificuldades só terão a ganhar se forem discutindo e concertando as suas ideias sobre o assunto, de modo a conseguirem, em conjunto, as condições menos desfavoráveis que for possível obter. Porque não é legítimo pedir aos mais débeis sacrifícios cada vez mais duros e humilhantes para salvar uma ‘Europa’ sem identidade nem fronteiras, uma ‘Europa’ sem projeto, que não passa de um simples mercado governado pelo grande capital financeiro, apoiado numa monstruosa burocracia de tecnocratas neoliberais regamente pagos. Parafraseando um poeta brasileiro, uma coisa parece hoje incontestável: *esta europa está toda errada. É preciso passá-la a limpo.*

29. - O que resta do estado-providência ajudará a compreender que, apesar deste quadro, a Europa vá sobrevivendo, até hoje, sem graves convulsões sociais, apesar do aumento do número de pobres e da acentuação das desigualdades.

O empenhamento cego de todos os servidores do neoliberalismo e de todos os crentes do deus-mercado em anular por completo os direitos que os trabalhadores europeus foram conquistando ao longo dos quase duzentos e cinquenta anos que levam de capitalismo (e de lutas contra ele) lembra a história trágica do aprendiz de feiticeiro. Estará a Europa condenada a deixar-se imolar de novo pelo fogo ateadado pelos interesses imperialistas? Oxalá esta não passe de uma simples hipótese teórica.

Mas o estado capitalista aí está, disposto a fazer o que for necessário fazer para cumprir a sua missão de sempre: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os

interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith). E ele, bem o sabemos, tem feito coisas horríveis. É tempo de resistência – a começar pela resistência no terreno da luta ideológica -, se queremos evitar uma nova era de barbárie.

Como é sabido, há autores que defendem que a Grande Depressão não foi ultrapassada (nem nos EUA nem à escala mundial) pelas políticas do *New Deal*: quando a recessão económica parecia querer regressar de novo em 1937/1938, a ‘cura’ só surgiu com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, com a destruição de capital que ela acarretou e com a explosão da despesa pública resultante das necessidades decorrentes do conflito.

Esperemos que, neste caso, a história não se repita. A verdade é que o reforço de 700 a 800 mil milhões de dólares por ano do orçamento militar dos EUA, se poderá ter ajudado a evitar o colapso da economia americana, não tem conseguido ajudar a reanimar a economia e a diminuir o número de desempregados.

Isto porque – defendem os especialistas -, nas condições atuais, dada a dimensão do orçamento militar americano (que deve ultrapassar o do resto do mundo e é muito diferente do escasso volume de despesas militares dos EUA antes do início da Segunda Guerra Mundial e da entrada direta dos EUA no conflito), não é viável um grande aumento em termos percentuais, o que poderá significar que não é através das despesas militares que o aumento da despesa pública pode contribuir para a recuperação económica e para a criação de emprego.

Acresce que o material militar mobiliza hoje tecnologias altamente sofisticadas (muito mais evoluídas dos que as utilizadas na Segunda Guerra Mundial e durante a guerra fria), pelo que a sua produção utiliza pouca mão-de-obra e a sua utilização nos palcos de guerra não exige grandes efetivos militares (os mísseis, os aviões não tripulados, os navios robots, os satélites telecomandados e os radares fazem o trabalho por si, contabilizando-se nos efeitos colaterais as centenas de milhares de mortos e a destruição de riqueza provocados por estes instrumentos de guerra).¹⁰⁹

Não podemos esquecer, porém, que o período da *segunda onda de globalização* (1870-1914), que Lenine caracterizou como a fase do *imperialismo*, terminou com duas guerras mundiais provocadas por conflitos inter-imperialistas. E a situação atual, no

¹⁰⁹ Cfr. F. GOLDSTEIN, *ob. cit.*, 7.

quadro desta *terceira onda de globalização* que se iniciou nos meados dos anos setenta do século XX, apresenta semelhanças estruturais com o período analisado por Lenine:

a) no que toca ao desenvolvimento científico e tecnológico (revolução dos conhecimentos e das tecnologias relativas à informática, às telecomunicações, aos transportes, que tornam o mundo mais pequeno e facilitam a unificação do mercado);

b) no que se refere aos movimentos de capitais, à predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, à concentração empresarial, à ‘ocupação’ do mundo pelas grandes potências capitalistas (com as multinacionais na primeira linha, mas com a força militar sempre presente, como realidade ou como ameaça) e à coordenação bastante centralizada dos negócios do capital (FMI, Banco Mundial, OMC, G7, Comissão Trilateral, Forum de Davos...);

c) no que respeita à exportação de capitais: em 1904 o total de activos financeiros em circulação correspondia a 20% do PIB mundial e a quase 60% do PIB dos países capitalistas dominantes e exportadores de capitais, sendo que, de 1970 até aos nossos dias, a exportação de capitais, através do investimento directo estrangeiro, aumentou exponencialmente: de cerca de 30 mil milhões de dólares na década de 1970 para cerca de 850 mil milhões de dólares no início do terceiro milénio.

Para além deste paralelismo, não faltam outros sinais preocupantes.

A NATO, que, no tempo da ‘guerra fria’ se dizia ser necessária para defender o ‘mundo livre’ da ameaça do Pacto de Varsóvia (constituído, aliás, seis anos depois da NATO), e que, de todo o modo, como o nome indica, se devia ocupar do Atlântico Norte, integrou o Mediterrâneo no Atlântico norte e alargou o Atlântico Norte até ao Afeganistão, talvez para não ‘perder o emprego’, porque, entretanto, o Pacto de Varsóvia desapareceu.

Transformada sem qualquer disfarce em instrumento de domínio imperialista à escala global, vem atuando à margem do Direito Internacional, por imposição dos EUA, com a cumplicidade da União Europeia.

Recentemente, uma *Comissão Independente para a Investigação dos Crimes de Guerra dos Estados Unidos e da NATO contra o Povo da Jugoslávia* – presidida pelo antigo Secretário da Justiça dos EUA, Ramsey Clark – veio acusar a NATO e os seus dirigentes máximos de verdadeiros crimes contra a Humanidade.

Em finais de maio/2010, o Presidente da Alemanha foi obrigado a renunciar ao cargo porque, numa intervenção pública, revelou que os militares alemães combatiam no Afeganistão e em outros palcos porque essa intervenção militar era necessária para

defender os interesses da Alemanha como potência económica dependente das exportações, em especial “para defender rotas comerciais ou impedir focos de instabilidade regional, que seguramente teriam impacto negativo no comércio, nos postos de trabalho e nos rendimentos [dos alemães]”.

Os partidos do ‘arco do poder’ não perdoaram a inconfidência do Presidente Horst Köhler, que se viu obrigado a renunciar ao cargo. Ele não disse nenhuma inverdade, cometeu apenas a imprudência de ter dito a verdade, tornando claro, além do mais, que a política alemã está fora dos normativos constitucionais.

Por outro lado, o orçamento militar dos EUA não tem cessado de aumentar, mesmo sob a Administração de Obama/Prémio Nobel da Paz, correspondendo a pelo menos 50% das despesas militares à escala mundial. A manutenção da ocupação no Iraque, o crescente envolvimento no Afeganistão e a busca incessante de um novo palco de guerra no Irão podem ser um indicativo de que, mais uma vez, os interesses dominantes da oligarquia americana e dos seus aliados (na Europa e no resto do mundo) podem ceder à tentação (ou à miragem) de contornar a crise através do aumento das despesas militares, aumento que só a guerra pode justificar.

Os círculos dirigentes dos EUA parecem acreditar na ideia de que, na síntese de um almirante americano, é “do melhor interesse dos Estados Unidos ter um grande inimigo”, qual papão inventado para justificar, junto da opinião pública, a militarização da economia e da política americanas e o eventual recurso à guerra contra tal ‘inimigo’. *Grande inimigo* poderá ser o Irão? Ou terá que ser a China, que é hoje o maior credor dos EUA? A verdade é que os EUA, por vezes instrumentalizando a NATO, vêm procurando estabelecer ou consolidar parcerias estratégicas com a Rússia, com o Japão, com a Índia, com o Paquistão, com a Indonésia, com a Austrália.

Acresce que o carácter predador do crescimento económico capitalista tem vindo a provocar a escassez (não reversível) de bens essenciais à vida (a água, os solos, as florestas), mas também de matérias-primas e de produtos energéticos (petróleo e gás natural). E este fenómeno, que alimentou já um surto especulativo sobre produtos alimentares (em especial dos que podem ser usados na produção de biodiesel), matérias-primas e petróleo (com o perigoso aumento dos respectivos preços, no início de 2008), tem vindo a acentuar a pressão com vista ao controlo dos países do Médio Oriente (incluindo a Líbia) e das rotas de transporte do petróleo e do gás natural, num quadro em que afloram por vezes contradições potencialmente explosivas entre as potências dominantes. Com a tragédia que se abateu sobre o Japão, a questão energética e os

conflitos a ela associados vão ganhar ainda mais importância, perante a visibilidade acrescida dos riscos da solução nuclear e o abandono das centrais nucleares (caso da Alemanha e, provavelmente, também do Japão).

30. – Neste tempo de grandes contradições, a vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos e cinquenta anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

A ‘globalização neoliberal’, que alguns procuram fazer passar como uma consequência inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico, não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho.

O neoliberalismo é a *ditadura da burguesia*, sem concessões.

A *globalização neoliberal* tem de ser entendida, pois, como um *projeto político* levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do *pensamento único*.

À luz deste entendimento, a crítica da globalização não pode, é claro, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso. Os adversários da *globalização predadora* que marca o nosso tempo não podem deixar de apoiar a revolução científica e tecnológica. Mas não podem confundir-la com a globalização nem ver nesta o resultado inevitável daquela. Seria indesculpável que cometêssemos hoje o erro dos primeiros operários da revolução industrial inglesa, que destruíram e sabotaram as máquinas por verem nelas o seu inimigo.

O que está mal na globalização atual é o neoliberalismo que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, não a revolução

científica e tecnológica que torna possíveis alguns dos instrumentos da *política neoliberal globalizadora*.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários têm de ser capazes de alimentar um *espírito de resistência* à ideologia dominante, desde logo no terreno do trabalho teórico e da *luta ideológica*, que é hoje uma peça-chave de todas as lutas sociais. Os universitários e os intelectuais em geral têm, neste campo, uma enorme responsabilidade.

Têm de pôr de pé um *projeto político* inspirado em valores e empenhado em objetivos que o mercado não reconhece nem é capaz de prosseguir, um projeto em que o mercado não substitua a política e em que o estado democrático não ceda o lugar a um qualquer estado tecnocrático.

Têm de dar sentido a um *projeto cultural* que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, rejeitando a lógica determinista que nos imporia, como inevitável, *sem alternativa possível*, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – reconhecia *The Economist*, no editorial de 23.9.2000 - têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos”.

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer – há quase onze anos! - o que nós já sabíamos: os *motores da globalização* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

31. - Para sairmos desta caminhada vertiginosa para o abismo, é necessário evitar que o mercado substitua a política e que o estado democrático ceda o lugar a um qualquer estado tecnocrático. Os universitários e os intelectuais em geral têm uma responsabilidade enorme nas lutas a travar, porque a *luta ideológica* é hoje uma peça-chave de todas as lutas sociais.

Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando condições mais favoráveis ao progresso social. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscam: a felicidade.

Mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Mas os povos organizados podem acelerar o movimento da história e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida, a utopia ajuda a fazer o caminho*.

Apesar das nuvens negras dos dias que passam, acreditamos que o direito ao sonho e à utopia tem hoje mais razão de ser do que nunca. Afinal, a progresso científico e tecnológico tem vindo a confirmar a utopia que transparece no *Anti-Dühring*: a humanidade há-de um dia saltar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

*Redação concluída no dia 9 de julho de 2011
Quinta dos Casões, Fornotelheiro, Celorico da Beira*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRESS, Hans-Jürgen e Henning LOHMANN (eds.), *The working poor in Europe: employment, poverty and globalization*, Edward Elgar, 2008.
- AVELÃS NUNES, António José – “Nota sobre a independência dos bancos centrais”, em *Ensaio de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, ISEG-UTL, Lisboa, 1996 (também publicado em *Estudos Jurídicos*, Revista da PUC/PR, Vol. IV, nº 1, agosto/1997, 51-70);
- “A institucionalização da União Económica e Monetária e os Estatutos do Banco de Portugal”, em *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLV-A (especial), Coimbra, FDUC, 2002, 65-98;
 - *Economia*, Vol. II, *O Crédito* (Lições aos alunos do 5º ano da FDUC), edição dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006;
 - *A Constituição Europeia – A constitucionalização do neoliberalismo*, Coimbra Editora/Editora Revista dos Tribunais, Coimbra/São Paulo, 2006/2007.
- CAMACHO, Carlos Morera e NIETO, José Antonio Rojas – “The Globalisation of Financial Capital, 1997-2008”, em <http://researchonmoneyandfinance.org>, 15 março/2009
- CARVALHO, Pedro – “A Crise por detrás da(s) Crise(s). Reflexões sobre a evolução sistema capitalista do século XIX à Grande Depressão”, em *Vértice*, nº 152, maio-junho/2010, 81-99;
- “O Pacto e o(s) PEC(s), mecanismos de exploração e a ofensiva do capital. O exemplo português no contexto europeu”, em *Vértice*, nº 156, jan-fev/2011, 160-173.
- CASSEN, Bernard e outros (Coord.), *Contra a ditadura dos mercados*, trad. port., Campo da Comunicação, Porto, 2000.
- CASSIDY, John – *How Markets Fail – The Logic of Economic Calamities*, Londres, Allen Lane/Penguin Books, 2009.
- CROTTY, James – “The Neoliberal Paradox : The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era”, em *Review of Radical Political Economics*, Vol. 35, nº 3 (2003), 271-279.
- DUMÉNIL, Gérard e Dominique LÉVY – “Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis”, em *Review of International Political Economy*, Vol. 8, nº 4, Inverno/2001, 578-607 ;
- “ The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000), em *Review of Radical Political Economics*, vol. 34 (2002), 437-461.
- FLIGSTEIN, Neil – “Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Markets Institutions”, em ABOLAFIA, Mitchel Y. (Editor) - *Markets*, Vol. 7 de *Critical Studies in Economic Institutions*, An Elgar Reference Collection, 2005, 307-324.
- GALBRAITH, James K. – “Que Europa para controlar os mercados?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/2010, 3.
- GALLIN, Dan – “Reinventar a política sindical”, em B. CASSEN e outros (Coord.), *ob. cit.*, 101-122.
- GOLDSTEIN, Fred – “Capitalism in Crisis” (outubro/2010), disponível em www.lowwagecapitalism.com
- GREEN, David G. – *The New Conservatism – The counterrevolution in political, economic and social thought*, St. Martin’s Press, New York, 1987.
- GREENSPAN, Alan – *A Era da Turbulência – Aventuras em um novo mundo*, trad. bras., Elsevier editora/Campus, São Paulo, 2008.
- HALIMI, Serge – “O crime compensa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2010.

- HUSSON, Michel – “Uma forma exacerbada de rendibilizar o capital”, em B. CASSEN e outros (Coord.), *ob. cit.*, 51-53.
- HUTCHISON, T. W. – *The Politics and Philosophy of Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1981.
- IMBERT, Pierre-André – “Todo o poder ais fundos de pensões”, em B. CASSEN e outros (coord.), *ob. cit.*, 41-47.
- KRUGMAN, Paul “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*).
- LAPAVITSAS, Costas – “Financialised Capitalism : Crisis and Financial Expropriation”, em *Historical Materialism*, Vol. 17 (2009), 114-148.
- LAPAVITSAS, C., A. Kaltenbrunner, G. Lambrinidis e outros – “The Eurozone Between Austerity and Default”, RMF occasional report, setembro/2010, em www.researchonmoneyandfinance.org.
- LAPAVITSAS, C., A. Kaltenbrunner, D. Lindo e outros – “Eurozone Crisis: Beggar Thyself and Thy Neighbour”, RMF occasional report, março/2010, em www.researchonmoneyandfinance.org.
- LEÃO, Pedro – Economia Portuguesa: Que Fazer?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2011.
- MÉSZÁROS, István – *O Século XXI – Civilização ou Barbárie?*, trad. bras., Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.
- MILIBAND, David – “The New Politics of Economics”, em CROUCH, Colin and David MARQUAND (eds.), *Ethics and Markets: Co-operation and Competition within Capitalist Economies*, Blackwell Publishers, Oxford, 1993, 21-30.
- MÜNCHAU, Wolfgang - “The Greek rollover pact is like a toxic CDO”, em *Financial Times*, 4.7.2011.
- PETERSON, Wallace. C. – “The Silent Depression”, em *Challenge*, nº de julho-agosto/1991[utiliza-se a versão publicada em *Problèmes Économiques*, nº 2.271, 15.4.1992, 1-6].
- QUELHAS, José Manuel Gonçalves Santos – *Sobre as Crises Financeiras, o Risco Sistémico e a Incerteza Sistemática*, Tese de Doutoramento, Coimbra, 2009.
- QUINIOU, Yvon – “A impostura do capitalismo moral”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), julho/2010.
- RUFFIN, François – “Não há dinheiro para os salários?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), janeiro/2008, 6.
- SANTOS, António Carlos – “A resposta bipolar da União Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2010, 3.
- STIGLITZ, Joseph – “O problema americano do FMI”, em *O Globo*, 19.5.2006.
- STOCKHAMMER, Engelbert – “Neoliberalism, Income Distribution and the Causes of the Crisis”, em <http://researchonmoneyandfinance.org>, versão 0.6:17 junho 2010.
- TREECK, Till Van – “Vitória de Pirro para a economia alemã”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), setembro/2010, 10.